



Juliana da Silva

**Uma análise sobre a distribuição e circulação do Preme -
Programa de Regionalização da Merenda Escolar, nos
municípios de Itacoatiara e Manacapuru, na Região
Metropolitana de Manaus, AM**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Geografia
pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia,
do Departamento de Geografia e Meio Ambiente
da PUC-Rio.

Orientador: Prof. José Borzacchiello da Silva

Rio de Janeiro
Dezembro 2021



Juliana da Silva

**Uma análise sobre a distribuição e circulação do Preme -
Programa de Regionalização da Merenda Escolar, nos
municípios de Itacoatiara e Manacapuru, na Região
Metropolitana de Manaus, AM**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
a obtenção do grau de Mestre em Geografia pelo
Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-
Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. José Borzacchiello da Silva

Orientador

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Isaque dos Santos Sousa

Escola Normal Superior – UEA

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Juliana da Silva

Graduada em Geografia – bacharelato e licenciatura – pela PUC-Rio. Desenvolve trabalho de mapeamento da Amazonia com temática socioambiental no Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente/ NIMA da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Silva, Juliana da

Uma análise sobre a circulação e da distribuição do Preme – Programa de Regionalização da Merenda Escolar nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru, na região metropolitana de Manaus, AM / Juliana da Silva ; orientador: José Borzacchiello da Silva. – 2021.

108 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2021.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Alimentação regionalizada. 3. Produção rural local. 4. Merenda escolar. 5. Região metropolitana de Manaus. I. Silva, José Borzacchiello da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

À minha família, por não desacreditarem.

A todos os amigos que contribuíram de forma insistente e com cumplicidade para finalizar mais uma caminhada profissional e de crescimento pessoal.

Agradeço aos professores que contribuíram para esta geógrafa em formação...

À professora Tatiana Schor, por sua energia.

À professora Paola, pela diversidade das conversas.

À professora Regina Célia de Mattos, por seu afeto.

Ao meu orientador professor José Borzacchiello da Silva, por sua generosidade e positividade.

Em especial, com grande carinho, ao meu professor José Aldemir de Oliveira (*in memória*);

Pelos debates e aprendizados no laboratório adquiridos no Núcleo de Estudos e Pesquisas das cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

E, por fim, agradecer a todos e todas as companheiras do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, pelo acolhimento do retorno à casa.

Resumo

SILVA, Juliana da; SILVA, José Borzacchiello da. **Uma análise sobre a circulação e da distribuição do Preme – Programa de Regionalização da Merenda Escolar nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru, na região metropolitana de Manaus, AM.** Rio de Janeiro, 2021. 108 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação visa contribuir entre múltiplas leituras geográficas sobre a Região Metropolitana de Manaus (RMM), em meio a delimitação para essa pesquisa, a presente dissertação tem como **objeto** a realização da política de alimentação escolar na distribuição e circulação do Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme). Propõe-se assim, a partir da identificação na área de estudo, os municípios de Itacoatiara e Manacapuru compreender o Preme, enquanto política pública de alimentação escolar, que capta tanto a produção agrícola local de alimento quanto o hábito alimentar de estudantes em escolas públicas. Desse modo, essa pesquisa qualitativa tem como **objetivo geral** analisar a distribuição e circulação do Preme, uma política de alimentação escolar em Itacoatiara e Manacapuru, municípios da Região Metropolitana de Manaus. E os **objetivos específicos** são: 1. Analisar o Preme, enquanto uma política pública de Alimentação Escolar; 2. Caracterizar o Preme nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru; 3. Analisar a distribuição e circulação, a partir das estruturas do Preme nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru, inseridos na RMM. Com levantamentos de dados primários por meio de trabalho de campo e entrevistas.

Palavras-chave

Alimentação regionalizada; produção rural local; merenda escolar; Região Metropolitana de Manaus.

Abstract

SILVA, Juliana da; SILVA, José Borzacchiello da. **An analysis of the distribution and circulation of Preme - Programa de Regionalização da Merenda Escolar, in the municipalities of Itacoatiara and Manacapuru, in the Metropolitan Region of Manaus, AM.** Rio de Janeiro, 2021. 108 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to contribute between multiple geographic readings about the Metropolitan Region of Manaus (RMM), amid the delimitation for this research, this dissertation aims to carry out the school feeding policy in the distribution and circulation of the School Meal Regionalization Program (Preme). Thus, based on the identification in the study area, the municipalities of Itacoatiara and Manacapuru are proposed to understand Preme, as a public policy for school feeding, which captures both the local agricultural production of food and the eating habits of students in public schools. Thus, this qualitative research aims to analyze the distribution and circulation of Preme, a school feeding policy in Itacoatiara and Manacapuru, municipalities in the Metropolitan Region of Manaus. And the specific objectives are: 1. To analyze Preme as a public policy for School Feeding; 2. Characterize Preme in the municipalities of Itacoatiara and Manacapuru; 3. Analyze the distribution and circulation, from the structures of Preme in the municipalities of Itacoatiara and Manacapuru, inserted in the RMM. With primary data surveys through field work and interviews.

Keywords

Regionalized food; local rural production; school lunch; Metropolitan Region of Manaus.

Sumário

1 Introdução	10
2 O Programa de Regionalização da Merenda Escolar (o Preme) no Cenário da Política de Alimentação Escolar	15
2.1 Política de Alimentação Escolar	15
2.2 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	19
2.3 Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme)	23
2.4 Considerações sobre o hábito alimentar amazônico	26
3 Caracterização de Itacoatiara e Manacapuru, municípios pertencentes à Região Metropolitana De Manaus	33
3.1 Os municípios de Itacoatiara e Manacapuru no contexto da RMM	33
3.2 Caracterização socioeconômica dos municípios de Itacoatiara e Manacapuru	38
3.3 A produção agrícola em Itacoatiara e Manacapuru	41
3.4 Caracterização socioeconômica da RMM	44
3.5 O processo de metropolização na RMM	50
3.6 A Rede Urbana na RMM	51
4 A distribuição e circulação, a partir das estruturas de Abastecimento do Preme nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru inseridos na RMM	59
4.1 Identificação de mais de uma Política de Alimentação Escolar (ponto de partida da pesquisa)	61
4.2 A produção regional para Alimentação Escolar (especificidade local)	64
4.3 O Preme nas escolas estaduais e municipais (a complexidade no real)	73
4.4 O produtor agrícola local em Itacoatiara (estranhamento da pesquisa)	78
5 Considerações finais	86
6 Referências bibliográficas	90
Anexo	95

Listas de Figuras

Figura 1 – Mapa de localização da Região Metropolitana de Manaus	10
Figura 2 – Taxa do crescimento da população da área metropolitana da RMM, exceto a metrópole	47
Figura 3 – Evolução da população da Região Metropolitana de Manaus, exceto Manaus	48
Figura 4 – Alimentação escolar - SEMED Tefé	64
Figura 5 – Mapa cobertura e uso do solo e informações sobre Preme	72
Figuras 6 e 7 – Sede da cooperativa externa e interna	73
Figuras 8, 9 e 10 – Depósito da SEDUC em Itacoatiara	76
Figura 11 – Equipamento para processamento de polpas de frutas	79
Figuras 12 e 13 – Usina de beneficiamento	80
Figuras 14,15 e 16 – Áreas produtivas da Comunidade Vila do Engenho	81
Figura 17 – Produção de carvão	84
Figura 18 – Áreas produtivas na comunidade	84
Figuras 19 e 20 – Cultivo de hortaliças	84

Lista de tabelas

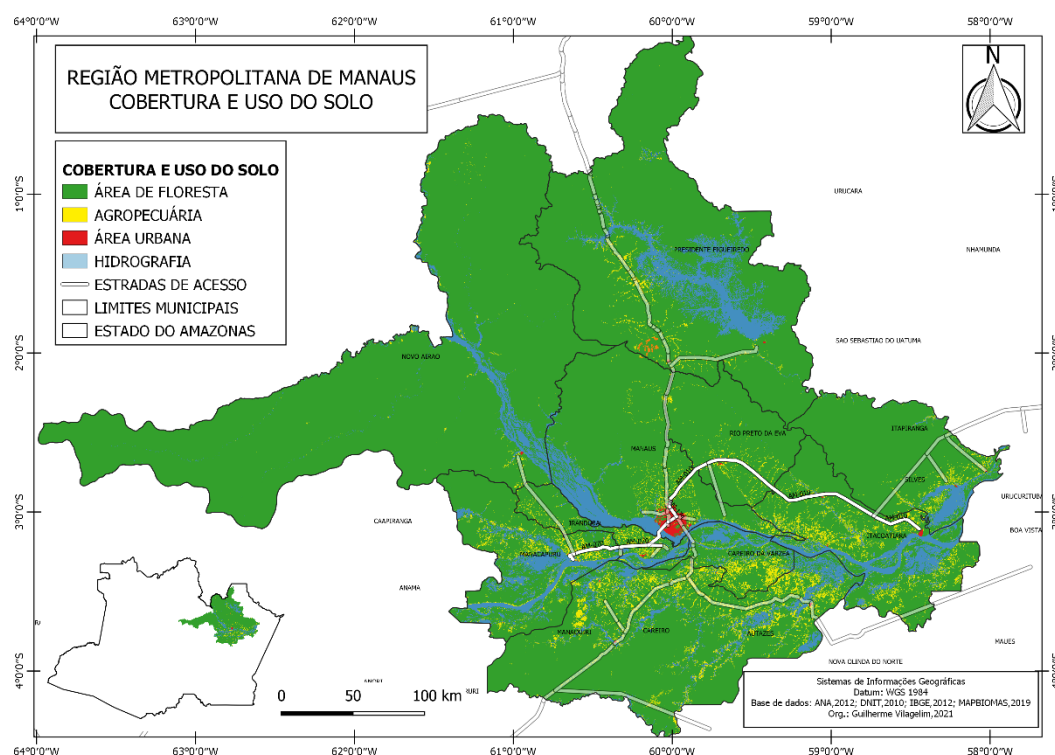
Tabela 1 – Levantamento das entrevistas	13
Tabela 2 – Repasse FNDE 2020	22
Tabela 3 – Preme de 2005 a 2013 SEDUC	24
Tabela 4 – Preme de 2005 a 2013 SEMED	25
Tabela 5 – Características gerais de Itacoatiara e de Manacapuru	38
Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	39
Tabela 7 – Quantidade produzida de alimentos agrícolas	42
Tabela 8 – Região Metropolitana de Manaus – setores da economia	45
Tabela 9 – Valor adicionado da economia no ano de 2011	46
Tabela 10 - Caracterização dos municípios da RMM	48
Tabela 11 - Região de Influência das Cidades do Amazonas	55
Tabela 12 – Trabalho de campo e entrevistas da pesquisa	59
Tabela 13 – Trabalho de campo e bloco de entrevista em Tefé	61
Tabela 14 - Itens agrícolas regionais SEMED – Tefé	63
Tabela 15 – Identificação de entrevistas	65
Tabela 16 – Produtos que integraram o cardápio do Preme/SEDUC em 2013	69
Tabela 17 – Produtos que integraram o cardápio do Preme/SEMED em 2013	69
Tabela 18 – Produtos regionais e a sazonalidade	70
Tabela 19 – Relação de entrevistados em Manaus, Itacoatiara e Manacapuru	74

1

Introdução

A Região Metropolitana de Manaus (RMM), localizada no estado do Amazonas, no Norte do país, apresenta especificidades frente às demais Regiões Metropolitanas do Brasil – como ser a maior Região Metropolitana em extensão territorial no Brasil, com 101.474 Km² e recortada pela rede hidrográfica formada pelos dos rios Solimões, Negro, Amazonas e Madeira. A RMM é composta pelos municípios de Manaus (cidade-sede), Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea, Manacapuru, Iranduba, Novo Airão, Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves (figura 1). O processo de institucionalização da RMM com a delimitação e definição dos municípios pertencentes e pelo histórico de ocupação da região, que apresenta um tecido urbano descontínuo. A configuração territorial, predomina a zona rural, uma extensa área florestada e ausente de conurbação, distinguindo-se das demais regiões metropolitanas brasileiras.

Figura 1- Mapa de localização da Região Metropolitana de Manaus



Fonte: ANA, 2012; DNIT, 2010; IBGE, 2012 MAPBIOMAS, 2019. Org.: Guilherme Vilagelim, 2021.

Como espaço de particularidade, a RMM estimula estudos que possam compreendê-la, tal como é e venha a ser, a partir da sua institucionalização frente às demais regiões metropolitanas, buscando situá-la no cenário nacional e também, sua importância na Amazônia Ocidental.

Com a possibilidade de contribuir entre múltiplas leituras geográficas sobre a RMM, em meio à delimitação para essa pesquisa, a presente dissertação tem como **objeto** a realização da política de alimentação escolar na distribuição e circulação do Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme), e tem-se como área de estudo Itacoatiara e Manacapuru, municípios pertencentes à RMM. Propõe-se, assim, a partir da identificação na área de estudo, a compreensão do Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme), política pública de alimentação escolar, que capta tanto a produção agrícola local de alimento quanto o hábito alimentar de estudantes em escolas públicas enquanto variáveis que tangenciam cidade-campo, que se realizam na relação de produção, distribuição, circulação e consumo. Nessa direção, os desdobramentos são amplos e com produtividade científica significativa, em torno da temática sobre alimentação escolar.

Para delimitar o que se propõe, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a distribuição e circulação do Preme, uma política de alimentação escolar em Itacoatiara e Manacapuru, municípios da Região Metropolitana de Manaus. Tem como objetivos específicos: 1. Analisar o Preme, enquanto política pública de Alimentação Escolar; 2. Caracterizar o Preme nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru; 3. Analisar a distribuição e circulação a partir das estruturas do Preme nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru, inseridos na RMM.

Cabe destacar que o Preme, política pública estadual do Amazonas, tem como objetivo a substituição de gêneros alimentícios importados por produtos regionais, produzidos localmente, contribuindo para a interiorização do desenvolvimento e o resgate de hábitos alimentares saudáveis (ADS, 2015). Essa política pública estadual segue as diretrizes da Política Nacional de Alimentação (PNAE), e ainda, para operacionalizar as contratações e adquirir os alimentos regionais tem a parceria da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS).

As complexidades desse programa de alimentação escolar são múltiplas, como as construções das redes de produção, distribuição, circulação e consumo de itens de alimentos regionais. A pesquisa fará uma leitura de como se organiza,

no espaço, a realização do Preme em Itacoatiara e Manacapuru, área de estudo pertinente dentro da rede urbana no Amazonas.

As cidades do Amazonas, ao longo das calhas Solimões-Amazonas, foram definidas a partir de tipologias para distinção das funções urbanas. Essas tipologias propostas definem Itacoatiara e Manacapuru como cidades médias com função intermediária. São intermediárias devido à sua localização geográfica com acessos tanto rodoviário quanto fluvial à cidade-sede da RMM. São também importantes portos de ligação entre as calhas do rio Solimões (Manacapuru) e dos rios Amazonas e Madeira (Itacoatiara), exercendo tal função entre as demais cidades e redes urbanas do interior do estado com Manaus. Ambos os municípios têm forte tradição agrícola, além da pesca e do extrativismo. Pode-se dizer que estes municípios abastecem e são abastecidos por Manaus (SCHOR; OLIVEIRA, 2011). Essa proposta tipológica fundamenta Itacoatiara e Manacapuru enquanto área de estudo significativa no recorte espacial da RMM.

A pertinência da temática da política pública de alimentação escolar se revela nesta dissertação através das estruturas de distribuição e circulação do Preme e pode contribuir na especificidade sobre compreensão da relação cidade-campo amazônico. Evidencia elementos que se complementam em análises, como a produção local de alimento e hábitos alimentares, significativas para compreender a dinâmica urbana no cenário da região, pois captam os desenvolvimentos geográficos desiguais, assim como a estrutura de mercado, o impacto das políticas de desenvolvimento social, a relação entre a produção rural e o abastecimento local.

Para o encaminhamento desta dissertação, a **metodologia** proposta desta pesquisa qualitativa se debruçou no aporte teórico conceitual que aborda os temas que foram definidos nos objetivos específicos. Ao longo da construção desta investigação, tem-se o levantamento de dados oficiais e secundários para caracterização da área de estudo e produção de mapas. E, por fim, foram realizadas, no período de 2014 e 2015, por meio do método qualitativo, coleta de dados com a prática de trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas ou não estruturadas – mesmo com diversos formatos de entrevistas, essa opção flexibiliza para um relato mais amplo, com descrição e exemplos que podem trazer pertinência à pesquisa, assim como inserir ou adaptar as questões (LAKATOS; MARCONI, 1991). Também insere o observador empiricamente, em registro no caderno de campo, que são agregados aos relatos das entrevistas na busca do

diálogo que ora corroboraram, ora confrontaram os conteúdos teóricos e os dados secundários.

Esta proposta de coleta dos dados primários é realizada por uma pesquisadora não amazônica e pontuar essa posição se faz necessário para entender que o processo de desenvolvimento da pesquisa se construiu intrínseco à transformação da pesquisadora em campo. Desse modo, corroborado por Flick (2009):

(...) Os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo. (FLICK, 2009, p.25)

Foram realizadas idas a campo nas cidades de Manaus, Itacoatiara e Manacapuru, com a realização de entrevistas e coletas de informações através de relatos, imagens e mapas. Além disso, destaca-se que todas as entrevistas foram indicações referentes às instituições, o que foi importante para a delimitação de uma amostragem significativa, tal como demonstra Duarte

Numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas. (2002, p.143-144)

Nesse sentido, no levantamento total foram realizadas doze (12) entrevistas sobre a política de alimentação escolar, e com representatividade nas seguintes esferas: da gestão, da operação, do fornecimento e da fiscalização do Preme, como apresentado na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Levantamento das entrevistas

Trabalho de Campo	Entrevistas
Manaus	Diretor técnico ADS
	Engenheiro Agrônomo ADS
	Nutricionista Gedimi SEDUC
	Assessora DELOG/CCPAF SEDUC
	CAE
	Ex nutricionista CRE Itacoatiara
Itacoatiara	Técnica de nutrição CRE Itacoatiara
	Coordenadora da merenda escolar SEMED

Manacapuru	Nutricionista SEMED
	Nutricionista CRE Manacapuru
	Cooperativa

Fonte: elaboração própria

Os trabalhos de campo (total de 4) ocorreram no final do segundo semestre de 2014 (outubro), e em 2015 (julho e agosto). No primeiro momento, com o objetivo de reconhecimento e contatos que possibilitassem as entrevistas, o retorno foi para realizar as entrevistas em Itacoatiara e Manacapuru. Em Manaus, aconteceram as entrevistas, logo após o primeiro campo na área de estudo.

A partir da ida aos municípios de Itacoatiara e Manacapuru surgiram novas indagações e possibilidades para o desenvolvimento sobre o tema da política de alimentação escolar. Isto permitiu compreender a importância de realizar trabalhos de campo na ciência geográfica, o que faz dessa pesquisa resultado de constantes provocações suscitadas no empírico. E o objeto de estudo que encontrou foi ao encontro da pesquisadora.

Desse modo, para o desenvolvimento da análise da distribuição e circulação do Preme, uma política de alimentação escolar, propõe-se a estruturação em três capítulos que organizam uma compreensão sobre a questão da alimentação na Amazônia, tema mais amplo e tão pertinente para a complexidade do espaço amazônico.

O primeiro capítulo contextualiza a política da alimentação escolar na perspectiva mais ampla sobre segurança alimentar e nutricional. Também, como a questão da alimentação torna-se pertinente para realidade amazônica. Na proposta das políticas públicas traz os programas de alimentação escolar, com enfoque no Preme do Amazonas.

O capítulo 2 segue trazendo uma caracterização dos municípios de Itacoatiara e Manacapuru, inseridos na RMM – recorte espacial dessa pesquisa. Isto, para subsidiar quando analisada a operação do Preme nas escolas públicas desses municípios e, assim, evidenciar as semelhanças e contradições ou, ainda, as suas complementaridades por meio da distribuição e circulação do Preme. Essa sequência culmina no último capítulo, com a análise realizada na conjugação dos relatos de campo, embasados em uma perspectiva a partir da metrópole e a sua relação nos municípios.

2

O Programa de Regionalização da Merenda Escolar (o Preme) no cenário da Política de Alimentação Escolar

Neste capítulo, aborda-se a política da alimentação escolar na perspectiva mais ampla sobre segurança alimentar e nutricional. Também, como a questão da alimentação torna-se pertinente para a realidade amazônica. Na proposta das políticas públicas, traz uma discussão sobre os programas de alimentação escolar, com enfoque no Preme, programa estadual do Amazonas.

Evidenciar o potencial do Preme está contido nos objetivos propostos desta dissertação. Para entendermos tal política de alimentação, faz-se necessário compreender o processo da construção deste e demais programas no Brasil.

2.1

Política de Alimentação Escolar

O tema da alimentação, enquanto direito social a ser assistido, não trilha um caminho recente; a preocupação internacional sobre garantia à alimentação, como direito assegurado à saúde e ao bem-estar estava na pauta da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. No Brasil, o direito à alimentação, enquanto direito social é contemplado no Art. 6º da Constituição Federal de 1988¹, considerado um marco para o Estado brasileiro para promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

O debate internacional sobre DHAA possibilita que o tema alimentação não seja restrito ao combate à fome e sim resguardar a segurança alimentar no Direito Humano à Alimentação Adequada. O conceito sobre segurança alimentar foi utilizado, durante o século XX, no âmbito político e econômico (BURITY et al., 2010; BELIK, 2003). Todavia, é na década de 1990 que a “FAO associou definitivamente o papel fundamental do Direito Humano à Alimentação Adequada à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional” (BURITY et al., 2010, p.11). Contudo, já não era recente, desde 1960, que se exigia uma relação entre alimentação e nutrição.

¹ Art. 6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Capítulo II, direitos sociais, Constituição Brasileira de 1988.

(...) apenas após a realização da Conferência Mundial de Alimentos, em Roma, em 1974, patrocinada pela FAO, que aprovou a recomendação para que os Estados-membros estabelecessem sistemas de vigilância alimentar e nutricional, é que o tema converte-se em componente programático de diversos países. (CAISAN, 2011, p.16)

No âmbito mundial, as discussões sobre alimentação saudável e segurança alimentar têm como representante a *Food And Agriculture Organization Of The United Nations* (FAO), uma instituição que tem como objetivos:

The eradication of hunger, food insecurity and malnutrition; the elimination of poverty and the driving forward of economic and social progress for all; and, the sustainable management and utilization of natural resources, including land, water, air, climate and genetic resources for the benefit of present and future generations. (FAO, 2015)

A FAO disponibiliza relatório anual, denominado *O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo* (sigla em inglês *SOFI*), e, em maio de 2015, foram publicados resultados positivos sobre a diminuição no mundo da subalimentação crônica, que contempla um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a erradicação da fome no mundo. O relatório *SOFI* apontou que a meta para 2015 atingiu o objetivo de diminuir o número de pessoas que estão desnutridas. De acordo com o mesmo documento, o Brasil se inseriu entre os países que estão abaixo do nível de 5% das pessoas que passam fome em sua nação (FAO, FIDA y PMA, 2015). Isto, em decorrência da política de transferência de renda, com o programa de governo denominado Fome Zero.

El Programa Hambre Cero y la Bolsa Família en Brasil fueron fundamentales para lograr un crecimiento inclusivo en el país. La Bolsa Família alcanzó a casi un cuarto de la población, mujeres en su mayor parte, transfiriendo más de 100 USD mensuales a cada familia siempre y cuando enviara a sus niños a la escuela. Con un crecimiento de la economía brasileña del 3 % anual desde 2000, que ha garantizado los ingresos públicos necesarios, estos programas han reducido la desigualdad de ingresos de forma significativa (...) (FAO, FIDA y PMA, 2015, p.30).

Tais programas federais, como Fome Zero e Bolsa Família, contribuíram para diminuição das desigualdades sociais, com a transferência de renda e aumento do acesso à educação. Não obstante, nossa análise não é para seguir a discussão sobre a diminuição da desigualdade social brasileira, e sim, para entender esses referidos programas, o que eles têm em comum, que é facilitar o acesso à alimentação da população brasileira mais carente. Neste sentido, é na esfera federal de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social

(MDS) e Combate à Fome² desenvolver esses programas supracitados e outros sobre segurança alimentar, nutricional e desenvolvimento social, em escala nacional.

Verifica-se que tais ações do Ministério de Desenvolvimento Social resultaram no reconhecimento favorável para saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome, em 2014 (FAO, FIDA y PMA, 2015).

Desde a década de 1990 o Estado brasileiro “assumiu a obrigatoriedade de respeitar, proteger, promover/facilitar e prover o DHAA” (SIQUEIRA et al., 2014, p.302). Mas, somente em 2003, o Governo Federal, com objetivo de combate à fome e à miséria no país, recria o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)³, que em 2004 instala a Comissão Permanente do DHAA (SIQUEIRA et al., 2014, p.302).

As políticas públicas criadas pelo MDS, a partir da implementação de leis, não são restritas ao acesso à alimentação, mas há uma preocupação da qualidade nutricional dos alimentos, ou seja, assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Para isso, é definido SAN, como:

Todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional. Ela deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região. (CONSEA, 2007)

O conceito construído para o SAN está inserido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)⁴ de 2006, que cria a composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído para assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Art. 2º, Lei 11.346, 2006).

² No site <<http://mdspravoce.mds.gov.br/>> encontram-se informações dos serviços, programas e benefícios MDS.

³ 3. DECRETO Nº 4.582, DE 30 DE JANEIRO DE 2003 Regulamenta o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, e dá outras providências.

⁴ 4. A Lei 11.346/ 2006 - Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Nas ações para garantir e/ou promover o DHAA, o Governo Federal implementa programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional. Os principais programas são: programas de transferência de renda – Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), programas setoriais (Mais Alimento - MDA, Mais Pesca e Aquicultura - MPA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER) e outros.

Nesse breve adendo sobre ampliação do debate em torno do Direito Humano à Alimentação Adequada identificamos os variados programas e ações existentes no Brasil até 2018. No atual governo, de 2019 até o momento desse texto datado, como ocorreram a reorganização de programas e extinção de ministério, como do Desenvolvimento Social e transferência de suas atribuições para o atual Ministério da Cidadania, não coube a essa pesquisa verificar os impactos nos desmontes dessas estruturas de gestão e as possíveis consequências nas garantias sociais.

Porém, sublinha-se que no Governo Bolsonaro a extinção de diversos órgãos consultivos, entre esses o Consea, com a Medida Provisória 870, evidenciou alertas de diversos setores, como representantes da sociedade civil e comunidade científica, que apontam para o enfraquecimento e o desmantelamento das políticas de segurança alimentar e nutricional. A preocupação sobre a extinção do Consea e as consequências no horizonte próximo são apontadas por Castro, quando avalia que:

Por meio da Medida Provisória no 870 (MP 870) 7, editada pelo presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro dia de governo, o CONSEA foi extinto, o que fragiliza sobremaneira o funcionamento do SISAN e compromete processos de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada em todas as esferas de governo. Isso é particularmente preocupante em um cenário de crise econômica aliada a uma política de austeridade fiscal, marcado pelo desmonte de políticas sociais e pelo estancamento ou piora de indicadores sensíveis à degradação das condições de vida: recrudescimento da mortalidade infantil, interrupção do processo de diminuição da desigualdade de renda e de raça, aumento do desemprego e da pobreza (com indícios de que o Brasil retornará ao Mapa da Fome), recrudescimento da violência no campo, entre outros. Além disso, a extinção do CONSEA representa uma afronta à democracia e um retrocesso social, uma vez que desmonta um espaço de participação, um dos pilares da democratização do Estado, conforme pactuado na Constituição Federal. (2019, p.2)

Verifica-se uma diversidade de ações e programas no âmbito das políticas públicas de alimentação. Tais políticas foram construídas ao longo de um processo histórico, ora com avanços, ora com retrocessos. O atual momento

político traz a importância da pesquisa e o caminhar entre a ciência e a sociedade civil para salvaguardar as conquistas da Constituição Federal de 1988. Diante do exposto, nesta dissertação abordaremos os programas PNAE, por ser diretiva no âmbito do governo federal e o Preme, o foco da dissertação.

2.2

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

No âmbito do debate internacional sobre o tema segurança alimentar e nutricional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) se consolida como marco relevante sobre o tema. O PNAE, sob a gestão do governo federal, visa garantir a alimentação e nutrição para indivíduos em idade escolar, ou seja, tem um enfoque para crianças e jovens.

Considerados como grupo vulnerável, crianças e jovens em idade escolar têm espaço no debate tanto internacional quanto nacional, nas instituições que promovem o desenvolvimento desses indivíduos. A ONU (Organização das Nações Unidas) e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância, do inglês *United Nations Children's Fund*) reconhecem que o direito à vida das crianças é assegurado a partir do desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social (UNICEF, 2004) e, ainda orientam o dever dos Estados na garantia desse direito. A UNICEF define crianças como seres humanos menores de 18 anos, exceto por lei nacional de maioridade mais cedo. Para o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) crianças são indivíduos com até 12 anos incompletos e respaldadas por lei⁵.

A questão da alimentação tangencia os grupos vulneráveis, como crianças e jovens em idade escolar, e promovem-se políticas públicas que estão relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional para garantir o desenvolvimento físico, social, educacional e de saúde. No Brasil, é a partir da redemocratização que se inicia outro olhar sobre a questão alimentar, enquanto direito assegurado pelo Estado. Porém, somente em 2006, com mecanismos legais para fortalecer a política de Segurança Alimentar e Nutricional, é criada a lei LOSAN (PEREIRA, 2011). Com isso, essa lei articulou os interesses pautados para garantir o direito humano à alimentação adequada brasileira.

⁵ Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Ministério da Saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente).

Configurava-se, assim, uma rede de participação entre instituições públicas, privadas e a sociedade civil, como estabelecido no Art. 1^o⁶ na Lei LOSAN para assegurar a segurança alimentar determinada no Art. 3^o⁷ da mesma lei orgânica. Essa determinação garante a segurança alimentar, assim como a qualidade alimentar e nutricional, através dos programas de políticas públicas. Dentre estes programas, encontra-se o PNAE, do Ministério da Educação. Até a consolidação do PNAE houve um longo caminho percorrido durante o século XX.

De forma breve, segue uma descrição do processo histórico, a partir das decisões políticas ou lutas sociais, da gênese dos programas de alimentação escolar.

A política pública de alimentação e nutrição surge na década de 1930, no Governo Vargas, a partir da institucionalização do salário mínimo que passa a garantir acesso ao que se compreendia como o necessário básico. Esta ação era vinculada ao Ministério do Trabalho e consolidou-se como política pública de alimentação.

No contexto inserido do pós 2^a Grande Guerra e fortalecimento dos estados-nações na escala internacional e, localmente, na latência do problema da fome e desnutrição no território brasileiro, foi criada a Comissão Nacional da Alimentação (CNA), no período de 1945 a 1972, que influenciou os próximos programas e ações sobre política de alimentação escolar. Segundo Silva, a CNA apresenta competências para:

definir a política nacional de alimentação, estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira estimulando e acompanhando campanhas educativas, e contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados. (1995, p. 88)

A experiência com a CNA trouxe vasto conhecimento sobre a questão alimentar, no entanto, a única iniciativa consolidada foi a "Campanha Nacional de

⁶ Art1º da Lei 11.346 de 2006 - 1ª Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

⁷ Art 3º da Lei 11.346 de 2006 - A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidades, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Merenda Escolar”, em 1956, base para o PNAE, denominado somente em 1979 no contexto do Pronan (SILVA, 1995).

Com a crise econômica, decorrente da falência do “milagre econômico brasileiro”, e, ainda, com a crise social da fome, foi lançado o Pronan (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição) durante a Ditadura Militar. O Pronan foi um programa de suplementação alimentar que não dialogava com a produção e a cultura agrícola local. Somente no final do século XX, quando a educação, saúde e agricultura adquiriram uma perspectiva sistêmica, este cenário permite a consolidação do PNAE (JAIME et al., 2018).

Contudo, somente no processo de redemocratização é que se tem a compreensão da alimentação como condição básica à vida, como direito a ser assegurado pelo Estado. Amplia-se o debate sobre direito à saúde e o direito à alimentação e nutrição que influenciaram as ações e avanços no âmbito do processo histórico do PNAE.

Promovido pelo Governo Federal e descentralizado na execução nos municípios e estados, o PNAE, para além de assegurar as melhorias na qualidade alimentar e nutricional, valoriza a aquisição da alimentação da agricultura familiar local nas refeições escolares e limita o aumento do consumo de alimentos com pouco valor calórico e nutricional.

As políticas públicas de alimentação escolar devem incorporar os princípios estabelecidos pelo PNAE, pois é o instrumento que regula a alimentação escolar em âmbito nacional. Sobre o PNAE, em seu contexto histórico e político, encontra-se uma vasta literatura nas áreas da saúde e políticas públicas (FNDE, 2015; STEFANINI, 1997). O PNAE tem como objetivo contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento e formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional" (FNDE, 2015).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universitário. (FNDE, 2015)

O PNAE foi implementado em 1955, pelo do Governo Federal, ao criar um fundo para oferecer alimentação escolar, mas, somente com a Constituição de 1988 fica assegurado por lei o direito à alimentação escolar oferecido pelos entes

federados. O Programa Nacional de Alimentação Escolar, por meio do repasse financeiro do FNDE, visa complementar a alimentação escolar. Abaixo, apresentamos tabela 2 com valores repassados e as etapas de ensino.

Tabela 2 – Repasse FNDE 2020

Etapas de ensino	Valor (R\$)
Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,53

Fonte: site FNDE, 2020.

Os repasses dos recursos financeiros provêm do Tesouro Nacional e são garantidos no Orçamento da União, sendo que o FNDE faz transferências às entidades executoras, estados, municípios e Distrito Federal. O PNAE é fiscalizado pela sociedade, por meio de Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo próprio FNDE, Tribunal de Contas da União, pela Controladoria Geral da União (GRU) e pelo Ministério Público (site FNDE, 2014).

A transferência é realizada diretamente às entidades executoras (os entes federativos), baseado Censo Escolar do ano anterior, um valor que estima os 200 dias letivos e é calculado numa equação: $VT = A \times D \times C$, no qual VT é o valor transferido, A é número de alunos, D é número de dias de atendimento e C o valor per capita para a aquisição de gêneros para o alunado. O valor do repasse corresponde à etapa de ensino de cada estudante.

Com resoluções e leis, o PNAE tem trazido avanços (TAGLIETTI; TEO, 2021) e um marco relevante foi a Lei Federal Nº11.947/2009 que definiu, no valor total da compra, a aquisição de no mínimo 30% itens de produção da agricultura familiar.

O ano de 2009 pode ser citado como um marco histórico para as recomendações alimentares e nutricionais no programa, tendo em vista a obrigatoriedade, imposta pela Lei Federal n. 11.947/2009, de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar, o que reconhecidamente vem contribuindo com a melhoria da qualidade nutricional das refeições escolares. Essa determinação foi reforçada pela Resolução CD/FNDE n. 38/2009, juntamente com a ampliação e o

detalhamento sobre recomendações nutricionais e alimentares para o PNAE, considerando a importância que a alimentação escolar assume no suprimento das necessidades nutricionais dos escolares e seu papel na promoção da alimentação adequada e saudável. (TAGLIETTI; TEO, 2021, p.6)

Os avanços na operacionalidade e na demanda de garantir o total desse valor repassado é delimitado em 30% desse valor para aquisição de itens alimentares comprados da agricultura familiar local.

Um dos pontos importantes do programa da alimentação escolar nacional para o objeto desta dissertação é a exigência de que, do orçamento repassado para as entidades executoras, haja esse investimento de 30% na compra de itens alimentares direto da produção agrícola familiar ou empreendedor familiar rural, priorizando assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas, visando o desenvolvimento econômico e sustentável regional (FNDE, 2014). Essa é uma das orientações nacionais para aquisição e composição da alimentação escolar que embasa o programa Preme, que será apresentado a seguir.

2.3

Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme)

A política pública do estado do Amazonas para ação da alimentação saudável e referente à questão alimentar nas escolas é o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme), criado pela Lei Ordinária 3454/2009 e tem como objetivo assegurar o consumo a alimentos regionais na merenda escolar, contribuindo para resgate de hábitos alimentares saudáveis e “estimulando o aumento da produção hortifrutigranjeira, florestal, extrativista e agroindustrial regionais” (Lei Ordinária 3454/2009, art 1º.) e está em conformidade com o recomendado pela LOSAN (PEREIRA, 2011).

O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PREME será coordenado pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, com o auxílio da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, e tem as seguintes finalidades: I - instituir e fomentar uma economia de produção sustentada de alimentos voltados à merenda escolar, a partir de uma demanda específica e definida; II - resgatar e respeitar os hábitos alimentares regionais; III - integrar a merenda escolar à proposta pedagógica das escolas, por meio de discussões sobre alimentação, saúde, higiene e produção agropecuária, pesqueira, florestal e outras provenientes do Setor Primário; IV - propiciar a produção de alimentos regionais de acordo com as vocações dos Municípios; V - reduzir custos com a merenda escolar, por meio da economia com transporte e armazenamento dos alimentos; VI - fomentar a geração de emprego e renda no interior do Estado. (Lei Ordinária 3454/2009, art2º.)

A criação do Preme, que tem como coordenação a SEDUC, foi lançada

oficialmente na Universidade Estadual do Amazonas (UEA), em 2003. Mas somente em 2007, com a criação da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), que passa a estruturar e a operacionalizar a política da merenda escolar regionalizada junto às instituições, como a própria Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Secretarias Municipal de Educação (Semedes), Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), Comissão Executiva de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Codesav), cooperativas agrícolas, associações rurais e agroindústrias.

O Preme, desde 2005, divulga a expansão do programa (tabelas 3 e 4), com ampliação dos números de escolas estaduais que participam e, atualmente, também insere as escolas municipais. Além disso, fortalece a produção agrícola regional com a participação de cooperativas agrícolas, agroindústrias e produtores beneficiados que são fornecedores localizados na maioria dos municípios do estado do Amazonas, com compras de itens alimentares que compõem a merenda escolar. Dito isto, o Preme é empregado como instrumento com ênfase na agricultura familiar pela Política Geral de Produção Rural do Estado do Amazonas, Lei 3800/2012.

Tabela 3 Preme de 2005 a 2013 SEDUC

RESULTADOS ALCANÇADOS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	4	13	22	25	31	32	39	41	62	62
COOP. / ASSOCIAÇÕES	--	7	27	22	41	45	54	60	60	61
AGROINDÚSTRIAS	--	10	25	35	37	39	46	48	68	69
PRODUTORES	--	1.150	2.620	3.400	5.400	5.512	7.150	11.654	12.890	13.534
PRODUTOS INCORPORADOS	8	20	31	37	39	42	44	46	48	51
PRODUÇÃO ADQUIRIDA (T)	--	1.500	2.000	2.807	3.758	3.850	4.753	5.000	5.443	6.238
ESCOLAS	--	186	220	248	260	280	280	290	562	582
ALUNOS	--	151.492	181.800	196.242	201.000	330.106	346.500	350.000	530.000	530.000
RECURSOS (MILHÕES DE R\$)	--	2.517	6.000	11.199	13.016	13.479	16.870	16.400	23.330	30.000

Fonte: Levantamento de pesquisa com ADS (2015)

Tabela 4 Preme de 2005 a 2013 SEMED

RESULTADOS ALCANÇADOS	2007	2008	2009	2010	2011	2013
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	25	31	32	39	45	62
COOP. / ASSOCIAÇÕES	22	41	45	54	54	61
AGROINDÚSTRIAS	35	37	39	46	46	69
PRODUTORES	3.400	5.400	5.512	7.150	11.654	13.534
PRODUTOS INCORPORADOS	19	18	17	24	16	27
PRODUÇÃO ADQUIRIDA (T)	787	1.264	1.524	1.902	765	1.816
ESCOLAS	350	350	420	420	420	492
ALUNOS	237.328	245.000	255.000	270.000	252.000	289.800
RECURSOS (MILHÕES DE R\$)	2.134.000	3.133.707	4.803.269	6.600.000	2.000.000	9.731.151,8

Fonte: Levantamento de pesquisa com ADS (2015)

Nota*: Não houve convênio em 2012

A ampliação do programa é verificada em números desde sua implementação, na SEDUC o resumo de 2004-2013 foi no total de R\$ 132.811.000,00 milhões e de 35.349 toneladas na produção adquirida, enquanto na SEMED a parceria inicia em 2007 e até 2013 o total foi de R\$ 28.402,80 e 8.058 em toneladas de produção adquirida.

O processo de participação dos produtores regionais, cooperativas / associações e agroindústrias é dado pelo credenciamento dos produtores que fornecem, de acordo com a sua capacidade de produção, a partir da inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição. E, de acordo com Monteiro-Bressan:

Anualmente, a SEDUC-AM, responsável pela coordenação do Programa, publica um edital de chamada pública contendo os produtos que se deseja adquirir, as quantidades e os valores a serem pagos, bem como os locais a serem entregues, uma vez que as entregas são de responsabilidade dos fornecedores. Sendo que a compra é realizada considerando a inexigibilidade de licitação por ser inviável a competição, nos termos da Lei nº 8.666/1993, artigos 15, I, e 25, I, e conjuntamente haverá um apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais, segundo artigo 2º, V da Lei nº 11.947/2009. (2016, p. 71)

No Amazonas, a política da alimentação escolar se diferencia entre as escolas municipais e estaduais. Assim como a própria composição orçamentária. Enquanto as municipais recebem verbas da prefeitura e do PNAE, a alimentação escolar do estado do Amazonas tem uma estrutura diferente, que será desenvolvida no Capítulo 4, no que tange à distribuição e circulação para a

aquisição de alimentos da produção local. Tal produção compõe a caracterização da alimentação amazônica.

2.4

Considerações sobre o hábito alimentar amazônico

A abordagem sobre alimentação regional suscita o clássico estudo pioneiro, em 1951, elaborado por Maximile Sorre, que identifica na análise geográfica sobre o regime alimentar. “O regime de um grupo é a combinação de alimentos, produzidos por seu território ou trazidos por trocas, que asseguram sua existência cotidiana ao satisfazer seus gostos e garantem sua persistência em um conjunto de condições de vida determinado” (SORRE, 2018, p. 22). E assim, influenciada pela transformação urbano-industrial, a definição qualitativa e quantitativa do regime alimentar é entendida em relação a um tipo de vida e, sobretudo, em relação a um regime de trabalho determinado (SORRE, 2018 p. 51). Nesse sentido, o regime alimentar não é um elemento da dimensão estrita do indivíduo, mas também se insere nas relações de produção social da sociedade capitalista de produção.

No que tange aos hábitos alimentares na Amazônia, esta não é uma discussão recente. O estudo de Josué de Castro no clássico livro *Geografia da Fome* foi publicado pela primeira vez no ano de 1952, e vem sendo continuamente atualizado, principalmente sobre sua leitura que caracteriza o flagelo da fome a partir dos aspectos biológicos, econômicos e sociais. Para analisar as condições dos hábitos alimentares no Brasil, orientou-se pelos princípios geográficos com o objetivo de localizar, delimitar e correlacionar os elementos naturais e culturais para compreender o fenômeno da fome.

Com base nesse estudo sobre o fenômeno da fome no Brasil, foram delimitadas cinco áreas alimentares no país: região amazônica, nordeste e açucareiro, sertão nordestino, centro-oeste e extremo sul. Destacam-se, aqui, os resultados para região amazônica, a qual integra a área desse estudo. A circunstância alimentar verificada nessa região era baseada na pesca e na farinha de mandioca, altamente calórica. No entanto, os hábitos alimentares caracterizavam-se por pouca diversidade alimentar, o que levaria as populações dessa região a sofrerem com uma pobreza nutricional. No aspecto da geografia da região, o estudo corroborou que a sazonalidade dos grandes rios influencia na agricultura. Por fim, a questão social, abordada por uma perspectiva crítica, compreende a fome como um fator social e, como as políticas públicas

implementadas na região eram pouco eficientes para o desenvolvimento da sociedade amazônica (CASTRO, 1984).

O quadro revelado acima pouco mudou em relação à má alimentação na região amazônica. Estudos recentes com comunidades ribeirinhas, onde se ressaltam os aspectos históricos e culturais, verificaram que elas mantêm a base da farinha da mandioca, mas há uma forte presença da dieta alimentar industrializada e ainda identificando uma carência nutricional (ADMS et al., 2006). Outra pesquisa, em relação à faixa etária das crianças, também com populações ribeirinhas da região, indica que há condições alimentares que trazem implicações negativas para a saúde, como o atraso no crescimento e desenvolvimento infantil. Estudo sobre padrões socioeconômicos e o estado nutricional foram considerados para compreender o hábito alimentar das crianças em comunidades ribeirinhas (SILVA, 2006). Não obstante, os hábitos alimentares nas cidades amazônicas estariam sendo modificados por uma substituição dos alimentos regionais pelo consumo de produtos industrializados (PIVETTA, 2011).

O hábito alimentar da região amazônica, baseado na combinação peixe com farinha, tem sido substituído por uma dieta de supermercado, alimentos como frango congelado, biscoitos e refrigerantes, como verificou Pivetta (2011) na recente pesquisa realizada no Alto e Médio Solimões, com populações ribeirinhas. Essa transição dos hábitos alimentares na Amazônia pode ser explicada pelo maior acesso à renda, decorrente dos programas sociais, pois “quando o dinheiro extra entra em caixa, as famílias dessas vilas rurais, como boa parte dos habitantes do Brasil mais urbano, resolvem sair da rotina alimentar” (PIVETTA, 2011, p. 58). Dito isto, corrobora-se que a transferência de renda, como o Bolsa Família, é prioritariamente para aquisição de alimentos, notadamente para as regiões norte e nordeste (CABRAL et al., 2013).

As políticas de transferência de renda, de fato, alteraram as estatísticas, como a diminuição das desigualdades sociais, com o aumento da renda familiar e o acesso à educação escolar:

Inequality in Brazil, as measured by the Gini coefficient, fell from 0.59 in 2001 to 0.53 in 2007. Much remains unknown about why inequality has fallen, but two sets of known causes stand out. The first consists of improvements in education (...). The second set of factors that reduce inequality are direct cash transfers from the state to families and individuals. These transfers improve secondary income distribution. (HAILU; SOARES, 2009)

No entanto, essa relação da transição dos hábitos alimentares com o aumento da renda da população mais carente, não garante aquisição de consumo alimentar mais saudável (SAWAYA; FILGUEIRAS, 2013).

Desse modo, novas problemáticas surgem desdobradas por esses novos hábitos alimentares. Com os consumos de alimentos industrializados, a alta quantidade de sódio, ingestão de gorduras e açúcares, pode surgir na criança a obesidade, diabetes adquirida e outras doenças em consequência dessa má alimentação e, ainda, evidenciar a subnutrição devido a alimentos altamente calóricos e com baixos valores de nutrientes. Compreende-se, assim, uma relação estreita entre alimentação e saúde (SAWAYA; FILGUEIRAS, 2013) como estabelecem estudos sobre hábitos alimentares ruins adquiridos na infância, os quais são prejudiciais para o desenvolvimento saudável.

Um segundo viés para compreender a transição dos hábitos alimentares é a cultura, pois o debate sobre hábitos alimentares ultrapassa as questões locais (familiar). A partir da década de 1980, foi intensificada a transformação dos hábitos alimentares, com o crescimento dos alimentos industrializados sendo introduzidos nas distintas culturas alimentares e substituindo alimentos regionais por alimentos industrializados. E, ainda, há o impacto da televisão como meio catalisador desse processo de introduzir alimentos industrializados na dieta familiar, ainda que essas famílias estejam distantes geograficamente dos grandes centros urbanos.

A vontade de imitar preferências alimentares dos moradores das cidades também é motivada por um componente cultural. Com televisão em casa, as populações ribeirinhas querem consumir produtos valorizados nos centros urbanos em vez dos alimentos regionais. (PIVETTA, 2011, p. 59)

Não somente a indústria alimentar caracteriza a mudança de hábitos alimentares, mas o comércio de alimentos com sua publicidade tem desenvolvido sabores, imagens e técnicas de persuasão para atingir as crianças de todas as classes sociais e mudar seus hábitos e de suas famílias (SOWAYA; FILGUEIRA, 2013). Com isso, considera-se que, no processo de mudança de hábitos alimentares globalizantes, com interferência local significativa na saúde, socioeconômica e cultural, “de todas as faixas etárias, as crianças são as mais suscetíveis à criação desses reflexos condicionados e também o principal agente para indução do consumo de alimentos e bebidas industrializados na família” (SOWAYA; FILGUEIRA, 2013, p. 58). Nessas circunstâncias, as crianças, o público-alvo dessa pesquisa, são vulneráveis à ideologia e ao consumo de alimentos industrializados.

Um estudo empírico que analisa a educação nutricional em escolas municipais em Minas Gerais utilizou as diretrizes do PNAE para incentivar o espaço da escola como ambiente para formação de hábitos alimentares saudáveis, “além de inserir a alimentação e nutrição no conteúdo programático nos diferentes níveis de ensino” (CARVALHO et al., 2010, p. 21). Essa pesquisa teve como objetivo avaliar o consumo alimentar e o impacto da promoção dos hábitos alimentares saudáveis nas escolas. A pesquisa qualitativa teve duração de três meses, com público-alvo na faixa etária de 6 a 10 anos, e a metodologia utilizada avaliava o estado nutricional, a qualidade de consumo alimentar. Por fim, realizou oficinas de educação nutricional para analisar a intervenção na educação alimentar – aplicaram questionários no início e final das atividades. Os resultados revelaram uma alimentação inadequada, com desvio nutricional, sobrepeso e baixa ingestão de alimentos saudáveis como frutas, legumes e verduras e o alto consumo de frituras e refrigerantes (CARVALHO et al., 2010).

O debate sobre a análise da educação nutricional tem enfoque na saúde da criança na educação básica (CARVALHO et al., 2010) – não sendo essa a proposta desta dissertação. No entanto, a conclusão voltada para desenvolver atividades na educação nutricional de modo a garantir a formação de hábitos saudáveis no espaço da escola passa pelos itens alimentares que compõem a merenda escolar e, ao saber das redes que abastecem a alimentação escolar, a nossa pesquisa pode vir a contribuir com debate sobre hábitos alimentares saudáveis na escola ou mesmo apontar a pertinência da merenda escolar na formação da qualidade alimentar da criança.

Como apontado, alguns caminhos suscitam para compreender os hábitos alimentares das crianças. Nesta pesquisa, reconhece-se o Preme, enquanto elemento de análise pertinente para entender o hábito alimentar amazônico, pela escala de ação e atravessado por meio da interação com a saúde – socioeconômica e cultural. Em relação à saúde, a faixa etária em idade escolar, o desenvolvimento e o crescimento estão em formação, e na dimensão socioeconômica, como exemplo a transferência de renda que aumentou o acesso ao consumo das famílias pobres brasileiras, tem-se acesso a alimentos que antes não faziam parte da rotina alimentar. E, por último, aponta-se o aspecto cultural, sendo as crianças indivíduos mais suscetíveis de uma padronização dos hábitos alimentares, ora da cultura alimentar industrializada, notadamente instigada pela publicidade, ora como público-alvo de políticas públicas, com os programas da alimentação escolar.

Desse modo, a perspectiva filosófica lefebvriana desenvolvida no livro *A vida cotidiana no mundo moderno* traz uma contribuição para essa abordagem geográfica ao utilizar o cotidiano enquanto categoria analítica. Porque “o cotidiano seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou consumo dirigido, assim como a sua moldura na modernidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 81), ainda por ser uma categoria que manifesta as “banalidades” que ocorrem na vida cotidiana no mundo moderno, tendo no processo da urbanização a revelação das relações de mercadoria-consumo (LEFEBVRE, 1991).

Ao trazer essa compreensão e como se manifesta na escala do indivíduo (criança e jovens em idade escolar), as políticas de alimentação escolar, por meio dos itens alimentares regionais, são distribuídas e encontram-se como contrafluxo ao discurso da vida cotidiana no mundo moderno, aqui identificado com a substituição dos itens alimentares regionais por itens industrializados, influenciado pelo mecanismo da publicidade de consumir os desejos, consumir alimentos industrializados típico de uma ideologia urbana. Assim, adquirindo hábitos de uma vida moderna.

Aqui, entende-se necessária a compreensão do desenvolvimento da geografia marxista e os caminhos que induziram a realizar o materialismo histórico geográfico e considerando o contexto, segundo Soja (1993), com o momento da explosão pós-moderna que suscitou o debate crítico sobre a teorização do espaço.

Um importante autor de influência marxista para a geografia foi o filósofo Henry Lefebvre, que, ao considerar a importância da teoria espacial do marxismo ocidental, defendeu a pertinência do espaço na teoria social crítica. As obras lefebvrianas assumiram um posicionamento contrário ao dogmatismo reducionista da interpretação de Marx, assim como favoreceram para um debate marxista mais flexível, de acordo com Soja (1993).

As obras de Lefebvre têm perspectiva crítica elaborada numa releitura das obras de Marx para teorizar espaço, a partir do fetichismo da mercadoria e das relações sociais de produção nas suas contradições que se revelam na produção do espaço urbano. O autor, em *Revolução Urbana* (1999), constrói a seguinte hipótese: “urbanização completa da sociedade”. Essa sociedade urbana está em gestação na sociedade burocrática de consumo dirigido, na qual, ao realizar essa sociedade, ela evidenciaria uma prática urbana. É nesse sentido que a perspectiva teórica contribui para compreensão da complexidade para alimentação escolar regional.

Massey (2008) contribui para o debate a partir das teorias espaciais ao apontar 3 proposições: 1º reconhecer o espaço como produto de inter-relações, nas múltiplas escalaridades – do local ao global; 2º o espaço compreendido como esfera da multiplicidade, onde coexistem a heterogeneidade; e fim, 3º o espaço interpretado como continuamente em construção, ou seja, não somente dado, mas também como possibilidade de mudança e isto ocorre na compreensão do espacial enquanto político. Com isso, essa análise traz embasamento em como uma política pública sobre alimentação escolar regionalizada tem a virtualidade de apropriação para um consumo alimentar regional, em relação aos itens alimentares produzidos na região e a garantia de mercado para continuidade dos produtores no escoamento da produção.

Essa análise se constitui em um devir potencial de apropriação alimentar regional e se norteia nas proposições sobre espaço, apontadas acima e elaboradas por Massey (2008), que afirma:

Tudo o que eu quis dizer a esse respeito é a existência coetânea de uma pluralidade de trajetórias, uma simultaneidade de estórias-até-agora. Assim, a mínima diferença ocasionada pelo fato de uma posição já suscita o fato de sua unicidade. Isto não é, então, 'diferença' contrastando com classe, como em algumas velhas batalhas políticas. É, simplesmente o princípio de heterogeneidade coexistente. Não é natureza específica das heterogeneidades, mas a realidade delas, que é intrínseca ao espaço. (MASSEY, 2008, p. 33)

Sob o aspecto orientado pela terceira proposição espacial, Massey (2008) compreende a importância da dimensão política que se realiza no espaço que deve ser analisado sob a ótica que o “espaço é aberto”. Sendo assim, a autora afirma:

A relação com a espacialidade é dupla: primeiro, essa irreducibilidade da instabilidade esta ligada e, certamente, condicionada a espaço/espacialidade e, segundo, muita 'política espacial' preocupa-se com o modo como tal caos poder ser organizado, como as justaposições podem ser reguladas, como o espaço poderia ser codificado, como os termos conectividade poderiam ser negociados. Assim como tantos, muitos de nossos habituais modos de imaginar o espaço foram tentativas de dominá-lo. (MASSEY, 2008, p. 216)

Portanto, para Massey é a partir da análise do espaço que se pode desvelar as contradições e assimetrias de poder nas múltiplas dimensões e escalas que nortearam os fundamentos sobre o espaço na RMM.

Dito isto, na região amazônica torna-se pertinente trazer o Preme para fortalecer e valorizar os hábitos alimentares regionais. Ele tem o propósito de cumprir esse papel, não somente pelo mecanismo da Lei 3800/2009, mas por se

configurar como programa de alimentação escolar nas especificidades da realidade amazônica, no qual será verificado a implementação nas áreas de estudo, a partir das suas estruturas de ação no capítulo 4 desta dissertação. Todavia, adiante, faz-se necessária a caracterização dos municípios de Itacoatiara e Manacapuru, no recorte espacial da RMM.

3

Caracterização de Itacoatiara e Manacapuru, municípios pertencentes à Região Metropolitana de Manaus

O tema da alimentação, enquanto direito social a ser assistido, como analisado, não trilha um caminho recente e ainda há muito que percorrer para a realidade amazônica. Nessa região, o atual padrão de alimentação tem se modificado. Investigar e entender a alimentação escolar se apresenta até aqui fundamental na proposição que subsidie e fortaleça políticas públicas importantes e estruturantes nas cadeias de produção agrícola local.

Neste capítulo caracterizamos os municípios de Itacoatiara e Manacapuru, enquanto pertencentes à área metropolitana da RMM, pois são áreas de potenciais agrícolas e implementam políticas de alimentação escolar. Desse modo, ambos os municípios serão diferenciados nas suas especificidades histórica e socioeconômica. Para isso, fez-se necessária a análise dos dados secundários, para comparação e compreensão das dinâmicas urbanas e rurais.

3.1

Os municípios de Itacoatiara e Manacapuru no contexto da RMM

Os municípios de Itacoatiara e Manacapuru foram escolhidos para esta análise ao participarem no abastecimento do programa de regionalização da alimentação escolar, o Preme, e apresentarem, assim, uma função importante na distribuição e circulação.

O processo de ocupação desses municípios, Itacoatiara e Manacapuru, coincide com o processo de dominação e ocupação do território colonial amazônico.

Tal ocupação assumiu três faces que não foram distintas entre si, uma vez que existiram de forma bastante inter-relacionadas: 1) a de defesa e posse do território através de encontros militares, construção de fortificações e viagens fluviais como a de Pedro Teixeira; 2) a economia, que, inicialmente, tinha suas atividades voltadas para o plantio da cana-de-açúcar e para a extração das chamadas “drogas do sertão” e, depois, foi seguida por uma experiências agrícola e pela implantação da pecuária; 3) a espiritual e religiosa, que se preocupou com os descimentos, a catequese e “civilização” dos índios, realizados por missionários. (OLIVEIRA, 1983, p.169)

O processo da formação das cidades na Amazônia é visto, na “(...) maior parte do tempo, por um lado [pela] história do conquistador e, por outro, história de resistência e combate contra os fundadores e ocupantes das espacialidades que vieram a se transformar em cidades” (SCHWADE, 2014). Sobre as características geo-históricas da criação das cidades amazônicas, existem diversos autores, entre eles MONTE-MÓR (2004), que aborda o processo de urbanização na Amazônia.

No caso de Itacoatiara, a ocupação dos primeiros núcleos de povoamento ocorreu junto à catequização dos jesuítas, em meados do século XVIII. Efetivamente, a fundação ocorre na margem esquerda do rio Amazonas e, em 1759, a aldeia jesuíta é elevada à vila de Serpa, sendo a terceira vila instalada, depois de Borba e Barcelos, decorrente da funcionalidade que esta exercia no médio Amazonas para atividades coloniais.

(...) a Vila de Serpa era um exemplar da produção externa a ela, e sua fisionomia constituía-se a partir das condições da sua espacialidade, ou seja, representava um pequeno ponto no médio Amazonas, cuja funcionalidade era servir de entreposto e estocagem de produtos extrativistas e agrícolas. Sua utilidade tornava-se múltipla ao se tornar também porto privilegiado, onde era possível observar e assegurar o controle tributário e administrativo dessa porção do território da Capitania. Essa função portuária adquire importância à proporção que as atividades de coleta de drogas iam intensificando-se. (OLIVEIRA, 2007, p.44).

A Vila de Serpa, localizada no médio Amazonas, à margem esquerda do Rio Amazonas em confluência com o Rio Madeira, é elevada à categoria de cidade no ano de 1874 – Itacoatiara. A toponímia desse município tem o significado de pedra pintada na língua tupi-guarani, consequência da existência de inscrições em algumas pedras, localizadas à margem do rio Amazonas, defronte a atual sede municipal. No entanto, há uma curiosidade nos relatos de Antônio Cantanhede em *Outras Histórias do Amazonas*, em que afirma que a denominação de Itacoatiara provém da seguinte decomposição: Itá – pedra, Coati – o mamífero; e Ara – o que nasce (AMAZONAS, 1970).

Desde o início da formação e ocupação de Itacoatiara, a importância da localização geográfica é ressaltada enquanto estratégia na comercialização da colônia portuguesa (OLIVEIRA, 2007).

A produção do espaço urbano de Itacoatiara tem significativa transformação com a economia da borracha. Foram feitas obras de infraestrutura, cresceram as ofertas de serviços e melhoramentos urbanos para acomodar a demanda externa do ouro-branco extraído dos seringais na Amazônia. Não somente são verificadas

transformações econômicas, como também as mudanças nos fluxos populacionais, com a entrada de migrantes na cidade de Itacoatiara.

Com os ares da modernidade, a cidade não só substitui a madeira pelo ferro, a palha pela telha, o barro pela alvenaria, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, expande a navegação, desenvolve a imigração nacional e estrangeira. (OLIVEIRA, 2007, p. 71)

No período, meados do século XX, em que a economia da juta ascende, inicia a atividade fabril em Itacoatiara. Esta nova economia, trazida com a migração dos japoneses, gerou para Itacoatiara “indústrias de tecelagem, dinamizou o intercâmbio comercial com Manaus, expandiu as atividades do comércio, possibilitou a geração de emprego e renda” (OLIVEIRA, 2007, p. 91). Esta dinamização socioeconômica desenvolveu e ampliou o espaço urbano da cidade, que também se fortaleceu como importante município para região do médio Amazonas.

Sobre o contexto histórico da fundação de Manacapuru, ele coincide com a história de ocupação no Amazonas no período colonial, onde se localiza uma expressiva quantidade de municípios fundados na calha dos rios Solimões-Amazonas, pois “a localização dos Povoados e Vilas demonstra a primeira estratégia de Portugal em ocupar e conquistar a região” (OLIVEIRA, 1995, p.30). Com isso, o município de Manacapuru, localizado na margem do rio Solimões, tem também relevância geográfica, notadamente, pela proximidade física com a cidade de Manaus.

A fundação de Manacapuru tem origem a partir da existência de uma feitoria de pesca para abastecer Barcelos e, ainda, o estabelecimento do povoado indígena em 1786. Mas somente em 1894 a região foi elevada a vila, por conseguinte foi criado o município – tendo sido desmembrado de Manaus. Contudo, o atual município foi aglomerado, passou para freguesia e depois para vila sem grandes mudanças, até ser elevado a cidade (LIMA, 2011).

A cidade é denominada “princesinha dos Solimões”, pois está localizada à margem esquerda do Médio Solimões, na confluência deste rio com a foz Manacapuru. A toponímia da palavra Manacapuru é de origem indígena tupi: manacá – flor e puru – enfeitado, matizado; assim o significado tupi é flor matizada (LIMA, 2011).

Ao que se refere a Manacapuru, no censo de 1950, o município apresentava uma densidade demográfica de 0,72 hab/km², superior à densidade da Amazônia, que tinha 0,52 hab/km², com dinâmica urbana crescente. Os estabelecimentos

comerciais eram, em meados do século XX, no total de 82 (81 varejistas e um atacadista), mais duas serrarias, duas usinas de destilação de pau-rosa, uma fábrica de beneficiamento de arroz e uma fábrica de aguardente, demonstrando dinâmica nos setores da economia comercial e industrial. Contudo, se destacava a economia agrícola com o cultivo da juta, produto agrícola introduzido pelos japoneses e que estava em ascensão no estado do Amazonas (AMAZONAS, 1960). Por outro lado, o município importava gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens e material elétrico.

Esses dados socioeconômicos foram retirados de bibliografias que analisaram a geo-história desses dois municípios (OLIVEIRA, 2007; LIMA, 2011), onde são ressaltados que ambos, Itacoatiara e Manacapuru, desenvolviam trocas econômicas importantes com Manaus e com municípios circunvizinhos. Deste modo, esses dois municípios, desde suas formações, desempenharam importante função de entrepostos comerciais.

Destaca-se que, atualmente, essas trocas dinamizaram a economia por causa das ligações por estradas, pois antes eram limitadas por conexão fluvial. Em 1965, foi inaugurada a estrada AM-010 que liga Manaus a Itacoatiara, uma distância de 266 Km, que atravessa também Rio Preto da Eva (BRAGA, 2011). E, no ano de 1977, com 86 Km de extensão, foi inaugurada, com camada asfáltica, a rodovia Manuel Urbano, mais conhecida como AM-070, que liga Manaus-Manacapuru e também conecta os municípios de Iranduba e Novo Airão (LIMA, 2011), que atualmente agilizaram os fluxos com a recente ponte do Rio Negro, inaugurada em 2011.

A dinamização dos fluxos é também possibilitada pela conexão via fluvial com a sede metropolitana e cidades do entorno. A cidade de Itacoatiara apresenta uma infraestrutura portuária multimodal, situada à margem esquerda do rio Amazonas, e é importante para escoar a soja e comercialização madeireira. Destaca-se o potencial hídrico dos rios Amazonas-Madeira, que são navegáveis durante todo ano, e ainda há coincidência da época da cheia do rio com o período em que é transportada a maior quantidade de soja – os meses de fevereiro, março e abril (Agência Nacional de Transporte Aquaviários, 2010). Durante todo ano há intensa circulação de barcos para o transporte de passageiros e turistas, barcos regionais de pesca e navios para o transporte de cargas e grãos (BRAGA, 2011). Dada as suas características portuárias, Itacoatiara assume papel de entreposto da soja.

A posição que ocupa este município na foz do rio Madeira e o perímetro do Médio Amazonas, com seus portos servindo de elo com o Centro-Oeste, Mato Grosso e Rondônia, por intermédio da hidrovia Madeira/Amazonas é fundamental para escoamento de madeira, bem como de grãos de soja pelo grupo André Maggi-(Hermasa), uma vez que facilita a chegada da matéria-prima (soja), oriunda dos estados de Mato Grosso e Paraná, via Rondônia. Para serem embarcados em navios graneleiros, de diversas bandeiras no porto de Itacoatiara, possibilitando levar os grãos rumos aos mercados mundiais, tornando assim, o município um corredor, ou seja, um entreposto de soja. (BRAGA, 2011)

Há ainda um porto de pequeno porte na cidade para a circulação e comercialização do pescado e produtos provenientes do campo, assim como embarque e desembarque de passageiros da zona rural e de outros municípios vizinhos. Em Manacapuru, assim como em Itacoatiara, o porto está situado à margem esquerda do rio Solimões, tendo grande dinâmica para o transporte de passageiros e trocas comerciais.

A importância de Manacapuru na Região Metropolitana de Manaus tem aumentado, porque a cidade é um subcentro comercial que atende municípios e comunidades em seu entorno, é também um ponto estratégico planejado pelo governo estadual (Eduardo Braga, 2007, Partido Liberal), para o intermédio do seu porto fluvial, receber os transportes do médio (Tefé, Coari, Codajás, Fonte Boa, Anori, Beruri e Anamá) e alto Solimões (Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Jutai, Tocantins, Tabatinga, Benjamim Constant e Atalaia do Norte) promovendo assim um descongestionamento do porto de Manaus. Ademais, o porto de Manacapuru, proporcionará o escoamento da produção e de passageiros vindos destes municípios por via fluvial completando seu trajeto até a capital amazonense, perfazendo um percurso de 86 Km pela rodovia AM 70. Isso significa que a viagem de Manacapuru à Manaus dura em média uma hora por via terrestre e cinco horas por via fluvial (barco) (LIMA, 2011, p.18).

O porto de Manacapuru tem potencial significativo e recebeu investimento de infraestrutura e foi reinaugurado em 2014. A Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra) responsável pela obra, refletia o objetivo do Governo Estadual de impulsionar este município como entreposto de produtos de outras cidades com destino ao mercado de Manaus (LIMA, 2011). Esse investimento político será viabilizado pelas obras de duplicação da AM-070. Um dado recente da Seinfra são que essas obras de infraestrutura para duplicação da AM-070 se estabelecerão desde a ponte do Rio Negro até a entrada de Novo Airão. Isso porque de Novo Airão até Manacapuru essa duplicação já foi feita, num orçamento total de 200 milhões de reais. Essas ações reafirmam o desenvolvimento urbano-regional apontado na tese de Sousa (2013).

3.2

Caracterização socioeconômica dos municípios de Itacoatiara e Manacapuru

Na caracterização social de Itacoatiara e Manacapuru, destacam-se três componentes: população, população urbana e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), comparados durante os censos de 1991, 2000 e 2010 (tabela 5).

Tabela 5 – Características gerais de Itacoatiara e de Manacapuru

Ano	Itacoatiara			Manacapuru		
	Pop total	Pop urbana %	IDHM	Pop Total	Pop urbana %	IDHM
1991	58.757	63,62	0,408	57.173	63	0,339
2000	72.105	64,44	0,491	73.695	64,67	0,437
2010	86.839	66,97	0,644	85.141	70,68	0,614

Fonte: Censo IBGE 2010; AtlasBrasil (2013). Org.: Juliana da Silva.

O primeiro componente revela que, em ambos os municípios, houve aumento da população, sendo Itacoatiara maior que Manacapuru. De acordo com o AtlasBrasil (2014), Itacoatiara teve uma taxa média de crescimento anual da população de 1,88%, acima da taxa média do estado, 1,02%, e acima da taxa média nacional de 1,01%, isso entre os anos de 2000 e 2010. E Manacapuru apresentou 1,56% da taxa média de crescimento para o mesmo período.

Verifica-se ainda uma tendência de crescimento da população, como mostram as estimativas do ano de 2013 tanto para Itacoatiara quanto para Manacapuru, respectivamente, 94.278 e 91.795 habitantes (IBGE, 2014).

Para a caracterização socioeconômica de ambos os municípios, é pertinente analisar o segundo componente, a população urbana. Há uma tendência de aumento na taxa da população urbana de Itacoatiara e Manacapuru, já que desde os anos 1991, 2000 e 2010 ambos os municípios apresentaram crescimento. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização de Itacoatiara cresceu 5,27%, enquanto em Manacapuru, no mesmo período, a taxa cresceu 11,70%. O crescimento da urbanização de Manacapuru foi superior ao de Itacoatiara, no Censo de 2000 (IBGE), devido às recentes transformações socioespaciais na porção centro-sul da RMM, decorrente a construção da ponte de Iranduba (SOUSA, 2013).

O terceiro e último componente é o IDHM pertinente para caracterizar Itacoatiara e Manacapuru. A média total do IDHM, nos censos de 1991, 2000 e 2010 tem apresentado significativo aumento, mas não se pode fazer assertiva sobre desenvolvimento socioeconômico de ambos os municípios. Contudo, é necessário estratificar essas médias (tabela 6), para evidenciar quais dos indicadores tiveram alterações significativas nestes 20 anos (1991-2010), para assim obter um viés de análise sobre desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

	MANACAPURU			ITACOATIARA		
IDHM/ ANO	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Educação	0,126	0,232	0,481	0,192	0,293	0,534
Longevidade	0,612	0,694	0,795	0,667	0,741	0,811
Renda	0,507	0,517	0,604	0,532	0,544	0,618

Fonte: Atlas Brasil (2014).

Os indicadores do IDH-M são três: educação, longevidade e renda, e ao estratificar cada indicador, descreve um cenário qualitativo dos municípios estudados. É de conhecimento que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é compreendido em uma escala de 0 a 1, em que o índice mais próximo de 1 significa menos desigualdade social. Para os municípios estudados, nas últimas duas décadas, os dados na taxa média do IDH-M de Itacoatiara e Manacapuru, respectivamente são 57,84% e 81,12% – ambos estão acima da média estadual (56%) e acima da média nacional (47%). A partir disso, pode-se analisar de forma separada cada indicador do IDHM.

Os dados sobre o indicador educação verificados no IDH-M para os municípios de Itacoatiara e Manacapuru apresentaram um aumento significativo no índice. Este “salto” representativo foi entre as décadas 2000 e 2010. Isto porque os anos esperados de estudo, de acordo com AtlasBrasil (2014), aumentaram.

Para Itacoatiara, o indicador de educação referente às crianças de cinco a seis anos na escola, entre o período de 1991 e 2000, cresceu 90,52% e no período de 2000 a 2010 cresceu 49,59%; as crianças nas idades de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental cresceram em 7,92% no período de 1991 a 2000 e entre 2000 e 2010 o aumento foi de 168,96%. Constata-se o aumento de escolaridade completa entre a população jovem. Com Ensino Fundamental completo, jovens entre 15 e 17 anos cresceram 65,22% entre os

anos de 1991 e 2000, e para o período entre 2000 e 2010 o aumento foi 122,70%. O mesmo se verificou para o Ensino Médio completo entre jovens de 18 a 20 anos, que no período de 1991 a 2000 cresceu 54,88% e 100,27% entre 2000 e 2010. Portanto, no município de Itacoatiara verificou aumento de crianças e jovens com acesso à educação (ATLASBRASIL, 2014).

Em Manacapuru, faz-se a mesma análise para o indicador de educação. Entre crianças de cinco a seis anos na escola, no período de 1991 a 2000, o índice cresceu 107,87% e no período de 2000 a 2010 cresceu 42,91%. Na idade de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental, no período de 1991 a 2000 cresceu 131,83% e entre 2000 e 2010 o aumento foi de 167,41%. Entre os jovens com anos de escolaridade completa, o índice também teve aumento nos mesmos períodos analisados. Para jovens com idade entre 15 e 17 anos com Ensino Fundamental completo, a taxa do indicador de educação cresceu 64,70% entre o período de 1991 e 2000, e para os anos de 2000 a 2010 o crescimento foi 175,38%. Também verificou-se que o mesmo indicador, no Ensino Médio completo entre jovens de 18 a 20 anos, no período de 1991 a 2000, cresceu 24,01% e 263,68% entre 2000 e 2010. Portanto, no município de Manacapuru, assim como em Itacoatiara, observa-se aumento significativo no acesso à educação (ATLASBRASIL, 2014).

Entretanto, mesmo que o acesso à educação tenha tido aumento significativo em ambos os municípios, ainda apresenta taxas abaixo da média estadual de escolaridade completa no censo de 2010. Em Itacoatiara, a população com 18 anos ou mais que completou o Ensino Fundamental era de 46,26%, e para o Ensino Médio completo era de 28,77%; enquanto em Manacapuru, o índice de jovens com 18 anos ou mais com Ensino Fundamental completo foi de 40,79% e no Ensino Médio completo de 24,71%. Contudo, a média no estado do Amazonas para o Ensino Fundamental completo é 54,87% e 37,66% para Ensino Médio completo, para a mesma idade. Para Itacoatiara e Manacapuru, a taxa de analfabetismo diminuiu 11,52% e 19,01% respectivamente, mas o indicador educação aponta ainda menos escolaridade para a população adulta (ATLASBRASIL, 2014).

A longevidade, outro indicador do IDHM, que compõe a esperança de vida, em ambos os municípios estudados, teve aumento. Essas taxas foram as que apresentaram os melhores indicadores nos períodos 1991, 2000 e 2010 entre os outros indicadores. Contudo, no censo de 2010, a média da esperança de vida para Itacoatiara foi 73,7 anos e para Manacapuru de 72,7 anos. Mas, para o

mesmo período, a média do estado do Amazonas foi 73,3 anos e a média nacional 73,9 anos (ATLASBRASIL, 2014).

Ao analisar o indicador da renda, o último indicador do IDHM é muito pertinente, se o compararmos também ao Índice de Gini, pois analisa a situação da pobreza a partir do aumento da renda per capita média, que apresentou, nos períodos de 1991, 2000 e 2010, aumento em ambos os municípios. Por outro lado, entre 1991 e 2010, segundo os dados do AtlasBrasil (2014), constatou-se que a concentração de riqueza nesses municípios também aumentou, acentuando as desigualdades sociais.

A posição do ranking nacional de 2010 mostrou que Itacoatiara ocupa a 3222^a e Manacapuru tem a colocação 3820^a, sendo ao todo considerados 5.565 municípios brasileiros para essa comparação. Entre somente os 62 municípios do estado do Amazonas, Itacoatiara e Manacapuru ocupam, respectivamente, a 4^a e a 11^a posições. Dessa forma, ao analisar o desenvolvimento humano nos recortes espaciais estudados, os dois municípios apresentam condições melhores do que as do estado, mas continuam abaixo da média nacional.

Toda essa apresentação anterior, através dos dados histórico e socioeconômico de Manaus, Itacoatiara e Manacapuru, expressa características relevantes para a RMM. Isto porque, ao analisar a participação do PIB desses três municípios, Manaus se sobressaiu como primeiro e mais importante, enquanto metrópole onde se localiza o polo industrial e a concentração dos principais serviços. Em seguida, o segundo PIB é de Itacoatiara na participação do Porto Graneleiro e do polo moveleiro e, terceiro, é o PIB de Manacapuru, com destaque para as indústrias de gêneros alimentícios, tecelã e a produção da juta e malva. Destaca-se ainda o estruturado setor de comércio e serviços nesses municípios. Outro fator importante é a educação superior – em Itacoatiara há um campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM-Itacoatiara) e um polo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Manacapuru tem um polo também da UEA (EHNERT, 2011). Também se analisaram os aspectos socioeconômicos de ambos os municípios e faz-se necessária uma breve descrição sobre o setor primário, assim como uma introdução sobre a relação urbano–rural no Amazonas.

3.3

A produção agrícola em Itacoatiara e Manacapuru

Nesta dissertação, a caracterização do setor primário será restrita à produção das atividades agrícolas nos municípios estudados. E serão

relacionados os itens cultivados/extraídos com os itens incluídos na merenda escolar de cada município. Para fazer esse levantamento do setor primário, foi utilizado o dado da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan, 2013), organizado a seguir (tabela 7) com os principais produtos agrícolas dos dois municípios.

Tabela 7 – Quantidade produzida de alimentos agrícolas

Lavouras	Itacoatiara		Manacapuru	
	quantidade (t)			
	2011	2012	2011	2012
Abacate	160	150	-	-
Abacaxi	44.472	54.700	147	209
Arroz	210	210	60	60
Banana	2220	1485	17.160	7.735
Cacau	280	330	-	-
Cana-de-açúcar	200	200	250	400
Coco da baía	1500	1670	168	112
Feijão	418	418	126	135
Guaraná	50	62	2	2
Laranja	2.755	3.384	7896	9131
Limão	808	720	397	400
Malva	630	270	6550	3865
Mamão	1050	550	11125	4735
Mandioca	54336	36000	110520	125748
Maracujá	4100	1600	6821	4740
Melancia	4598	5778	3584	4600
Milho	4025	39000	2750	2750
Tangerina	315	430	135	150
Tomate	80	96	-	-
Juta	-	-	65	110

Fonte: Seplan, 2013. Org.: Juliana da Silva.

Com isso, destacam-se algumas produções do setor primário de Itacoatiara e Manacapuru. Em relação aos anos de 2011 e 2012, a produção em tonelada para o município de Itacoatiara ressalta a safra do abacaxi e em Manacapuru, a mandioca. Para a produção do ano de 2013, foi analisada a participação de todos os municípios do Amazonas e os itens agrícolas de Itacoatiara que tiveram maiores expressões foram laranja, milho, feijão, tomate e extrativismo do açaí – e

foi o primeiro na produção de abacaxi no estado. No mesmo ano, para Manacapuru, os cultivos de maior produção também foram encontrados na produção do município supracitado, com os itens maracujá, melancia, mamão e limão (Seplan, 2013). Desse modo, ressalta-se a diversidade de ambos os municípios na produção do setor agrícola que são contemplados e abastecem com sua produção os itens de alimentos listados pela ADS.

Em entrevistas com as cooperativas localizadas nesses municípios e que fornecem para o Preme, encontrou-se a produção de hortaliças, como a couve e o cheiro-verde, e as informações obtidas são que 100% da produção é vendida para suprimento dessa política pública.

Entende-se, neste trabalho, que a relação cidade-campo no Amazonas é fluida. Nesse sentido, a partir da relação cidade-campo, identifica-se, na política pública Preme, a possibilidade de captar tanto a produção local de alimento quanto o hábito alimentar. Os municípios que fornecem os itens de alimentos agrícolas também participam do processo de regionalização alimentar estabelecido pelos cardápios dessa política pública para as escolas, tanto urbanas quanto rurais. Um adendo, embora esse não seja o enfoque da pesquisa, é como o abastecimento dessa produção rural também regionaliza a construção dos cardápios.

Contudo, antes é necessário entender a relação entre o urbano e o rural no Amazonas como “uma combinação de atividades comerciais e ribeirinhas; é um estilo de vida propriamente amazônico, muito ligado às dinâmicas das águas dos rios, ainda que não dependa (totalmente) dele para alimentação e transporte” (SOUSA, 2013, p. 33). Dito isto, a importância da relação sociedade-natureza deve ser analisada enquanto indissociáveis na Amazônia, decorrente dessas especificidades da região, na qual cidade-campo estão relacionados com a sazonalidade do rio, onde a dinâmica espacial se modifica, e o ribeirinho dessa região navega pelos interflúvios das redes rurais-urbanas, tendo nessa mobilidade uma dificuldade para distinguir o rural e o urbano no Amazonas (MARINHO; SCHOR, 2012).

Com isso, a cidade-campo está relacionada com a sazonalidade do rio, quando no período das cheias as planícies são inundadas pela água, facilitando uma rede fluvial que antes, em períodos de seca, tornava difíceis os acessos.

No Amazonas, os principais deslocamentos de pessoas ou de mercadorias se dão por via fluvial. De fato, os rios assumem papel preponderante no modo de vida da população amazônica, tendo a sazonalidade dos rios interferência nas

relações socioeconômicas, por viabilizar ou não os transportes (AGUIAR et al., 2013)

Entende-se que a sazonalidade dos rios, subida (cheias) e descida (seca) das águas, interferem diretamente na construção do modo de vida da população ribeirinha amazônica, que se adapta a esta questão de natureza hidrológica. Não obstante, estes regimes de cheias – que ocorrem em geral nos meses de junho e julho – e os regimes de seca – entre os meses setembro e outubro –, quando ocorrem de forma intensa eventos extremos, trazem prejuízos socioeconômicos para esta população (FILIZOLA et al., 2006).

No que tange à produção de alimentos *in natura*, esta produção sofre interferência dos eventos da sazonalidade dos rios. Ao correlacionar os eventos hidrológicos extremos com os preços da cesta básica e os preços dos produtos *in natura*, verificou-se a suscetibilidade na variação dos preços, notadamente para os produtos *in natura* (AGUIAR et al., 2013).

Desse modo, ao identificar a produção agrícola no Amazonas e, assim nos municípios analisados, deve ser considerada a sazonalidade do rio, principalmente se a produção se localizar nas várzeas. Disso resulta quais tipos de cultivos a serem produzidos ou as produções agrícolas que têm, perdas dependendo do nível que atinge a água do rio. Assim, a pesquisa que analisou o custo da cesta básica nas cidades localizadas na calha dos rios Solimões e Amazonas constatou variações nos preços dos produtos alimentícios relacionados ao regime hidrológico dos rios. Na coleta dos preços dos itens que compõem a cesta básica nos períodos de cheia e vazante, a pesquisa identificou que na cheia dos rios existe uma determinada escassez da pesca e dos cultivos de várzea, diferente nos períodos da vazante, quando se constata a diversidade de alimentos regionais (MORAES; SCHOR, 2010). Visto isto, Itacoatiara e Manacapuru apresentam uma produção agrícola importante, pela variedade de alimentos cultivados e pela quantidade. Algumas das produções agrícolas destes municípios estão localizadas em área de várzea e deve ser considerada a influência da sazonalidade dos rios.

3.4

Caracterização socioeconômica da RMM

Manaus, enquanto metrópole, exerce uma centralidade tanto na Região Metropolitana (tabela 8), quanto nas demais cidades no Amazonas, pois concentra melhores serviços, como na área da educação e saúde, e atribui também a

dinâmica industrial do estado, com a Zona Franca de Manaus (ZFM). A sede metropolitana tem localização marcada por sua hidrografia, que permite conexões com diferentes lugares e possibilita que a “cidade de Manaus seja um importante centro de circulações de mercadorias e de pessoas para o *hinterland* e da região para o restante do país e outras partes do mundo” (SCHOR; OLIVEIRA, 2011, p. 18).

Tabela 8 - Região Metropolitana de Manaus – setores da economia e os empregos formais

	Setores da economia e os empregos formais						
	Extrativa mineral	Agropecuária Extração vegetal. Caça e pesca.	Construção civil	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Comércio	Serviços
Manaus	283	1162	22900	113578	4578	73123	145076
Careiro da Várzea	-	-	-	-	10	2	11
Iranduba	-	180	2	830	48	150	186
Itacoatiara	8	139	18	1079	89	1366	1388
Manacapuru	-	84	32	828	45	863	419
Novo Airão	-	-	1	2	10	31	95
Presidente Figueiredo	91	813	234	788	111	164	241
Rio Preto da Eva	-	198	34	17	19	112	316

Fonte: RAIS/MTE. Org. SOUSA, 2013.

Como é possível observar na tabela 8, a centralidade exercida por Manaus é notória em todos os setores da economia, com o número de pessoas ocupadas formalmente. E, nessa ordem, Itacoatiara e Manacapuru seguem como primeiro e terceiro lugares na economia da área metropolitana de Manaus (SOUSA, 2013). Esses dois municípios evidenciam a representatividade nos setores de serviços e comércio, como também na indústria de transformação.

A centralidade de Manaus também pode ser evidenciada ao analisar o valor adicionado na economia do Amazonas (tabela 9), levantado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) no ano de 2011. Para todo estado do Amazonas, somente a soma da participação da metrópole é de 79%. E, ao comparar a contribuição de Manaus na RMM, essa participação aumenta para 94%. Desse modo, só a participação da RMM para economia desse estado corresponde a 84%. Depois da metrópole, os municípios que mais

contribuem são Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Iranduba, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea e Novo Airão, respectivamente.

Tabela 9 – Valor adicionado da economia no ano de 2011

	Agropecuária (R\$)	Indústria (R\$)	Serviço (R\$)	Imposto (R\$)	PIB Municipal (R\$)	PIB (%)
Amazonas	3.700.132,00	22.487.428,00	27.710.694,00	10.657.149,00	64.555.404,00	100%
Manaus	185.715,00	19.725.029,00	20.880.192,00	10.234.211,00	51.025.146,00	79,0%
Careiro da Várzea	79.751,00	11.419,00	77.229,00	2.745,00	171.144,00	0,3%
Iranduba	118.886,00	42.778,00	166.598,00	12.898,00	341.160,00	0,5%
Itacoatiara	298.739,00	133.408,00	540.274,00	64.899,00	1.037.321,00	1,6%
Manacapuru	387.442,00	63.730,00	364.046,00	28.753,00	843.971	1,3%
Novo Airão	10.836,00	8.743,00	57.611,00	1.773,00	78.963,00	0,0%
Presidente Figueiredo	194.853,00	66.833,00	167.321,00	15.631,00	444.638,00	0,0%
Rio Preto da Eva	162.700,00	18.038,00	117.749,00	6.834,00	305.321,00	0,0%
RMM	1.438.922,00	20.069.978,00	22.371.020,00	10.367.744,00	54.247.664,00	84,0%

Fonte: Seplan, 2013. Org.: Juliana da Silva.

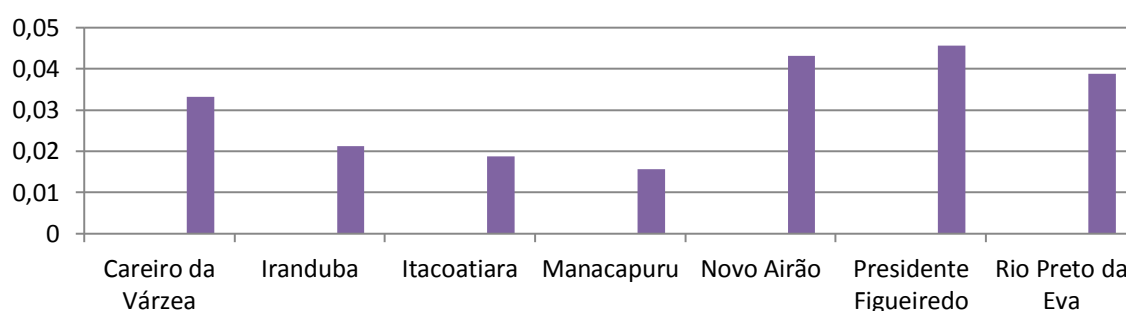
Nesse sentido, parte significativa da economia do estado do Amazonas se concentra nos municípios da RMM (tabela 9) com a grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB) produzido em Manaus. Destaca-se na tabela 8 o setor da indústria, com a representatividade da cidade-sede com o Pólo Industrial de Manaus (PIM). Evidencia-se também a participação econômica do setor agropecuário para os municípios metropolitanos, principalmente para os municípios de Itacoatiara e Manacapuru, dado importante para a temática desta dissertação.

De acordo com Sousa (2013), as principais atividades dos municípios que compõem a RMM, em síntese são: 1. Manaus é grande centralizadora da região metropolitana; 2. Careiro da Várzea é o único município onde predomina área rural; 3. Iranduba tem uma produção de hortifruti diversificada e abastece principalmente o mercado de Manaus. O município tem dois importantes frigoríficos para comercialização do peixe, e também destaca-se na produção de telhas e tijolos; 4. Itacoatiara apresenta uma economia no setor agrícola diversificada, uma indústria moveleira e é local de entreposto da soja (com porto de carga); 5. Manacapuru possui uma economia de produção de cerâmica, frutas e verduras, frigoríficos, e destaca-se no Brasil como o município produtor de juta e malva; 6. Novo Airão tem a maior parte do seu território pertencente a Unidades de Conservação. 7. Presidente Figueiredo, predomina a economia do extrativismo

mineral e o turismo. 8. Rio Preto da Eva é o município caracterizado por uma economia de produção rural. Mas também, a RMM possui uma dinâmica urbana onde concentra o comércio e serviço (SOUSA, 2013). Os demais municípios concentram as atividades no setor primário.

Outro aspecto que apresenta a dinâmica urbana é a urbanização. O aumento demográfico na RMM pode ser verificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), que comprova que o processo de crescimento populacional tem aumentado nos municípios da RMM (Figura 2).

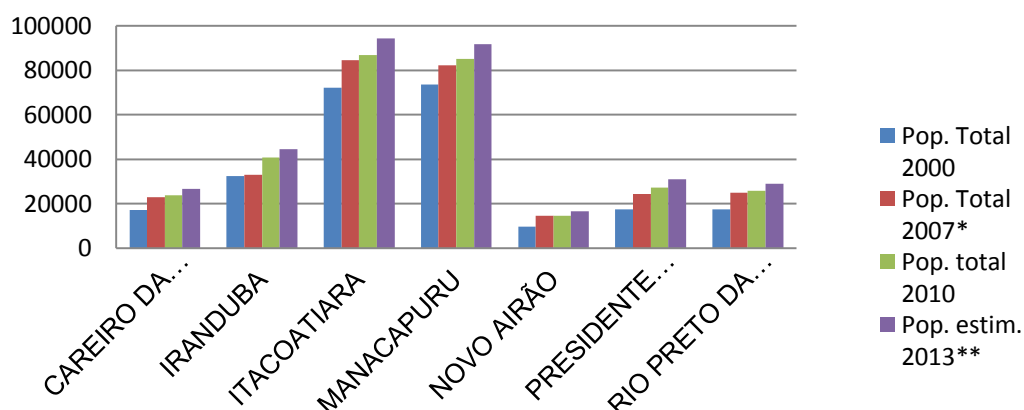
Figura 2 – Taxa do crescimento da população da área metropolitana da RMM, exceto a metrópole.



Fonte: IBGE, 2014. AtlasBrasil, 2014. *Taxa média de crescimento anual da população entre 2000 e 2010. Org.: Juliana da Silva.

Os números populacionais apresentam um aumento significativo depois da formação da RMM (Figura 3). Esse aumento populacional ocorre de forma heterogênea, decorrente do processo das transformações das lógicas de produção capitalista que refletem nas relações socioespaciais. Notadamente, os fluxos populacionais, que são identificados na área metropolitana, decorrentes da busca de melhores condições de vida e trabalho. Essa população idealiza que esses espaços urbanos proporcionarão relações menos difíceis no cotidiano por estarem mais próximas aos bens e serviços encontrados na metrópole (COSTA NOVO, 2012).

Figura 3 – Evolução da população da Região Metropolitana de Manaus, exceto Manaus.



Fonte: IBGE, 2014; *COSTA NOVO (2012) contagem publicada no Diário Oficial em 14/11/2001.
**População estimada, segundo IBGE. Org. Juliana da Silva, 2014.

No Censo de 2010 realizado pelo IBGE, o estado do Amazonas tinha 3.483.985 habitantes, sendo que somente à RMM correspondiam 2.106.322 de habitantes. Manaus concentrou o maior quantitativo populacional – 1.802.014 de habitantes. Sobre o aumento populacional, a RMM tem apresentado intensidades diferentes, apesar disso, os municípios da RMM têm verificado um crescimento populacional.

A realidade nos fluxos populacionais, na região, deriva de origens diferentes. As migrações são do interior do estado do Amazonas, de diferentes regiões brasileiras e mesmo estrangeiras, vindas como mão-de-obra qualificada para trabalhar nas indústrias. Ainda que seja a metrópole a principal área de atração migratória, não significa que os municípios próximos não alterem suas dinâmicas decorrentes do mesmo processo (EHNERT, 2011).

A breve caracterização elaborada sobre o perfil da área metropolitana da RMM (tabela 10) direciona para algumas conclusões sobre estes municípios, como a população urbana e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Tabela 10 - Caracterização dos municípios da RMM

Municípios	Área KM²	Distância de Manaus/ tipo de integração	Densidade hab/Km²	Pop. Urbana%	IDHM
Manaus	11.401,09	-	158,10	99,49	0,737
Careiro da Várzea	2.631,14	32 Km/fluvial	9,09	4,18	0,568

Iranduba	2.214,25	22 Km/rodo-fluvial	18,39	71,06	0,613
Itacoatiara	8.892,04	266km/rodo-fluvial	9,77	66,97	0,644
Manacapuru	7.330,08	84km/rodo-fluvial	11,62	70,68	0,614
Novo Airão	37.771,38	183 Km/rodo-fluvial	0,39	64,52	0,613
Presidente Figueiredo	25.422,33	107 Km/rodoviário	0,96	47,84	0,647
Rio Preto da Eva	5.813,23	57 Km/rodoviário	4,43	47,46	0,611

Fonte: IBGE, 2014; PNUD/AtlasBrasil, 2013; Seplan, 2013. Org. Juliana da Silva.

Sobre a caracterização dos municípios da RMM (tabela 10, acima), tem-se Novo Airão com extensão territorial maior de toda região metropolitana com 37.771,38 Km², tendo no seu território Unidade de Conservação. Em Careiro da Várzea, evidencia-se a baixa densidade da população urbana, apresentando o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da RMM – e é o único com ligação somente fluvial com Manaus. Os demais municípios apresentam altas taxas de população urbana.

Para compreender a especificidade de uma dinâmica urbana da área metropolitana de Manaus, deve-se considerar também tempos diferentes presentes nas relações socioespaciais, as relações urbano-rurais que se permeiam pela sazonalidade dos rios, as características da vida tradicional do povo amazônico. Como exemplo, a cultura alimentar é, sem dúvida, um importante aspecto dessa singularidade.

Permanecem ainda no Amazonas hábitos alimentares vinculados à forte tradição ribeirinha, porém esta se transforma rapidamente com a facilidade de acesso aos produtos industrializados e a refeições tipo *fast-food* (COSTA, 2013). A lógica de produção capitalista representada nos hábitos alimentares, nas múltiplas escalas, se insere em cidades como Manaus, assim como nos demais municípios pertencentes à RMM.

(...) Os demais municípios, salvo as especificidades de cada um, possuem ritmos de vida menos intensos do que Manaus, porém paulatinamente o processo de reprodução do capital está adentrando esses municípios, contribuindo na modificação dos ritmos da reprodução social. (...) (EHNERT, 2011, p. 47)

Contudo, não se pode afirmar uma total modificação dos modos de vida amazônico, pois as transformações de fato ocorrem no espaço urbano, mas também surgem as novas potencialidades e possibilidades, como aponta Oliveira:

A produção do espaço na Amazônia cria a possibilidade de novos modos de vida resultantes do embate entre as várias formas de relações sociais imbricadas no

novo e no velho que opõem, se contradizem e se completam, dando origem a outras formas de viver. (2000, p. 31)

Neste sentido, o embasamento teórico trazido por Oliveira (2008) para analisar o urbano no Amazonas, a partir do movimento entre a tríade destruição, resistência e reconstrução, estabelece uma contribuição metodológica que permite compreender a relação entre a mudança e permanência vivenciada no estado. E, deve-se levar em consideração, ainda, o recente processo de metropolização, enquanto processo socioespacial que ocorre nos municípios da RMM.

3.5

O processo de metropolização na RMM

A criação da RMM possibilitou uma nova reflexão da geografia urbana na Amazônia Ocidental “pois permite analisar o processo de metropolização nessa região, indo, portanto além da urbanização, que constitui um processo mais antigo” (LIMA, 2010, p. 48). Entende-se o processo de metropolização do espaço como um “processo socioespacial que metamorfoseia o território” (LENCIONI, 2013, p. 17), e tem como consequência a complexificação de redes materiais e imateriais que ocorrem entre metrópole Manaus e os municípios que integram a RMM. Essa complexificação se dá com a intensificação das trocas, sejam pessoas, mercadorias, informações e outras, existentes entre Manaus e os municípios limítrofes à delimitação da RMM (COSTA NOVO, 2012; EHNERT, 2011; SOUSA, 2013), contudo seria “o reconhecimento dos limites onde a metropolização se apresenta de forma marcante e a sua formalização por meio de Lei, [que] poderiam promover as soluções de necessidades que se demonstram comum aos municípios (...)” (EHNERT, 2011, p. 102).

Considera-se, assim, que o fenômeno da metropolização numa análise para compreender as especificidades da RMM – como por exemplo, o fato de não apresentar uma conurbação contínua, entre outras características com as demais regiões metropolitanas – tem sido utilizado como discurso para questionar o processo de criação dessa região, enquanto predomínio de vontades políticas sobrepondo-se aos geográficos (LIMA, 2010). E, de fato, as distintas características do processo de criação da RMM, sobretudo as de vontades políticas, são apontadas em estudos como Lima (2015).

Para compreender as cidades do Amazonas ao longo das calhas Solimões-Amazonas foram elaboradas tipologias para distinção das funções urbanas. Essas

tipologias propostas definem Itacoatiara e Manacapuru como cidades médias com função intermediária. São intermediárias devido à sua localização geográfica com acessos tanto rodoviário quanto fluvial à cidade-sede da RMM. São também importantes portos de ligação entre as calhas do rio Solimões (Manacapuru) e dos rios Amazonas e Madeira (Itacoatiara), exercendo função de intermediárias entre as demais cidades e redes urbanas do interior do estado com Manaus. Ambos os municípios têm forte tradição agrícola, além da pesca e extrativismo. Pode-se dizer que estes municípios abastecem e são abastecidos por Manaus (SCHOR; OLIVEIRA, 2011). Considera-se esta proposta tipológica pertinente para compreender a RMM, onde Itacoatiara e Manacapuru são significativas enquanto recortes espaciais.

3.6

A Rede Urbana na RMM

No embasamento disposto sobre as regiões metropolitanas, pode-se compreender a diferença na composição da RMM frente às demais regiões metropolitanas brasileiras. E, ao caracterizar a RMM, optou-se por Itacoatiara e Manacapuru para analisar a região. Propõe-se assim, entender uma rede urbana existente sobre os respectivos municípios. Para isto, foi desenvolvido o aporte teórico a partir da contribuição de estudos que analisam a rede urbana.

O conceito de rede urbana é definido como “um conjunto de centros funcionalmente articulados entre si” (CORRÊA, 2006, p. 16), e é por meio desta que se realiza a produção, a circulação e o consumo. Desse modo, identifica-se, na rede urbana, uma forma espacial e essa forma se realiza a partir das funções, ressaltando estas como funções urbanas. No entanto, ao eleger os recortes espaciais sendo os municípios que compreendem os espaços urbanos e rurais de Itacoatiara e Manacapuru, reconhece-se na rede urbana um acúmulo de práticas de diversos agentes sociais, “(...) que introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos” (CORRÊA, 2006, p. 27). Esta análise também contribui para estudar os municípios na sua relação cidade-campo, pois as políticas de regionalização da merenda escolar atendem tanto escolas da área urbana quanto rural, com os itens alimentares que compõem a merenda escolar que são de produção agrícola local.

Com isso, se analisará alguns estudos sobre a rede urbana para compreender as contribuições metodológicas. São pesquisas que abordam a rede urbana nas escalas nacional e regional. Isto porque há uma preocupação de

novas metodologias para entender a rede urbana na Amazônia, no entanto, tais procedimentos não deixam de se articular com o debate sobre rede urbana nacional e internacional (SCHOR; OLIVEIRA, 2011). Desse modo, constrói-se um arcabouço conceitual sobre rede urbana, que reconhece as especificidades de uma região como a Amazônia apresenta.

A pesquisa nacional sobre rede urbana brasileira intitulada *Configuração atual e tendências da rede urbana*, publicada em 2001, foi elaborada por três instituições: o Instituto de Pesquisas Econômica e Aplicada (IPEA); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essa pesquisa aponta as transformações na rede urbana brasileira nas décadas de 1980 e 1990, considerando três vertentes para análise: 1. Processos econômicos que são base da estrutura e desenvolvimento da rede urbana nacional; 2. Os processos econômicos regionais e a configuração e tendências da rede de cidades para as grandes regiões brasileiras; e, 3. Processos referentes a tipologia urbana – tamanho, função e a forma urbana, ou seja, a configuração e uma hierarquia urbana (IPEA, 2001).

A pesquisa foi dividida em 4 (quatro) etapas. A primeira evidencia a demografia urbana, ao estabelecer a classificação dos centros urbanos a partir da Região de Influência das Cidades (Regic), mais a população economicamente ativa urbana desses centros urbanos e o crescimento da população. A segunda, sobre os fluxos econômicos, identifica as sedes das maiores empresas do Brasil, agências bancárias e circulação área de passageiros e mercadorias. A terceira etapa, para definir a estrutura urbana, distingue espaços submetidos à influência de centros urbanos, define a contiguidade espacial e dependência funcional para identificar sistemas urbano-regionais, o crescimento da urbanização e níveis de adensamento das redes de cidade, assim como complementaridade entre os núcleos urbanos. E, na quarta e última etapa, considera o processo de conurbação entre os centros urbanos.

Esta pesquisa evidenciou que o estágio atual da urbanização nacional é representado no processo de interiorização da rede urbana. Decorrente disso, o estudo teve em vista políticas públicas em torno dos núcleos metropolitanos com adensamento populacional, desenvolvimento para melhorar o acesso a serviços públicos e o processo de metropolização que ocorre em todo território nacional, mas com distinções regionais entre os sistemas urbanos. O estudo também evidencia problemas que configuram a rede urbana, tais como as desigualdades inter e intrarregionais nas cidades, alguns sendo de carências sociais e a

precarização da vida no espaço urbano. Por fim, elabora propostas de políticas públicas a médio e longo prazo para o planejamento e gestão dos centros urbanos (IPEA, 2001).

A *Configuração atual e tendências da rede urbana* analisou a região norte enquanto sendo polarizada pelas metrópoles regionais Belém e Manaus. Os resultados da configuração da rede urbana estabeleceram-se a partir dos indicadores analisados com predominância de pequenos e médios centros urbanos, com grau de urbanização inferior à média nacional na região norte e, apontam para maior dinamização na parte oriental da Amazônia.

Tal pesquisa não evidenciou a problemática urbana na Amazônia, pois ao comparar com a média nacional, os parâmetros utilizados não ressaltam as especificidades da região. Por isso, adotar novos “caminhos” metodológicos possibilita dimensionar a realidade urbana na região amazônica. Desse modo, as 2 (duas) pesquisas a seguir abordam os esforços desenvolvidos para caracterizar as questões urbanas no Amazonas (OLIVEIRA; SCHOR, 2008).

Sobre a periodização amazônica proposta por Corrêa (2006), ele colabora com estudos metodológicos para a tipologia de uma rede urbana para a região. Caracterizada no início do processo de colonização, a rede urbana apresentava uma tipologia dendrítica, com a formação de núcleos urbanos ribeirinhos, os quais realizavam as trocas pela rede fluvial, onde Belém era a metrópole regional. Essa forma de rede urbana apresentava simplicidade e pouco dinamismo entre as cidades. Somente no processo de implementação de políticas territoriais para a Amazônia, com a expansão da fronteira agrícola e notadamente com a implementação da ZFM, em 1967, tem-se a rede urbana amazônica mais complexa. Desse modo, corrobora que as redes urbanas na Amazônia se transformaram a partir de 1960, e ainda ressalta a ascensão de Manaus com os incentivos da Suframa e seus fortalecimentos no setor secundário para a região (RIBEIRO, 1997).

A complexidade da rede urbana amazônica ocorre de forma desigual no espaço, resultando na diferenciação urbana, com funções que assumem as cidades (RIBEIRO, 1997).

Com a análise sobre a periodização da Amazônia entre os períodos de crescimento e estagnação, há a possibilidade de entender o fortalecimento e a representatividade de alguns núcleos urbanos. Desse modo, para destacar a representatividade de núcleos urbanos, Schor e Marinho (2013) utilizaram dois fatores – históricos e geográficos. O estudo contribui na compreensão da dinâmica

urbana, ao considerar a geografia histórica e as funções que esta desempenha como sendo pertinente para “compreender o complexo processo de urbanização e desenvolvimento que a Amazônia Ocidental apresenta” (SCHOR; MARINHO, 2013, p. 232).

A localização geográfica, mesmo que importante, não é decisiva na rede urbana. Isto porque os estudos da rede urbana no Amazonas devem ser elaborados a partir de uma análise multiescalar, intra e interurbana. É importante evidenciar que a escala de análise para o estudo da rede urbana dessa região considera que “a escala nacional não dá conta de entender o regional e as escalas locais não permitem voltar às discussões do nacional” (SCHOR; MARINHO, 2013, p. 249). Por essas afirmações, a proposta multiescalar nas pesquisas de rede urbana articula o local-nacional.

Com essa preocupação multiescalar, o estudo do IBGE (2008) materializa as afirmações de Oliveira e Schor (2008) sobre as tipologias com “padrões lógicos” serem insuficientes para discutir as questões urbanas na Amazônia – os padrões metodológicos trazidos pelo IBGE acabam por negligenciar as especificidades urbanas referentes à região mencionada. A seguir, será abordado o estudo do IBGE (2008) sobre as Regiões de Influência das Cidades – Regic.

A pesquisa do IBGE (2008), para identificar as áreas de influências e intensidades que centros urbanos exercem em outras cidades, utilizou uma metodologia de dados secundários e primários. Os dados secundários utilizados foram registros administrativos públicos e privados para o critério de centralidade, e também nessa fase foram verificadas as infraestruturas de serviços urbanos. Os dados primários foram feitos a partir dos agentes do IBGE para investigar as principais ligações de transportes regulares e de pessoas, serviços e mercadorias. O resultado tinha como objetivo evidenciar o conjunto de centros urbanos com maior centralidade dos de gestão de territórios.

Estes estudos do IBGE (2008) tiveram resultados para o Amazonas (quadro 2), com a classificação de Manaus como metrópole (nível C) de terceiro nível com projeção nacional, e para os demais 61 municípios do Amazonas as classificações são – como centros sub-regionais: Parintins e Tefé (nível B); centros de zona: Itacoatiara e Tabatinga (nível A) e Carauari e Eirunepé (nível B) e as demais cidades como centros locais. Com isso, as áreas de estudo para o IBGE (2008) resultaram em enquadrar nas tipologias que definem os níveis de hierarquia das cidades amazônicas (tabela 11) Itacoatiara como sendo - Centro de Zona A – que se refere às “cidades de menor porte e com a atuação restrita à sua área imediata”

(IBGE, 2008, p. 13); e Manacapuru como Centro local – “(...) cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município” (IBGE, 2008, p. 13). O estudo abordado limita as dinâmicas e funções importantes estabelecidas por Itacoatiara e Manacapuru, que nessa ordem ocupam relação de importância na RMM, atrás somente da metrópole regional.

Tabela 11 - Região de Influência das Cidades do Amazonas

Metrópole	Centro Sub Regional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local
Manaus				Anamã; Anori; Apuí; Autazes; Barcelos; Beruri; Borba; Caapiranga; Canutama; Careiro; Careiro da Várzea; Coari; Codajás; Iranduba; Manacapuru; Manaquiri; Manicoré; Nova Olinda do Norte; Novo Airão; Novo Aripuanã; Presidente Figueiredo; Rio Preto da Eva; Sta. Isabel do Rio Negro; S. Gabriel da Cachoeira; Silves; Tapauá; Urucará.
			Carauari	Itamarati
			Eirunepé	Envira; Itamarati
		Itacoatiara		Itapiranga; S. Sebastião do Uatumã; Urucurituba
		Tabatinga		Amaturá; Atalaia do Norte; Benjamin Constant; Santo Antônio do Içá; São Paulo de Olivença
	Parintins			Barreirinha; Boa Vista do Ramos; Maués; Nhamundá; Faro (PA)
	Tefé			Alvarães; Fonte Boa; Japurá; Juruá; Jutai; Maraã; Tonantins; Uarini

Fonte: Regic/IBGE, 2007 Org: Shor, 2013.

Com esforços teóricos-metodológicos, o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab) vem, desde 2006, contribuindo com estudos no que tange à questão urbana na Amazônia, por reconhecer as carências e equívocos sobre as especificidades nas cidades do Amazonas. Com inúmeras produções no enfoque da rede urbana na calha dos rios Solimões-Amazonas, considera elementos que se caracterizem como novas tipologias interpretativas.

Para elaboração das tipologias, foram selecionados alguns arranjos institucionais. Esses arranjos institucionais são analisados para compreensão da dinâmica espacial. Com isso, os arranjos institucionais são: 1. Dinâmica

populacional; 2. Variáveis históricas, 3. Relações intra e interurbana; 4. Serviço e comércio; 5. Arrecadação de impostos; 6. Insumos para a cesta básica regionalizada; 7. Índice de construção civil; 8. Produtos extrativistas; 9. Infraestrutura urbana; 10. Fluxo de Transportes. Esses arranjos institucionais permitem identificar os fixos e fluxos entre as cidades, ao considerar estes elementos como via de atingir a dimensão qualitativa, que contribuam nos estudos de rede urbana no Amazonas, dentro das suas particularidades (SCHOR; OLIVEIRA, 2011).

Os resultados preliminares foram distintos para as redes urbanas existentes entre a calha do rio Solimões e a calha do rio Amazonas. A rede urbana no rio Solimões apresentou dinâmica local e uma carente infraestrutura urbana. Diferente no rio Amazonas, cuja rede urbana apresenta maior dinâmica em relação à disponibilidade de infraestrutura e de fluxos das cidades, notadamente devido à proximidade de Manaus (SCHOR; OLIVEIRA, 2011).

As tipologias dessas pesquisas foram elaboradas para fazer a distinção das cidades da calha no rio Solimões e Amazonas, com objetivo de “compreender a dinâmica interna de cada cidade e sua relação na rede urbana” (SCHOR; OLIVEIRA, 2011), dentro das perspectivas da escala amazônica. As tipologias propostas definem o tipo e identificam as cidades no Amazonas – a seguir, a tipologia proposta para as cidades dos municípios estudados: 1. Cidades Médias com função intermediária – Itacoatiara e Manacapuru;

A escala nacional tem atualização dos estudos regionais, com metodologia comparativa para todo território. A publicação *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017*, de 2017 traz uma revisão das definições e nomenclatura das unidades mesorregionais e microrregionais, para regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas, respectivamente. Essa atualizada proposta de regionalização redefiniu os estudos do REGIC (2007), pontuado acima. Desse modo, a metrópole Manaus se mantém intermediária, porém Itacoatiara é imediata de Parintins, que é definida como intermediária.

Entretanto, para aprofundar na escala do estado do Amazonas, a tipologia proposta como “cidades médias com função intermediária” as aproximam desta pesquisa. Devido à sua localização geográfica, as áreas de estudos exercem tal função na rede amazônica, pois têm acesso tanto rodoviário quanto fluvial à cidade-sede da RMM. Também são importantes portos de ligação entre as calhas do rio Solimões (Manacapuru) e dos rios Amazonas e Madeira (Itacoatiara),

exercendo função de intermediárias entre as demais cidades e redes urbanas do interior do estado com Manaus. Isto porque, além de serem abastecidos por Manaus, exercem influência nos municípios circunvizinhos que apresentam menores estruturas comerciais e de serviços. Como no caso de Itacoatiara, sua área de influência é nos municípios como Itapiranga, Silves, São Sebastião do Utumã, Urucará e Urucurituba. Enquanto Manacapuru abastece aos municípios localizados na calha do rio Solimões, como Anamã, Anori, Beruri, Caapiranga e Codajás, “todos interligados apenas por via fluvial, além do Novo Airão que apesar de estar localizado na calha do rio Negro é interligado a Manacapuru por estrada” (EHNERT, 2011, p.49). Como já identificado, os dois municípios estudados têm forte tradição agrícola além da pesca e extrativismo. Pode-se dizer que eles abastecem e são abastecidos por Manaus (SCHOR; OLIVEIRA, 2011).

O conceito de cidades médias tinha seus papéis definidos pela situação geográfica, mas com a ampliação das telecomunicações torna-se pertinente definir as discussões teórico-metodológicas sobre cidade média, de acordo com Sposito et al. (2007). Nesse novo contexto em que se inserem as cidades médias há de considerar, ainda, as relações espaciais, e que não necessariamente tenham continuidades espaciais (SPOSITO et al., 2007).

As relações espaciais que assim se conformam não estruturam áreas ou regiões, mas sobrepõem a áreas ou regiões, organizadas por lógicas territoriais, outros fluxos que podem ultrapassar essas áreas ou regiões de comando de uma cidade média e o fazem, gerando estruturas espaciais em rede, cuja morfologia não contém continuidade territorial (SPOSITO et al., 2007, p. 38)

Ao conceituar cidades médias, deve-se considerar a discussão das escalas. Como também analisar para além da área de influência e nas relações hierárquicas superiores que atuam Itacoatiara e Manacapuru, na função de cidades médias, pois a partir de combinação entre “sistemas de comunicação por satélite e sistemas de informatização por computação, negócios são realizados a longas distâncias, ampliando a escala e a abrangência das relações das cidades médias com outros espaços” (SPOSITO, 2006, p. 151).

Ao inferir Itacoatiara e Manacapuru enquanto cidades médias com função intermediária é pertinente entender a rede urbana existente. Dito isto, consideram-se as particularidades da rede urbana no Amazonas a partir de pesquisas sobre dinâmica urbana nessa região, elucidando as redes urbanas. Tais estudos inserem novos elementos interpretativos para evidenciar as especificidades sobre o urbano na Amazônia.

Sendo assim, Moraes e Schor (2010) entendem a cesta básica como um

dos tipos de arranjos institucionais para contribuir com a discussão sobre rede urbana no Amazonas, no âmbito dos hábitos alimentares e custo de vida. Os hábitos alimentares entendidos na padronização da modernização não se homogeneízam, mas sofrem transformações, assim como as existências de permanências. Essa pesquisa analisou o custo da cesta básica e suas estruturas com mercado propondo, assim, uma cesta básica regionalizada para o estado do Amazonas. Com isso, a pesquisa demonstra que na esfera do custo de vida buscou contribuir com a discussão de rede urbana a partir da cesta básica regionalizada.

As pesquisas desenvolvidas sobre rede urbana no Amazonas são esforços para compreensão local, dessa forma Moraes e Schor (2011) analisaram o mercado de bagres e da cesta básica regionalizada. Para isso, consideram a sazonalidade do rio, em que os regimes de cheias e vazante são apontados como fatores decisivos no estabelecimento das redes urbanas no Amazonas, e que terão, em maior ou menor grau, influência na rede urbana nessa região.

Os mesmos esforços são encontrados na pesquisa sobre feirantes em Iranduba, sobre as condições de saúde e saneamento básico. Utilizam o perfil epidemiológico para compreender a rede urbana. Verificou-se que nos serviços na área de saúde, como hospitais e profissionais, existem diferenças entre Manaus e Iranduba, municípios que fazem parte da mesma região metropolitana. No entanto, não se constatou que a inserção de Iranduba na RMM promoveu melhorias socioeconômicas, como demandas de serviços de saúde e educação. A partir de análises de dados qualitativos viu-se retratada a realidade dos trabalhadores em caso de pobreza. É pertinente ressaltar que a partir de novos elementos, como analisar o perfil epidemiológico de feirantes na RMM, no município de Iranduba, se contribui para inferir sobre a rede urbana a demanda de serviços de saúde (RIBEIRO; SCHOR, 2011).

Estes estudos embasam as propostas metodológicas que inserem novos elementos interpretativos como possibilidades de compreensão sobre o urbano no Amazonas, permitindo analisar a dinâmica urbana nessa região ao identificar essas outras variáveis da rede urbana, tais como o hábito alimentar regionalizado. Portanto, por meio da análise da distribuição e circulação da alimentação escolar regionalizada, também se contempla subsidiar leituras sobre o urbano no Amazonas.

4

A distribuição e circulação, a partir das estruturas de abastecimento do Preme nos municípios de Itacoatiara e Manacapuru inseridos na RMM

A pesquisa trouxe, até o momento, o Programa de Merenda Escolar regionalizada no contexto de política pública de alimentação escolar e valorização do hábito alimentar regional – por conseguinte, estímulo e fortalecimento da produção agrícola regional. Em seguida, a caracterização da área de estudo e potencial para produção local, permeada na relação com a metrópole de Manaus, que se aprofunda na institucionalização de uma RMM. E, neste íterim, tem-se a relação cidade-campo que busca evidenciar a identificação da distribuição e circulação do Preme, a partir das observações de campos e análise dos relatos das entrevistas realizadas em 2014 e 2015.

Desse modo, esta pesquisa geográfica apresenta os resultados e discussões do trabalho de campo conjugado com as entrevistas semiestruturadas (tabela 12) que analisaremos na sequência.

Tabela 12 – Trabalho de campo e entrevistas da pesquisa

Trabalho de Campo	Entrevistas
Tefé (pré-teste)	Gestora da escola municipal
	Nutricionista SEMED
	Gestora da escola estadual
	Pedagoga CRE Tefé
Manaus	Diretor de Negócios ADS – Luís Otavio Rodrigues da Silva
	Engenheiro Agrônomo ADS - Marcos
	Nutricionista Gedimi SEDUC – Rosemaire Valente
	Assessora DELOG/CCPAF SEDUC – Márcia Lins
	CAE - Jezanías Rosa de Souza
	Ex nutricionista CRE Itacoatiara – Sonay Souza Pedrosa
Itacoatiara	Técnica de nutrição CRE Itacoatiara – Luzia Pereira
	Coordenadora da merenda escolar SEMED – Rosa Inês Vieira
Manacapuru	Nutricionista SEMED – Ocely Pereira
	Nutricionista CRE Manacapuru – Maria Rafaela Gadelha
	Cooperativa COOPMAR- Veridiana

Fonte: Elaboração própria

A realização do pré-teste de campo em Tefé consolidou a proposta do método qualitativo seguido para esta dissertação: trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas. Nesse sentido, Duarte afirma:

Aprender a realizar entrevistas é algo que depende fundamentalmente da experiência no campo. Por mais que se saiba, hipoteticamente, aquilo que se está buscando, adquirir uma postura adequada à realização de entrevistas semiestruturadas, encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de avaliar o grau de indução da resposta contido numa dada questão, ter algum controle das expressões corporais (evitando o máximo possível gestos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida, entre outros), são competências que só se constroem na reflexão suscitada pelas leituras e pelo exercício de trabalhos dessa natureza. (2002, p.146)

A importância do pré-teste também definiu a estrutura das perguntas e número de entrevistas por representatividade das instituições envolvidas com a Preme, uma amostragem significativa para pesquisa. Isto porque há um processo de definição da metodologia que se expressa no contato com o real e na delimitação do objeto de estudo.

Os trabalhos de campo realizados em Itacoatiara e Manacapuru foram no total de 4 (2 em Itacoatiara e 2 em Manacapuru). A primeira ida a campo resultou na identificação dos contatos e reconhecimento das áreas de estudos, com os relatos iniciais (anexo – caderno de campo). No segundo momento, o trabalho de campo possibilitou a realização das entrevistas e as adaptações na amostragem dos entrevistados.

As entrevistas feitas em Itacoatiara (2), Manacapuru (4) e em Manaus (6) foram adaptadas na proposta inicial do número da amostragem – notadamente em Itacoatiara não foi possível o contato com representante da CAE e com produtor rural. As dificuldades decorreram da falta de disponibilidade das agendas, mesmo com interesse de participação. Contudo, todas as entrevistas foram realizadas *in loco*, ou seja, presencialmente, no local da realização da função. Esse limite do método qualitativo foi definido para não comprometer a análise dos resultados, a partir dos relatos de campo que advém com as entrevistas. Porém, essa ausência não comprometeu a qualidade dos resultados.

Com isso, a análise da distribuição e circulação do Preme dispõe dos dados primários apresentados na estrutura dos subtítulos deste capítulo. Tal estrutura expressa uma árdua etapa, que aprofunda e não esgota a complexidade do tema da pesquisa. Contudo, concretiza um formato de conjugação dos relatos, que desvelam as inquietações trazidas pelo objeto e, por conseguinte, consolida o caminho percorrido ao longo do processo em que se construiu a pesquisa.

4.1

Identificação de mais de uma Política de Alimentação Escolar (ponto de partida da pesquisa)

O trabalho de campo realizado na cidade de Tefé entre os dias 7 e 14 de fevereiro de 2014 teve como objetivo levantar dados primários pertinentes para analisar a cidade na rede urbana amazônica. O Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (Nepecab) junto com Núcleo de Antropologia Urbana/ Grupo de Etnologia Urbana (NAU/GEU – USP) realizaram atividades em equipes e individuais para contemplar os objetivos das atividades no trabalho de campo, que está inserido no projeto *Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional*, financiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – Pronex/Fapeam/CNPq. Para isto, a equipe de pesquisadores, entre professores, estudantes de graduação, mestrados e doutorandos, investigou em campo equipamentos de aparelhos culturais, infraestrutura, orçamentos, saúde, educação, cartografia, atividades agrícolas e outras variáveis para compreender a dinâmica urbana que Tefé exerce na calha Solimões.

Nesse contexto, viabilizou a realização do pré-teste para esta dissertação. Fez-se a identificação e contatos com representantes que participassem direta ou indiretamente no processo da Merenda Escolar. As entrevistas realizaram-se no formato livre e com 4 representantes: 1 gestora da escola estadual, 1 pedagoga da Coordenadoria Regional de Educação (CRE/SEDUC), 1 gestora da escola municipal e 1 nutricionista da SEMED – indicados no quadro 4. A seguir, os relatos de campo.

Tabela 13 – Trabalho de campo e bloco de entrevista em Tefé

Trabalho de Campo	Entrevistas
Tefé (pré-teste)	Gestora da escola municipal
	Nutricionista SEMED
	Gestora da escola estadual
	Pedagoga CRE Tefé

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Na escola estadual, a partir da entrevista com a gestora, identificou-se as dificuldades da escola no preparo da merenda escolar. No início do ano, ela apontou problemas, como atraso e qualidade dos alimentos – até aquele momento do relato, que não havia chegado de Manaus a merenda escolar e as refeições estavam sendo feitas com alimentos estocados do ano anterior. As escolas da rede estadual não possuem cantinas, extintas por lei, para proibir alimentação inadequada, no entanto a gestora ressaltou que os alimentos fornecidos pela

SEDUC (Manaus) que integram a cesta da merenda escolar são todos “enlatados” (alimentos industrializados). Mesmo ingredientes *in natura* para preparo da alimentação, como alho, cebola e temperos, não são itens alimentares que compõem a merenda escolar nos colégios estaduais.

Na SEDUC, a entrevista foi concedida com a pedagoga, pois eles não possuem no quadro de funcionários nutricionista, somente em Manaus, sendo os itens alimentares selecionados e deslocados direto da cidade-sede para as escolas estaduais, sem que passem pela SEDUC de Tefé. Por lei, é obrigação do estado e município proverem a alimentação escolar.

No entanto, sobre os itens consumidos, até houve uma tentativa de alimentação complementar com itens agrícolas regionais, mas devido a alguns problemas, como a falta de recursos financeiros e licitações com cooperativas, a pedagoga informou que isso funcionou durante poucos meses em 2013. A pedagoga da SEDUC não soube informar qual era o nome do programa. A possibilidade seria o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) ou o Preme (Programa de Regionalização da Merenda Escolar), o primeiro é federal e o segundo do estado, ambos preveem uma porcentagem do financiamento destinado para a merenda escolar, com a substituição de alimentos industrializados por alimentos regionais *in natura*.

Na entrevista livre com a nutricionista da SEMED de Tefé, ela aprofundou informações sobre como é o formato para inserir itens regionais na alimentação escolar. Descreveu como funciona a merenda escolar, desde recursos financeiros, logística de entrega até a composição do cardápio. Descreveu como funciona o repasse de verba do PNAE, sendo financiado pelo FNDE, com a obrigação que, do total desse repasse, 30% sejam destinados a produtos agrícolas regionais. Desse modo, a merenda escolar municipal em Tefé tem produtos perecíveis, semiperecíveis e produtos *in natura*. Os produtos agrícolas são comprados localmente de uma cooperativa que passou por um processo de licitação e tem que emitir nota fiscal. O processo de compra é feito a partir de uma lista (tabela 14) com 34 itens agrícolas produzidos da região, de acordo com a época de produção e a demanda das escolas.

Tabela 14 - Itens agrícolas regionais SEMED – Tefé

Alimentos regionais que compõem a merenda escolar

Abacate	Banana Pocavã	Castanha do Brasil Beneficiada	Cupuaçu	Jenipapo em polpa	Maracujá em polpa
Abacaxi	Banana Prata	Cebolinha em palha	Farinha de Mandioca	Jerimum	Maxixe
Açaí	Caju	Cheiro verde	Farinha de Tapioca	Laranja	Melancia
Alface	Cara roxo ou branco	Coco	Goiaba	Macaxeira	Ovos de codorna
Banana Maça	Carambola	Couve	Graviola em polpa	Mamão	Peixe beneficiado
Pepino	Pirarucu	Pupunha	Repolho		

Fonte: dados cedidos pela SEMED no dia 11/02/2014.

Contudo, como a SEMED não dispõe de logística de entrega, como caminhões ou balsas, das 84 escolas municipais, somente 16 escolas localizadas na área urbana recebem a merenda regional (como frutas e verduras), e as escolas rurais e indígenas ficam comprometidas devido à falta de logística para o transport. Ou ainda, a infraestrutura da comunidade é carente em energia elétrica e assim recebem somente os alimentos industrializados. Por vezes, as escolas à beira das estradas contratam transporte para essa entrega, mas não é sempre. É importante atentar que os produtos agrícolas têm um tempo de consumo útil menor e já os industrializados podem ser estocados.

Sobre o repasse financeiro do PNAE do governo federal, é feito um cálculo baseado no censo anterior e referente para 20 dias letivos mensais, explica a nutricionista. Com uma contabilidade que equivale para cada aluno de Creche – R\$ 1,00, Educação Infantil – R\$ 0,50, Escolas Indígenas – R\$ 0,60 e Educação Fundamental e EJA R\$ 0,30; somente com este recurso, pelo cálculo feito pela nutricionista, não duraria nem 7 dias (uma semana) a merenda escolar. Para suprir a demanda, a prefeitura entra com mais verba, um valor acima do repasse federal. E, ainda, a secretaria administrativa de Tefé autorizou a nutricionista a fazer uma soma equivalente a 22 dias letivos. Mesmo assim, por vezes falta, por isso é necessário fazer a gestão e estocar, na tentativa de não deixar faltar a merenda escolar.

Os municípios e estados são responsáveis por promoverem a alimentação escolar somado ao repasse do FNDE, que é de caráter suplementar. O PNAE também orienta sobre o cardápio, a nutricionista da SEMED não faz a pesagem nutricional sempre, mas adapta por semana a proposta de alimentação – 3 vezes por semana salgado e 2 vezes doce, o que também pode variar de acordo com o tempo. Como exemplo, se está muito calor, ao invés de mingau (imagem da Figura 4) servem um suco de fruta.

Figura 4 – Alimentação escolar - SEMED Tefé



Fonte: Acervo Nepecab, 2014.

Os pontos a seguir sintetizam o resultado que a pesquisa obteve dessa experiência do trabalho de campo em Tefé:

- A discussão sobre o papel que Tefé exerce na rede urbana na calha Solimões, quando analisamos a educação e alimentação escolar regionalizada. Como há pouca demanda destes serviços, geram atração dos municípios circunvizinhos. No entanto, a relação é articulada com a centralidade exercida por Manaus. É pertinente evidenciar que esta centralidade não se verifica somente enquanto fluxos de pessoas e mercadorias, mais específicos são os alimentos industrializados distribuídos para merenda escolar.

Nota: As entrevistas fazem referência à sede que é a SEDUC, em Manaus.

- Analisando a rede urbana a partir da Alimentação Escolar, os espaços agrícolas (escolas rurais) possuem mais dificuldades em obter alimentos *in natura*. Deixa clara uma contradição do desenvolvimento geográfico desigual. Necessitaria de maiores pesquisas, mas seriam compreendidos os hábitos alimentares que poderiam entender uma transição dos hábitos alimentares em áreas rurais, com a padronização da merenda escolar com acesso limitado a alimentos industrializados.

No próximo bloco, serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas nesta pesquisa.

4.2

A produção regional para Alimentação Escolar (especificidade local)

Os relatos que foram analisados nesse bloco trazem as perspectivas da gestão (tabela 15). As entrevistas focaram em 3 questões principais: 1. como funciona a alimentação escolar regionalizada; 2. financiamento e a fiscalização; 3. a influência da sazonalidade na produção. A seguir, o resultado da análise de cada representante.

Tabela 15 – Identificação de entrevistas

Trabalho de Campo	Entrevistas
Manaus	Nutricionista Gedimi SEDUC
	Assessora DELOG/CCPAF SEDUC
	Diretor técnico ADS
	Engenheiro Agrônomo ADS
	CAE
Manacapuru	Cooperativa

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Na Gerência de Distribuição da Merenda Escolar (Gedime/SEDUC), a entrevista com a nutricionista foi realizada de forma acelerada e muito objetiva, já que somente essa profissional teve disponibilidade em atender a pesquisadora. Passou os contatos do Conselho de Alimentação Escolar e da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. O conteúdo de análise é uma síntese com dados e informações pertinentes ao Preme, da Revista Qualidade & Nutrição, edição 12 (fev/mar) de 2013. Essa revista foi entregue pela nutricionista, indicando a entrevista que ela havia dado: reafirmou a valorização do programa de alimentação escolar do estado do Amazonas, onde apresenta um ponto de vista muito positivo dos avanços e configuração da alimentação escolar da Secretária de Educação do Amazonas (SEDUC).

Os números em relação à preparação, transporte e elaboração do cardápio: 502.227 refeições diárias, 8 nutricionistas na capital e 7 nutricionistas no interior, 14 colaboradores da equipe técnica da gerência de distribuição, 120 colaboradores envolvidos no transporte de gêneros básicos, 80 colaboradores no transporte de gêneros perecíveis e 20 colaboradores da ADS. Sobre a composição do cardápio, indica que tem a participação do Preme, com fornecimento de frutas, verduras, legumes, hortaliças, ovos, carnes e o pescado, que substituem os produtos importados. Definição do Preme é o consumo de gêneros alimentícios, variados e da produção rural, que atualmente tem 51 itens no cardápio. Esta iniciativa, enquanto programa apoia os produtores para escoar e comercializar a preço justo, traz melhoria para as famílias da zona rural.

Na elaboração dos cardápios são produzidos: um que contém os itens perecíveis em conjuntos com de gêneros básicos para atender 20 dias; outro que é feito por uma empresa terceirizada e com oferta do tipo lanche, para atender melhor as refeições das escolas que são de tempo integral. Os municípios ligados por estrada com a capital são contemplados com cardápios que contém alimentos perecíveis, porém são elaborados para atender 30 dias letivos. A grande dificuldade relatada é a logística para esses municípios mais longínquos e ligados por rios, embora haja a valorização do governo do estado, à agricultura familiar e da produção rural, superando as dificuldades através dos incentivos.

Nessa síntese, retirada da entrevista cedida pela nutricionista, e orientada para utilizar como embasamento a esta dissertação, são evidenciados alguns pontos interessantes. O problema da logística é citado, mas sem dados concretos de como resolver a questão da geografia do Amazonas e a elaboração de cardápios compostos por itens regionais para todo estado. A distinção dos cardápios se faz nos municípios ligados por estrada com Manaus, que tem acesso à mesma composição alimentar da metrópole. E, por fim, há a distinção que faz à agricultura familiar e ao produtor rural, identificadas nos dois relatos a seguir.

A entrevista com assessora do Departamento de Logística, do setor da Comissão de Chamada Pública da Agricultura Familiar (Delog/ CCPAF/ SEDUC) foi proveitosa por identificar como é utilizado o recurso do FNDE contemplado no programa do PNAE.

O relato pontuou que os recursos para adquirir itens de produção da Agricultura Familiar para atender a exigência de 30% dependem muito do que o produtor tem para oferta. A orientação do FNDE para aquisição desses itens segue por Chamada Pública, por licitação e determina o valor de compra total ao produtor individual. Para o Amazonas não se aplica, pois a demanda ultrapassa 700 mil, e assim a aquisição desses itens regionais se dá através de cooperativas e associações. Em 2014, o total destinado para as compras para atender a exigência de no mínimo 30% foi no total de 7 milhões que conseguiram usar do recurso. Há a orientação de utilizar todo recurso, pois caso não façam uso da verba ela deve ser devolvida e é perdida para o ano seguinte. Apesar da “Merenda Escolar” não faltar, a produção rural não atende a demanda.

A assessora continuou o relatou descrevendo a polêmica de inserir o leite pasteurizado do Rio Grande do Sul, pois não há cooperativa no Amazonas. No entanto, é um item importante e que consegue “fechar” o valor repassado do FNDE, pois a compra de itens como “cheiro verde, tomate, abobrinha” não atingiria

a meta e faltariam recursos no ano seguinte. E, mesmo com a inserção do leite de compra externa, ela relata que não conseguem atingir o mínimo exigido de 30%, decorrente do fato de o recurso disponível ser superior à demanda de produção. O que contribuiu para elevar as despesas são os produtos de valor agregado, como pirarucu, que em 2014 foi fornecido por uma cooperativa de Manacapuru e, para 2015, ganhou a concorrência a cooperativa da região do alto Juruá. A produção tampouco atende à demanda, porém não soube informar o quantitativo, pois é solicitado pela SEDUC.

Na entrevista, foi identificado o impasse para os produtores da agricultura familiar que fornecem ou para Preme ou para o PNAE – a produção não atenderá os dois programas e, ainda que se identifique como o mesmo mercado, os recursos financeiros e o processo de fornecimento são distintos. Em 2014, foram 7 – entre cooperativas e associações – que venderam pelos recursos do FNDE, por conseguinte muitos não se enquadram como agricultura familiar na legislação do recurso federal, que é mais exigente que a do Preme. Porém, elas têm o interesse em participar e se adequarem à “burocracia”. No ano de 2015, foram habilitados 16 entre cooperativas e associação, que estão concentrados na RMM, até temos algumas mais distantes, no Rio Madeira. Contudo, a chamada pública inclui a logística para entrega direto nas escolas, por isso tem que contratar a cooperativa ou associação da região – não é imposição da SEDUC, mas um consenso entre os produtores. O custo da logística é alto e a realidade geográfica é diferente das demais unidades no Brasil. Ela trouxe o exemplo de uma cooperativa que ganhou a licitação, porém cancelou porque não conseguiria atender os custos da logística.

A sazonalidade do rio traz outras especificidades da região: se tem excesso de chuva, o produtor pode perder o cultivo, caso a estiagem seja severa; isso gera limitações, para tanto para o cultivo quanto para a logística para escoar a produção. A SEDUC tenta adaptar com prorrogações no prazo de entrega, substituição do produto pelo mesmo valor nutricional, isto porque a proposta do programa é fomentar a agricultura familiar. O estado do Amazonas também promove educação no campo, técnicos, entre outros estímulos e instrução para organizarem esses produtores e para se adequarem às exigências, no entanto as prefeituras do interior falham ao não fortalecerem essas estruturas jurídicas. Os produtores são carentes, poucos “instruídos” para elaborar uma proposta de preço, para envio de e-mails, por exemplo. Por isso, o baixo interesse de participação.

Nesse sentido, não conseguem executar o mínimo que exige a legislação. Com a aquisição do leite, em 2013 chegaram a 27%. Houve evolução dos dados desde 2011, quando se torna exigência a aquisição de itens regionais da agricultura familiar – em 2010 houve a chamada pública e nenhuma cooperativa participou. Em 2011, conseguiram empenhar 1 milhão de reais, porém não executaram nada. No ano seguinte, 2012, empenharam 3 milhões de reais e executaram 700 mil reais. No ano de 2013, 7 milhões, em 2014 foram 9 milhões e em 2015 foram 11 milhões.

O diretor técnico e o engenheiro agrônomo que concederam a entrevista em conjunto, no escritório da Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), trouxeram um detalhamento sobre como funciona o Preme e as relações complexas da gestão e operação para execução do programa. Na descrição sobre os recursos que compõem a alimentação escolar do estado no Amazonas, indicam que ela é oriunda de três fontes: licitação (empresários que fornecem) dos alimentos não perecíveis, agricultura familiar com os 30% orientados pela Lei Federal 11947/2009, e o Preme, que é realizado a partir da chamada pública.

A ADS habilita o produtor rural, seja individualmente, seja em cooperativas, associações e/ou agroindústrias locais, para que forneçam gênero de itens regionais para o Preme. De 2005 a 2013 havia um total de 201 milhões de reais. O papel da ADS é redefinido em 2007 para “encurtar o caminho entre o agricultor familiar e o mercado”. Sobre a Agência de Desenvolvimento Sustentável segue a informação retirada do site da instituição – para situá-la.

A Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS, criada pela lei delegada n 118 de 18 de maio de 2007 que alterou a denominação e os objetivos da Agência de Agronegócios do Estado do Amazonas – AGROAMAZON, vinculada à Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR, realiza o papel de agente catalisador das negociações entre os agricultores familiares, produtores rurais, pescadores, extrativistas e suas organizações (associações e cooperativas), empresários do setor primário (agroindústrias, etc.), e os mercados consumidores privados e governamentais, viabilizando assim a interação comercial entre o setor produtivo rural e o mercado consumidor. (ADS)

Na entrevista, foi descrita a realidade dessa relação entre a produção rural até o consumo, processo que pode “conter” até 7 atravessadores. Diante deste cenário, o Preme surge como piloto em 2004, mas como programa somente em 2005 é executado 100% pelo Governo do Amazonas. O total de dinheiro investido anualmente antes era destinado para aquisição de alimentos industrializados de outros estados, gerando emprego em outros estados e alimentação de qualidade nutricional baixa dos estudantes do Amazonas. Atualmente tem uma lista de 51

itens de alimentos (tabela 16 abaixo), que foi iniciada com 8 itens, mas alcançou o patamar “naquilo que é produção regional que tem volume para fornecer”, segundo informação dos entrevistados.

Tabela 16– Produtos que integraram o cardápio do Preme/SEDUC em 2013

ITEM	PRODUTO	ITEM	PRODUTO	ITEM	PRODUTO
1	ABACAXI	18	COUVE	35	PICADINHO DE CARNE BOVINA
2	ABÓBORA	19	DOCE DE FRUTA REGIONAL	36	PIMENTA DE CHEIRO
3	ACHOCOLATADO	20	FARINHA BRANCA	37	PIMENTÃO
4	AÇAÍ (POLPA)	21	FARINHA DE TAPIOCA	38	POLPA DE FRUTAS
5	AÇÚCAR MASCADO	22	FARINHA AMARELA	39	PICADINHO DE PEIXE
6	ARROZ TIPO 1	23	FEIJÃO DE METRO	40	QUEIJO COALHO
7	BANANA IN NATURA	24	FEIJÃO DE PRAIA	41	QUEIJO FRESCAL
8	BANANA PACOVÃ	25	GELÉIA	42	QUEIJO MUSSARELA
9	BANANADA	26	LARANJA	43	QUIABO
10	BANANA PASSA	27	LIMÃO	44	RAPADURINHA
11	BATATA CARÁ	28	MACAXEIRA	45	REPOLHO
12	BATATA DOCE	29	MAMÃO	46	TANGERINA
13	CARNE BOVINA EM TIRAS	30	MAXIXE	47	TOMATE
14	CASTANHA-DO-BRASIL	31	MELANCIA	48	TEMPERO REGIONAL
15	CHARQUE	32	MÚSCULO BOVINO	49	FILÉ DE PESCADO
16	CHEIRO VERDE MISTO	33	OVOS	50	PIRARUCU SECO SALGADO
17	COLORAU	34	PALMITO	51	NECTAR DE LARANJA

Fonte: Dados cedidos pela ADS/2015. Nota: os itens na linha amarela são produtos processados e os demais são os produtos *in natura*.

A seguir também apresentamos a tabela 17, dos itens que integraram a composição dos cardápios da SEMED pelo Preme, ano de 2013.

Tabela 17 – Produtos que integraram o cardápio do Preme/SEMED em 2013

ITEM	PRODUTO	ITEM	PRODUTO	ITEM	PRODUTO
1	ABACAXI	10	COUVE	19	PICADINHO DE CARNE
2	ABÓBORA	11	FARINHA AMARELA	20	PIMENTA DE CHEIRO
3	ARROZ	12	FEIJÃO DE PRAIA	21	PIMENTÃO
4	AÇAÍ POLPA	13	FILÉ DE PESCADO REGIONAL	22	PIRARUCU SECO SALGADO
5	BANANA IN NATURA	14	MACAXEIRA IN NATURA	23	POLPA DE FRUTAS
6	CARNE BOVINA EM TIRAS	15	MAMÃO	24	QUIABO
7	CHARQUE	16	MAXIXE	25	REPOLHO
8	CHEIRO VERDE MISTO	17	MÚSCULO BOVINO EM CUBOS	26	TEMPERO REGIONAL
9	COLORAU	18	OVO	27	TOMATE

Fonte: Dados cedidos pela ADS/2015. Nota: os itens na linha amarela são produtos processados e os demais são os produtos *in natura*.

A sazonalidade nos períodos da cheias e vazantes influenciam na disponibilidade e oferta dos itens regionais (tabela 18), o que também é considerado no processo da produção e logística, que influencia diretamente a aquisição dos itens da

produção rural para fornecimento da “merenda escolar regionalizada”. Essa realidade geográfica das sazonalidades dos rios amazônicos foi identificada como relevante para a produção rural do Amazonas não atender a demanda necessária ao Preme.

Tabela 18 – Produtos regionais e a sazonalidade

PLANILHA DE SAZONALIDADE			
	Produto	Unidade	Época de safra
1	Abacaxi	kg	Ano todo
2	Açaí - Polpa	kg	Dez a Julho
3	Açúcar mascavo	kg	Março a Dez
4	Arroz Tipo 1	kg	Jan a Junho
5	Abóbora	kg	Ano todo
6	Banana pacovã	kg	Ano todo
7	Bananada	kg	Ano todo
8	Banana passa	kg	Ano todo
9	Banana in natura	kg	Ano todo
10	Batata cará	kg	Maio a Dez
11	Batata doce	kg	Out a Fev
12	Cast.Brasil	kg	Dez a Maio
13	Cheiro verde Misto	kg	Ano todo
14	Doce de frutas	kg	Ano todo
15	Couve	kg	Ano todo
16	Farinha branca	kg	Ano todo
17	Farinha amarela	kg	Ano todo
18	Farinha tapioca	kg	Ano todo
19	Feijão de metro	kg	Ano todo
20	Feijão de praia	kg	Set a Jan
21	Geléia	kg	Ano todo
22	Laranja	Unidade	Maio a Agosto
23	Limão	kg	Ano todo
24	Macaxeira	kg	Ano todo
25	Macaxeira processada.	kg	Ano todo
26	Mamão	kg	Fev a Julho
27	Melancia	kg	Julho a Out
28	Ovos	Unidade	Ano todo
29	Palmito	kg	Ano todo
30	Picadinho de carne	kg	Ano todo
31	Pimenta de cheiro	kg	Ano todo
32	Pimentão	kg	Ano todo
33	Polpa de frutas	kg	Ano todo
34	Picadinho de peixe	kg	Ano todo
35	Queijo coalho	kg	Ano todo
36	Queijo frescal	kg	Ano todo
37	Quiabo	kg	Ano todo
38	Maxixe	kg	Abril a Junho
39	Rapadurinha	kg	Ano todo
40	Tangerina	Unidade	Maio a Agosto
41	Tomate	kg	Ano todo
42	Charque	kg	Ano todo
43	Tempero Regional	kg	Ano todo
44	Queijo Mussarela	kg	Ano todo
45	Suco concentrado	litro	Ano todo
46	Cenoura	kg	Ano todo

Fonte: Dados cedidos pela ADS/2015

A elaboração do cardápio é atrelada à sazonalidade. Na descrição feita na entrevista, a ADS e Gedime/SEDUC discutem previamente a composição dos itens regionais disponíveis – exemplificaram com o consumo do filé de pescado.

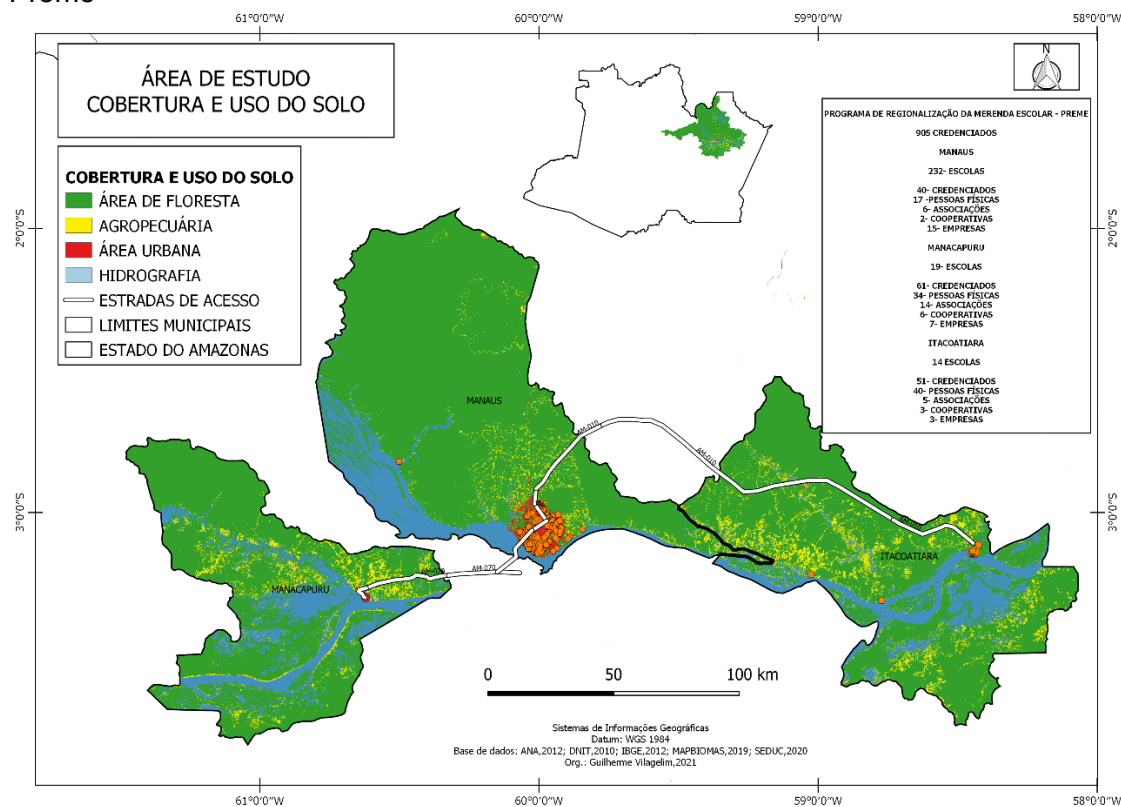
A ADS entra em contato com o produtor rural para entregar em uma média de 20 a 30 dias um montante em X/toneladas, mais Y/Kg de couve e outro Z/Kg de limão. Esse rol levantado pela ADS é enviado para a SEDUC trabalhar com a disponibilidade da produção e elaborar as guias de entregas em função do consumo per capita, para aquela semana/por refeição. Desse modo, a questão do planejamento e distribuição da Alimentação Escolar Regionalizada, elaborados na ADS pelo engenheiro agrônomo junto à SEDUC, faz com que, a partir dos itens da produção regional, seja gerada uma demanda X, porém a demanda sempre é maior que a capacidade produtiva, em que é feito o cálculo no que é possível adquirir. Dentro dessa relação, há ainda o fornecimento desses alimentos e montagem dos cardápios. Cada um dos 51 itens tem uma história que vai desde a produção e disponibilidade à testes de aceitabilidade orientados pelo FNDE. A ADS entra para conjugar a produção com a necessidade da SEDUC.

Já a logística de entrega nas escolas é com o PNAE, responsabilidade do fornecedor que entrega o produto para uma empresa terceirizada (cobrança de 2%) ou no porto ou no depósito, para chegada em cada escola. Essa empresa entrega tudo em dois dias, de acordo com o relato das entrevistas. Para isso, os preços de cada produto são únicos e regulados, e também são construídos junto ao IDAM e produtores, cobrindo o transporte e a embalagem necessária para cada item. Quando o caminhão chega na porta das escolas é que se estabelece a relação comercial de compra e venda entre o estado e o produtor rural. Um legado do programa é a relação de independência, pois o fornecedor entrega o que tem no dia 20 de cada mês para dar entrada na fatura, e no dia 15 no mês seguinte a SEFAZ deposita o pagamento direto ao produtor. É uma relação que se realiza entre Governo do estado, Secretaria da Fazenda e milhares de fornecedores.

Em entrevista também foi pontuado outro legado, que é o produtor mais profissional e regulado para fornecer para qualquer “lugar do mundo”. O produtor rural que fornece para o Preme tem todo um processo de regulamentação necessário para fornecer ao programa, e isso o capacita para comercializar em outras cadeias comerciais. Entretanto, a questão da relação de produção e demanda passa por outras questões, inclusive a necessidade de outras políticas públicas que atendam os desafios, como o gargalo da logística que tem em todo estado, o fator climático que influencia as produções – como exemplo, a banana pacovã e a farinha, decorrentes da extensa estiagem dos anos anteriores.

Abaixo o mapa (figura 5) que relaciona os envolvidos no Preme na área de estudo e em Manaus, baseado na matrícula das escolas estaduais e chamada pública do ano de 2019, com a proposta de expressar a abrangência do programa.

Figura 5 – Mapa cobertura e uso do solo e informações dos envolvidos no Preme



Fonte: ANA, 2012; DNIT, 2010; IBGE, 2012; MAPBIOMAS, 2019; SEDUC, 2020. Org.: Guilherme Vilagelim, 2021.

O Preme é visto com sucesso e como sendo o maior programa de regionalização da merenda escolar do Brasil. É anterior à Lei 11947/2009 do PNAE, que orienta a exigência mínima dos 30% de produtos regionais da agricultura familiar. No entanto, entende que a composição dos cardápios é elaborada a partir das proteínas (carne, peixe e frango) e polpa de frutas que não são produzidas pela agricultura familiar. Contudo, um produto está atrelado ao outro para composição dos cardápios, como exemplo temos o do fornecimento do peixe que vem da agroindústria, mas o cheiro verde, limão, tomate e outros itens vêm da agricultura familiar. Dito isto, pontuam também a dificuldade de cumprir os volumes para atender a demanda dos recursos do FNDE, pois a cota de 8 mil reais (20 mil reais para 2015) para adquirir alimentos por fornecedor pulveriza os fornecedores, porém a logística é inviabilizada com altos custos e o valor não consegue cobrir a distribuição dos alimentos. Por fim, sentencia a importância

econômica e a estratégia para absorção que o Preme tem para transformar a realidade do produtor rural do Amazonas.

A Cooperativada cedeu entrevista na sede da cooperativa Coopmar (imagem abaixo, figuras 6 e 7), em Manacapuru (pontos no caderno de campo). Corroborando a descrição anterior, teve muita positividade na participação do programa, decorrente a realidade anterior, que eram as vendas nas feiras de Manaus ou a relação com atravessadores, que trazia uma realidade mais difícil.

Figuras 6 e 7 – Sede da cooperativa externa e interna



Fonte: acervo Nepecab, 2014.

Para finalizar esse bloco de entrevistas, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que fiscaliza a execução do PNAE, as estruturas da cozinha, depósito e equipes envolvidas na merenda escolar. O presidente desse órgão identifica a parceria como difícil, porém necessária para realizar o repasse do FNDE. Pontua a escola como cliente e como é difícil e centralizada a merenda escolar em Manaus. Outro fator apontado são os enlatados e a questão nutricional, que há em outras escolas do interior.

4.3

O Preme nas escolas estaduais e municipais (a complexidade no real)

Os relatos de campo e entrevistas (tabela 19) foram analisados por meio da participação dos envolvidos na qualidade de assegurar a alimentação escolar regional, ou seja, as informações geradas por nutricionistas e representantes dos órgãos de fiscalização.

Tabela 19 – Relação de entrevistados em Manaus, Itacoatiara e Manacapuru

Trabalho de Campo	Entrevistas
-------------------	-------------

Manaus	CAE
	Ex nutricionista CRE Itacoatiara
Itacoatiara	Técnica de nutrição CRE Itacoatiara
	Coordenadora da merenda escolar SEMED
Manacapuru	Nutricionista SEMED
	Nutricionista CRE Manacapuru
	CAE

Fonte: elaborado pela pesquisadora

O conhecimento das nutricionistas de Itacoatiara e Manacapuru se assemelha no desconhecimento do Preme (observações caderno de campo – anexo) enquanto programa que valoriza a alimentação escolar regional. Contudo, decorrente da forte atuação e a consolidação do PNAE, tem-se entre os profissionais que estão próximos dos preparos dos cardápios a pertinência da alimentação escolar e composição nutricional.

Nesse sentido, abordagem sobre o Programa de Alimentação Escolar do estado do Amazonas aponta para uma carência sobre conhecimento, potencialidade e sinergia desse programa. Os relatos em que se observa a dificuldade de identificar o Preme enquanto programa para aquisição da alimentação regional para compor os cardápios dos itens alimentares das escolas públicas evidenciam a fragilidade da estrutura da política pública.

Os municípios de Itacoatiara e Manacapuru têm essa intrínseca relação de centralidade com Manaus. E a concentração no Gedimi SEDUC Manaus, que propicia maior distância do que aproxima os destinatários do programa, considerada um dificultador, o que é corroborado nas falas dos entrevistados, a falta de corpo profissional de nutricionistas nos municípios do interior, – quando existe o profissional – e a falta de participação na composição dos cardápios, que respeitem as especificidades local, entres outras questões, foram pontos identificados que desagregam o potencial de uma alimentação escolar regionalizada.

No relato de uma nutricionista que deixou de compor o quadro da SEDUC, na CRE de Itacoatiara, ela afirmou que até 2011 não havia o profissional dessa área, e ainda apontou como fundamental a sua presença para a realização da formação das manipuladoras do alimento escolar e a promoção de autonomia para assinarem guia de recebido dos alimentos que chegam de Manaus e verificarem a qualidade própria para consumo.

No momento em que tudo chega de Manaus ou direto do produtor rural, que vem no caminhão de entrega quinzenalmente direto para as escolas estaduais,

quem recebe, verifica a qualidade e armazena são as manipuladoras. Essas profissionais passam (ou deviam passar) por formação continuada pela orientação do PNAE e teriam condições de executar bem a tarefa, se orientadas para atuação de melhorar a qualidade da Alimentação Escolar, com enfoque na composição dos itens de regionais.

Essas profissionais que cuidam do preparo têm – tanto as terceirizadas como as concursadas – pontos evidenciados como intimidação e inseguranças que inibem suas ações de não receberem alimentos inadequados. Como a experiência trazida pela nutricionista de Itacoatiara, das bananas inapropriadas para consumo da fruta. Ao receberem e assinarem a guia, foi necessário congelar as frutas e oferecerem “vitamina de banana” para seu aproveitamento. Essa torna-se uma questão pertinente, de encontro com os cardápios que são enviados pela SEDUC Gedime para serem implementados nas escolas. Todas apontaram para as orientações da composição alimentar ofertadas na semana, como 3x salgada e 2x doce, e de um cardápio que recebem para os 30 dias. Tais relatos resultaram da área de estudo: as reclamações do engessamento dos cardápios e a necessidade de adaptações de ofertas de mais doces que salgadas, por exemplo mais “lanches” substituindo as refeições e oferta de alimentos de pouca qualidade nutricional, que inserem nos preparos que são contrários à alimentação regionalizada, como grande quantidade de carne, bolo industrializados, sucos concentrados, proteínas enlatadas e alto consumo de industrializado.

Outro ponto que corrobora a deficiência da promoção da Alimentação Escolar são as especificidades da aceitação dos cardápios. Nas escolas em bairros mais carentes são fundamentais as refeições e os componentes nutricionais, já que apresentam a realidade de serem a única refeição do dia, por consequência da falta de comida em seus lares. Estas escolas aceitam muito melhor determinados itens do que as escolas dos centros, que por exemplo, tem mais resistência ao consumo do peixe.

Na CRE de Manacapuru, a nutricionista descreve que o cardápio e a “merenda” chegam para os 30 dias letivos – esses são os “secos”, os perecíveis chegam quinzenalmente. A participação dessa profissional é coordenar por número de alunos e turnos os quantitativos das “merendas” oferecidas, a partir das orientações per capita oferecidas pelo Gedime. Por meio desse saldo, no final de todo mês há uma complementação de alguns itens ou envio completo e, assim, nunca falta “merenda” e, ainda se constata “sobra” como, normalmente, arroz e macarrão, porém outros itens que sempre demandam mais são leite e açúcar.

Sobre os fornecedores a entrevistada não tem conhecimento, pois entregam direto em Manaus e o setor de logística envia para Manacapuru. O papel da nutricionista é fazer o saldo e capacitação, portanto não tem acesso aos cardápios que chegam às escolas e são adaptados quando influenciados pela sazonalidade do rio. Nesse sentido, a profissional readapta a forma de preparo do cardápio e ou a quantidade per capita, devido a eventos como chuva e ausência de alunos, assim orienta as manipuladoras para diminuir o quantitativo.

Também atua no modo de preparo, pois a localização da escola e o nível de aceitação das “merendas” são diferentes. Como a oferta de preparados do tipo guisado com feijão e arroz não é bem aceita, adaptam para farinha, ou ainda o baião de dois, que oferece separado o arroz do feijão. Outro item polêmico é o peixe, orientado para ser cozido no forno, que os alunos preferem frito. Açai chega, e ofertam com açúcar e servem com farinha de tapioca.

Há identificação do envio de itens de alimentos que chegam “danificados” devido a transporte em grandes volumes, pois no total de 14 escolas estaduais urbanas há escolas com quase 2 mil alunos. Para as localizadas na zona rural, no total de 5 escolas rurais, 1 na estrada, elas recebem os mesmos alimentos que as escolas urbanas. Há 4 escolas estaduais que tem entrega que demoram de 2 a 3 dias, nessas chegam frango, peixe e carne congelados e enlatados, todas essas escolas têm freezer e capacidade de armazenamento (figuras 8, 9 e 10 abaixo).

Figuras 8, 9 e 10 – Depósito da SEDUC em Itacoatiara



Figura 8



Figura 9



Figura 10

Fonte: Acervo NEPECAB, 2015.

No município de Itacoatiara, há o relato de que a “alimentação escolar” funciona com dois cardápios: perecíveis e não perecíveis, com a variação de uma proteína (frango, carne, peixe e ovos) que chega quinzenalmente com as frutas, em que predominam banana, tangerina e melancia. Por vezes chegam “inadequadas” para o consumo, mas não enviam de volta porque tem o risco de faltar nas refeições, mas anotam na guim e sempre notificam o Gedime. Mesmo com a melhora na qualidade dos alimentos, o problema é identificado em toda logística – o frigorífico que transporta, como no caso do abacaxi que sai do Novo Remanso, Vila de Lindóia e é descarregado em um depósito em Manaus, depois recolocam no caminhão e são encaminhados para as escolas. Quando a entrega dos perecíveis é feita, as escolas localizadas no ramal (no Novo Remanso) recebem maior com atraso e, por vezes, os estudantes recebem as frutas na hora da saída do turno escolar. A outra escola, que é tecnológica, não recebe os perecíveis e oferece aos alunos os “lanches”, como “bolachas e sucos concentrados” e enlatados.

As entrevistas realizadas nas SEMEDs (Itacoatiara e Manacapuru) são um contraponto para elucidar a complexidade da Alimentação Escolar Regionalizada – ambas as entrevistas têm as observações no caderno de campo (Anexo). Os municípios da área de estudo não eram atendidos até 2015 – nível de escolas municipais – pelo o Preme, mas por receberem recursos do FNDE têm a exigência dos itens regionais. Cada programa de alimentação escolar municipal se diferencia nas suas especificidades, na gestão e execução. Entretanto, a semelhança na distinção e fornecimento da Alimentação Escolar são as áreas da zona urbana receberem cardápios com itens regionais da produção local, enquanto as escolas de zona rural com itens de predominância de semi perecíveis ou perecíveis.

4.4

O produtor agrícola local em Itacoatiara (estranhamento da pesquisa)

O desenvolvimento desta etapa da dissertação é a experiência da atuação da pesquisadora com produtores agrícolas locais, realizada por meio de uma visita técnica, nos dias 18 e 19 de julho de 2019, ao município de Itacoatiara, organizada pela Prelazia de Itacoatiara e viabilizada pela PUC-Rio e pela Universidade Católica Sacro Cuore Santo de Maria, de Milão. O objetivo principal foi a identificação de uma comunidade rural na região, em que pudesse realizar projeto de extensão, ensino e pesquisa universitária, enquanto ação que contempla os compromissos da Ecologia Integral.

Deste relatório técnico foram retirados fragmentos, no que tange à questão da produção agrícola e alimentação escolar, dos resultados obtidos da realização de grupos focais da participação dos produtores agrícolas em duas comunidades: Comunidade Vila do Engenho, em Novo Remanso, e Comunidade Ramal 47.

A Comunidade Vila do Engenho pertence à zona rural do Município de Itacoatiara (AM) e possui uma população de 2000 habitantes. A Vila destaca-se como grande produtor de abacaxi e se encontra a 135 km da sede do município e a 200 km de Manaus. O centro envolve muitas moradias (casas), mais de uma igreja, escolas, galpões e alguns comércios variados.

O trabalho com grupo focal realizado na Igreja Católica trouxe relatos que expressaram a articulação dos produtores da Cooperativa dos Produtores Rurais da Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva (Ascope), certo grau de entendimento das implicações ambientais e sociais, como o uso de técnicas agroquímicas no cultivo e manejo. Na prática usam de forma pouco assistida adubações químicas pesadas e uso intensivo de agrotóxicos. Pareceu-nos que as técnicas agroflorestais apesar de citadas não mostraram efetividade que garantisse produção e renda alcançadas pela agricultura baseada em agroquímicos.

A cooperativa articula ações nas esferas municipais, estaduais e federal, buscando contratos derivados de editais e chamadas públicas que permitiriam a venda da produção agrícola local para as escolas públicas. Os relatos apontaram dívidas do estado, referentes ao ano de 2018, à cooperativa, no valor aproximado de R\$ 370.000,00 reais. A produção é escoada, em sua maioria, sendo comercializada por atravessadores que pagam valores mínimos comparados com os preços de venda nos mercados urbanos, exigindo produções em grande escala para garantir a renda mínima para reprodução do produtor familiar.

Um dado interessante, exposto por um dos produtores, que chamou a atenção, foi sobre a campanha de limpeza ambiental do governo do estado que no ano passado coletou uma tonelada de embalagens de agrotóxicos na região.

Outro dado relevante foi a infraestrutura contemplada há quatro anos pelo programa de desenvolvimento rural do estado do Amazonas, financiado para implementar uma usina de beneficiamento e armazenamento de frutas locais (figura 11), o que em muito contribuiria para a oferta da produção local em mercados mais distantes diretamente pela cooperativa, com aumento da rentabilidade do produtor, como a produção de polpa de abacaxi e maracujá que poderiam incluir no processo de itens da alimentação escolar.

Figura 11 – Equipamento para processamento de polpas de frutas



Fonte: acervo da autora, 2019.

O responsável pela unidade da cooperativa relatou que a usina de beneficiamento nunca funcionou (figura 12). Inicialmente, houve problemas nas instalações das várias unidades em função de serem equipamentos oferecidos por diferentes empresas que não se integravam adequadamente. O apoio dado pelo órgão do governo se mostrou ineficiente e dispendioso por envolver o traslado a Manaus de vários cooperados para treinamento, que consideraram o curso muito técnico na medida em que todos são produtores familiares locais. Também nos relatou que o acompanhamento por engenheiros qualificados do estado em Engenho Novo ocorreu no início do projeto, mas sem continuidade até o momento (figura 13).

Figuras 12 e 13 – Usina de beneficiamento

Figura 12



Figura 13

Fonte: acervo da autora, 2019.

O cooperado não tinha informações precisas, ou mesmo gerais, sobre a capacidade de processamento da usina, expectativa de receita e possíveis estruturas de comercialização e transporte e afirmou que o maquinário não era capaz de processar as maiores produções locais de frutas, funcionando relativamente bem apenas com o abacaxi. Neste sentido, não foi relatado um plano estratégico por parte do estado e dos produtores locais em criarem de fato uma dinâmica produtiva sustentável na perspectiva econômica. Na dimensão da sustentabilidade local, a proposta não contempla a sustentabilidade ambiental na medida em que se sustenta na produção em larga escala de poucas frutas baseada em agroquímicos e monoculturas.

Os relatos deram continuidade com os produtores apresentando embasamento técnico empírico no manejo do cultivo, notadamente do abacaxi e em todas as dimensões do processo da produção, tanto no manejo do solo, na produção de mudas, quanto nos tratos culturais como na colheita e comercialização. Apesar de alguns produtores apresentarem sensibilidade ao cultivo orgânico, deixaram claro que entendem que o sucesso do sistema de

produção está na adubação química e no uso sistemático de defensivos químicos para o manejo de pragas e doenças. A produção familiar local de abacaxi utiliza o sistema de aluguel por safra em torno de 5000 reais. As adubações, defensivos e os tratos culturais são custeados pelo produtor. A comercialização envolve o aluguel de um caminhão, a entrega e venda nas feiras em Manaus.

O produtor local relatou, de forma genérica, a transformação da paisagem local (figuras 14, 15 e 16). Inicialmente um talhão de floresta começa a ser utilizado pelos carvoeiros que, com os anos, tornam a mata o mais rala possível, podendo ser queimada e manejada para a agricultura. A ocupação com o abacaxi tem uma sobrevida de três safras o que equivale a cinco anos de cultivo, perdendo de forma acelerada sua capacidade produtiva e tornando as exigências em adubações inviáveis financeiramente. Neste momento entra o capital do agronegócio, que adquire estas terras e semeia capins exóticos fortemente adubados e com importação de bois dos estados do sul. O tempo de viabilidade econômica deste manejo não foi abordado pelo produtor rural local.

Figuras 14, 15 e 16 - Áreas produtivas da Comunidade Vila do Engenho



Figura 14



Figura 15

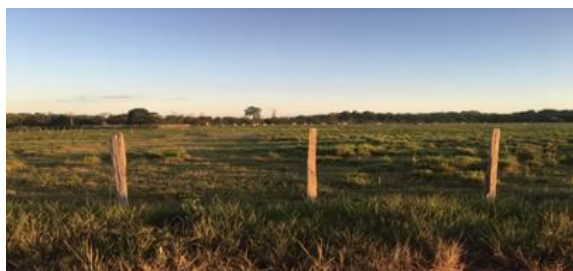


Figura 16

Fonte: Acervo da autora, 2019.

A Vila situada no Ramal 47 se encontra na rodovia 100, a 50 km do centro de Itacoatiara. Da via principal se leva uns 30 minutos para percorrer a distância de 8 km em função das péssimas condições da estrada, o que é lembrado pelos moradores locais como um bom período, por estarmos no verão – que corresponde aos meses com baixo índice pluviométrico.

A Vila é bem pequena com 200 famílias, o seu centro é composto por uma escola pública estadual, um pequeno galpão da associação de moradores, outro galpão, onde esta em construção um posto de saúde, e um terreno vazio, onde a comunidade pretende construir uma igreja católica. Não identificamos nenhum tipo de comércio local. As florestas estão próximas ao núcleo da vila.

A conversa ocorreu na sede da associação. Os moradores afirmaram que a associação estava em processo de reestruturação, tinha conseguido pagar nos últimos anos suas dívidas e está buscando formas de desenvolvimento que estimulem a sustentabilidade ambiental e social. A maioria dos moradores esteve envolvida com a atividade carvoeira que prejudicam o meio ambiente e a saúde dos moradores e se mostram conscientes dos problemas envolvidos na atividade. A alternativa aventada pelos moradores foi a produção de hortaliças orgânicas para a venda em Itacoatiara.

Ao mesmo tempo, articulações locais para garantirem o funcionamento da escola pública estadual e a instalação do posto médico, bem como apoio da companhia local de energia, vêm criando uma clara coesão e esperança ao grupo. De forma não muito clara, estão buscando apoio institucional do Sebrae para investimentos que permitam implantar um sistema produtivo local de hortaliças orgânicas que englobe estrutura de produção e comercialização com ênfase na extensão agrícola dentro do sistema.

O objetivo de implantar um sistema de produção de hortaliças para comercialização direta na cidade, que já envolve 28 propriedades, nos pareceu uma unanimidade, principalmente, pela consciência do preço pago aos produtores pelos intermediários e a aceitação do produto orgânico no mercado de Itacoatiara. Esta iniciativa se aproxima da iniciativa da prelazia de Itacoatiara, que visa organizar uma feira de produtos orgânicos na Catedral para escoamento da produção das paróquias católicas rurais na cidade.

Os produtores vivem em suas propriedades, diferentemente dos produtores de Vila do Engenho que alugam glebas para instalação da produção do abacaxi. Essas propriedades familiares estão inseridas no contexto da floresta e as áreas de plantio e as moradias são clareiras circundadas por espécies árvores

amazônicas. De alguma forma, apesar da prática da produção de carvão (figura 17), a integração entre a produção e a floresta ainda se mantém.

Neste contexto, as propriedades são ocupadas por um mosaico de diferentes cultivos arbóreos, principalmente frutas em pequenas quantidades, como também por cultivos de pequenas áreas com milho, aipim e batata-doce. Também existe o manejo de pequenas criações como galinhas e porcos. Esta produção, apesar de exceder o consumo da família local não gera renda, boa parte da produção se perde no campo em função das dificuldades em se comercializar pequenas quantidades de uma grande variedade de itens. A lógica de comercialização através dos intermediários envolve grandes quantidades de um único item, como vimos na Vila do Engenho.

Como citado na reunião da associação de moradores, as propriedades estão se voltando a produção de hortaliças visando o mercado de Itacoatiara. Nesta produção os moradores consideram o diferenciador na comercialização na cidade o cultivo orgânico. Pelas técnicas de cultivo utilizadas nas propriedades, como a compostagem, a rotação de culturas, a cobertura morta do solo e a utilização de conhecimento das ervas locais no manejo de pragas e doenças, parecem que vem conseguindo bons resultados de produção sem a utilização de agroquímicos. Os moradores citaram a dificuldade em picar de forma satisfatória grande quantidade de matéria orgânica disponível para inserção nas pilhas de composto, bem como pulverizar gramíneas para a cobertura morta sobre o solo.

O cultivo de hortaliças está bem estruturado com canteiros elevados facilitando a drenagem e estruturas simples de proteção contra os excessos de luminosidade e pluviosidade (figura 18). O cultivo envolve poucas culturas que se retem em todas as propriedades: chicória, cebolinha e, fato explicado pela falta de sementes (figuras 19 e 20). Também foi levantado o problema da irrigação com custos elevados, considerando que o cultivo é feito em terra firme exigindo a instalação de bombas para captação de água nos igarapés ou em poços e canos de distribuição junto aos canteiros de plantio. Constatamos cultivos de maracujá que se assemelham um pouco ao cultivo tradicional pela área de cultivo e pelas práticas citadas.

Figura 17 – Produção de carvão



Fonte: acervo da autora, 2019

Figura 18 - Áreas produtivas na comunidade



Fonte: acervo da autora, 2019

Figuras 19 e 20 – Cultivo de hortaliças



Figura 19



Figura 20

Fonte: acervo da autora, 2019

A primeira comunidade visitada, a Vila do Engenho, se mostrou complexa pelas práticas adotadas na produção familiar centrada na produção monocultural baseada em agroquímicos e dentro de uma lógica de esgotamento do solo que, na sua sequência, abre o espaço para a implantação da pecuária, alterando o padrão de uso da terra. A pressão da pecuária capitalizada é grande, dificultando a implantação de um modelo equânime e sustentável de produção local de baixo impacto ambiental. Outro aspecto difuso são as múltiplas relações políticas institucionais com fortes investimentos públicos com baixo retorno financeiro e social.

A comunidade do Ramal 47 é menor e está num estágio em que o modelo de pecuária não está presente, a floresta ainda domina a paisagem e os produtores locais estão intencionados a produzir hortaliças para comercialização em Itacoatiara, baseando-se em técnicas orgânicas de cultivo. Apesar da história como carvoeiros, todos praticam algum tipo de agricultura de subsistência o que facilita a produção diversificada em regime agroflorestal.

5

Considerações finais

Na proposta de iniciar uma pesquisa geográfica com o tema da Alimentação Escolar houve a necessidade de selecionar as bibliografias e promover o recorte espacial. Depois do leque das possibilidades, que foram saltando como eixos para investigação dentro da abrangência do tema, para além dos diálogos traçados com autores que somaram para a pesquisadora e resultaram nesta dissertação, também o documentário *Muito Além do Peso*, em particular, foi de extrema relevância. Primeiro, porque tem como foco a cultura da alimentação moderna no alto consumo de processados e as consequências de comorbidades infantis, outra questão foram as falas de especialistas, abordando a estreita relação entre a publicidade e o governo. Esta última questão instigou particularmente para discussão da alimentação escolar.

No percurso da dissertação, o Programa de Regionalização da Alimentação Escolar – Preme manifestou-se como uma proposição, não para analisar a ação de uma política pública, que tem muito para aprofundar dentro de um campo rico e de contribuições das diversas ciências. Contudo, a delimitação do foco foi como a execução desse programa, que ao se realizar por meio da distribuição e circulação dos itens de alimentos regionais evidenciava as contradições espaciais e, por conseguinte, as desigualdades espaciais em uma região como Amazônia, em que a carência da alimentação é um problema socioambiental (GONÇALVES, 2004).

Nesse sentido, a pesquisa sobre a distribuição e circulação da alimentação escolar não se exaure nas respostas, porém contribui para muitas questões suscitadas com os resultados e discussões que foram evidenciados. Como os muitos aspectos positivos que se encontram nesses programas de alimentação escolar. O PNAE é referência internacional sobre o assunto, o Preme traz a proposta da regionalização alimentar nas escolas, anterior à lei 11947/2009, e servindo como parâmetro para resolução da alimentação escolar e da agricultura familiar. Desse modo, tem os potenciais, mas também as urgências, pois são programas de política pública em que a idealização e a sua execução demandam consonância.

Nas especificidades do Preme como política de alimentação escolar do Governo do Estado do Amazonas, sob a coordenação da SEDUC e parceria com

a ADS, o objetivo é composição do cardápio para todas as escolas estaduais do Amazonas. Ao identificar a distribuição e circulação dos itens alimentares regionais nas áreas de estudo, Manaus tem atuado de forma centralizadora aos demais municípios, por meio de uma intencionalidade no acesso à alimentação regionalizada. Sobretudo, quanto mais afastado da cidade-metrópole, mais limitação tem o município em ser contemplado pela ação do programa. Nesse sentido, as políticas públicas “longe de serem neutras, tornam-se ferramentas de controle espacial, social e econômico em diferentes contextos espaciais, seja uma pequena localidade, um bairro, seja uma zona ou região” (SILVA; BATISTA, 2018 p.3). Na complexidade do real encontram-se escolas públicas que carecem de acesso ou tem de forma restrita a proteína, um dos itens de alimentação regionalizada. E, por fim, tem-se o estranhamento diante de uma política pública que tem todo potencial, mas com urgências básicas de articulações intersetoriais, para viabilizarem o produtor rural da agricultura familiar.

Portanto, para entender esta participação seletiva de agentes sociais contemplados por uma política pública, é necessário contextualizar o processo da produção do espaço urbano, de acordo Silva e Batista:

Mas, para isso, é necessário entender a produção do espaço como resultado de um processo de acumulação capitalista, no qual o Estado é o principal agente de produção e as políticas públicas por ele conduzidas são, de certa forma, causadoras da diferenciação do espaço urbano. Essas mesmas políticas terminam por contribuir para a exclusão social e a inobservância de elementos técnicos, científicos, sociais e econômicos na produção do espaço. (2018, p.23)

Enfatiza-se que a perspectiva da fome é real e tem sido exponencial no presente, portanto alimentação escolar é uma garantia para o sujeito imediato, ou seja, os estudantes em processo de crescimento e desenvolvimento. Assim como o sujeito mediado, também o produtor da agricultura familiar local, que tem estímulo ao comercializar para o estado.

Nessa perspectiva, o Preme está presente na alimentação dos estudantes, notadamente as carnes, frangos e peixes das agroindústrias que fornecem para o estado. É relevante aprofundar pesquisa sobre a reprodução do capital nas relações entre o capital da produção rural e política pública de estado. Diante disto, Carlos Walter Porto Gonçalves (2004) traz análise pertinente sobre temporalidade do capital, quando afirma:

A velocidade das transformações em curso é, na verdade, impulsionada por uma temporalidade abstrata – a da acumulação do capital sob a forma dinheiro – que se quer acima de cada uma dessas distintas matrizes de racionalidade, com suas

espacialidades e temporalidades próprias, inclusive das temporalidades e espacialidades que lhes são independentes, como as naturais. O relógio marca suas horas independentemente da chuva, do dia e da noite, das estações, ou dos tempos distintos de cada ser biológico e, até mesmo, do humor de cada um. É essa abstração da materialidade do mundo, de um conhecimento que se quer universal, como se fosse de lugar algum, como se pudesse ter um conhecimento atópico, que está em questão. (GONÇALVES, 2004, p.42)

No encaminhamento dos resultados das discussões, o produtor rural que fornece ao Preme estaria habilitado para comercialização no exterior, isto decorrente do processo de regulamentação rígida para atender ao programa. Este é o potencial de distribuição e circulação que o estado promove para atuar em outras escalas da cadeia de comercialização. Contudo, as limitações da configuração geográfica para distribuição e circulação do produtor rural da agricultura familiar ora não consegue ser habilitado no PNAE, ora não atende a demanda das escolas, devido à baixa capacidade produtiva da agricultura do Amazonas. Por outro caminho, expressões como o *Observatório da Alimentação Escolar* (OAE) são instrumentos importantes de conhecimento e trocas de diálogos com a sociedade para garantia do direito alimentar e nutricional no ambiente escolar. São aspectos contraditórios e de complexidades diversas que se abrem para pesquisas futuras – e uma pertinência em situar as manifestações dessas compreensões nas dinâmicas urbanas amazônicas, assim como Souza, afirma:

Vários autores regionais já expuseram as consequências das intervenções públicas locais, no entanto, poucos discutem a reprodução da vida humana nos atos do cotidiano, ou seja, refletir sobre o processo de apropriação do espaço, por meio do uso, e, como este pode ser reestruturado através de uma ação concreta no espaço. A dificuldade maior, teórica e política é que o processo de urbanização na Amazônia não acontece sem a explosão da ordem próxima, escamoteando as contradições do espaço. Desta forma as atenções estão voltadas apenas ao visível, esta lógica passa longe do entendimento da essência dessa dinâmica. Neste contexto, o fundamental é resgatar o valor de uso do espaço a partir da única realidade sensível e prática que ainda conserva para nós esta representação: o vivido. Trata-se de valorizar espaços diferenciais em contraposição às representações abstratas do espaço baseado na repetição e na racionalidade consumista. É verdade que a teoria marxista encontra-se em um momento crítico. Porém, o método dialético, ainda pode contribuir para apreensão do concreto, preenchendo o abismo epistemológico. Em uma sociedade em que se busque a libertação das coerções políticas e economicistas, a teoria do espaço social, entendido como um movimento do pensamento passa a servir e dá sentido para a construção de uma nova realidade. (SOUZA, 2009, p.6)

Para corroborar, ainda se pontua o cenário relevante da ação do PNAE e Preme na capilaridade em atuar no enfrentamento da Covid-19, com vigência da lei

13.987/2020⁸. Certamente, a situação pandêmica trará novas interpretações à realidade amazônica. Tais estudos, ao longo do desenvolvimento de futura pesquisa deverão ser aprofundados. O tema da alimentação, enquanto direito social a ser assistido, não trilha um caminho recente. Também percebe-se que o atual padrão de alimentação está se modificando ao longo de um gradiente: das pequenas comunidades aos centros urbanos. Investigar e entender essas transformações é fundamental na proposição que subsidie políticas que evitem mudanças radicais nos hábitos alimentares e que interrompam ou minimizem a importância das cadeias alimentares locais com consequências para saúde e o ambiente.

⁸ Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que “Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica”. (FNDE, 2021)

6

Referências bibliográficas

ADAMS, Cristina et al. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônica. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 295-322.

AGUIAR, Diego Gomes; JÚNIOR FILIZOLA, Naziano Pantoja; SCHOR, Tatiana. Eventos hidrológicos extremos e cesta básica regionalizada: impactos e influência em Manacapuru (AM) – Brasil. **Anais... XV Encontros de Geógrafos de América Latina**, Peru, 2013.

AMAZONAS (Estado). **Itacoatiara**. Monografia, n.º 497, 1970.

AMAZONAS (Estado). Lei Complementar N° 52 de 30 de maio de 2007. Institui a Região Metropolitana de Manaus e dá outras providências. **Diário Oficial do Amazonas**, Manaus, 2007.

AMAZONAS (Estado). Lei Complementar N° 59 de 27 de dezembro de 2007. Modifica os artigos 1°, caput, e 4°, I, alínea b, da Lei Complementar N° 52 de 30 de maio de 2007. **Diário Oficial do Amazonas**, Manaus, 2007.

AMAZONAS (Estado). Lei Complementar N° 60 de 29 de fevereiro de 2008. Cria a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus – SRMM e institui o Fundo Especial da Região Metropolitana de Manaus, e dá outras providências. **Diário Oficial do Amazonas**, Manaus, 2008.

AMAZONAS (Estado). **Manacapuru**. Monografia, n.º 229, 1960.

BRAGA, Dilma Barros. A (re)produção do espaço urbano: os bairros Oraci e Prainha – Itacoatiara – AM. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010.

CABRAL, Marcela Jardim et al. Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Estudos avançados**, v. 27, p. 71-87, 2013.

CARVALHO, Adriana Palhares de; OLIVEIRA, Verena Bartowiak de; SANTOS, Luana Caroline do. Hábitos alimentares e práticas de educação nutricional: atenção a crianças de uma escola municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais. **Pediatria**, São Paulo, v. 32, 2010.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, 2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro pão ou aço. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA NOVO, Cristiane Barroncas Maciel. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM)**: caracterização e análise crítica. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Ellen Anjos Camilo da; SCHOR, Tatiana. Redes urbanas, abastecimento e o café da manhã de idosos na cidade de Tefé, Amazonas: elementos para a análise da geografia da alimentação no Brasil. **Hygeia**, v.9, n.17, p. 52-73, 2013.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar 2002.

EHNERT, Alexandre Ricardo Von. **A Região Metropolitana de Manaus e as migrações pendulares**. 110p. Mestrado (dissertação em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FILIZOLA, N. P.; SILVA, A. V. da; SANTOS, A. M. C. dos; OLIVEIRA, M. A. Cheias e secas na Amazônia: Breve abordagem de um contraste na maior bacia hidrográfica do globo. **T&C Amazônia**, v. 9, 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAACK, A.; FORTES, R.; ALI, B. A.; ALVARENGA, A. P. D. Políticas e programas de nutrição no Brasil da década de 30 até 2018: uma revisão da literatura. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 29, n. 2, p. 126-138, 2018.

HAILU, Degol; SOARES, Sergei Suarez Dillon. What explains the decline in Brazil's inequality? **Internacional policy centre for inclusive growth**, n. 89, July 2009.

IPEA, IBGE e UNICAMP. **Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana**. v. 1. Universidade Estadual de Campinas, Brasília. Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, IPEA, IBGE, NESUR, 2001.

JAIME, Patricia Constante et al. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1829-1836, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Alvaro et al. (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

LIMA, Marcos Castro. Amazônia ocidental e geografia: região metropolitana de Manaus e Br 319 – território e meio ambiente. Revista **Geonorte**, v. 1, n. 1, 2010.

LIMA, Marcos Castro. **Quando o amanhã vem ontem**: a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia ocidental. 298f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

LIMA, Maria Eliane Feitosa. **Produção do espaço urbano e impactos socioambientais na cidade de Manacapuru - AM** – o bairro do Biribiri. 140p. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MONTEIRO-BRESSAN, Paulo Roberto Meloni. **Política pública de regionalização para inclusão da castanhada-amazônia na merenda escolar no estado do Amazonas**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), Universidade Federal de Rondônia, 2016.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In: Limonad, E.; Haesbaert R.; Moreira, R. (Eds.). **Brasil Século XXI por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004. p.112-122.

MORAES, A. O.; SCHOR, Tatiana. As Redes Urbanas na Amazônia: A Cidade como o Começo e o Fim. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica, v. 2, edição especial, 2011.

MORAES, André Oliveira; SCHOR, Tatiana. Mercados, Tabernas e Feiras: custo de vida nas cidades na calha do Rio Solimões. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, p. 101-115, 2010.

NAZARETH, Tayana; BRASIL, Marília; TEIXEIRA, Pery. Manaus: crescimento populacional e migração nos anos 1990. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Regiões Metropolitanas do Brasil**. Observatório das Metrópoles, 2010. Disponível em:<http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/observatorio_RMs2010.pdf> Acesso em: 12 set 2020.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATI, E. et al. **Amazônia**: desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. **Urbanização no Médio Amazonas**: a importância de Itacoatiara (AM) como cidade intermediária. 186p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir de. As cidades amazônicas: ilusão da busca. **Boletim Amazonense de Geografia**, Manaus, n. 2, 1995.

OLIVEIRA, F. A. A.; CARVALHO, F. A. F. Extinção do CONSEA ou instituição do “descontrole social” na Política Nacional de Alimentação Escolar? **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 15, fev 2020.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR Saint-Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Goretti da Costa Tavares (orgs). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFA, 2008.

PEREIRA, Celiana B. **Direito Humano a alimentação adequada: uma aproximação do Programa de Regionalização da Merenda Escolar**, Preme, no município de Presidente Figueiredo, Am a luz da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Losan. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Organização das Nações Unidas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 6 nov 2021.

PIVETTA, Marcos. Frango no Solimões: ribeirinhos trocam o peixe com farinha pela ave congelada. **Pesquisa FAPESP**, ed. 185, jul 2011.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Transformações na rede urbana: o exemplo da Amazônia. **Boletim Goiano de Geografia**, vol.17, n.1, 1997.

RIBEIRO, Marina Nelis; SCHOR, Tatiana. Saúde urbana no eixo Manaus – Iranduba: um estudo sobre o perfil epidemiológico dos feirantes de Iranduba – AM. **Hygeia**, v. 7, n.13, p. 108-123, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 2005.

SAWAYA, Ana Lydia; FILGUEIRAS, Andrea. “Abra a felicidade”? Implicações para o vício alimentar. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 78, p. 89-102, 2013.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A. Reflexões Metodológicas Sobre o Estudo da Rede Urbana no Amazonas e Perspectivas para a Análise das Cidades na Amazônia Brasileira. **Revista Acta Geográfica**, Edição Especial Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 56, p. 229-258, 2013.

SCHWADE, Maurício Adu. **Riquezas materiais e imateriais: relações cidade e campo na Amazônia**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SECRETARIA de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Perfil da Região Metropolitana de Manaus** – 2011-2012. Manaus, 2013.

SECRETARIA de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Manaus**, 2012.

SILVA, Hilton P. Socioecologia da saúde e doença: os efeitos da invisibilidade nas populações caboclas da Amazônia. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVA, José Borzacchiello da; BATISTA, A. N. Políticas públicas, planejamento urbano e a produção do espaço em Boa Vista-RR. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 1, p. 1-26, 2018.

SIQUEIRA, Renata Lopes de et al. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 301-310, 2014.

SOJA, E. W. **Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORRE, Maximilien. Géographie des Régimes Alimentaires. Trad., prefácio e notas de Ana Leticia Espolador Leitão e José Carlos Braz Machado Ramos. **Revista Geografares**, n. 25, jan-jun 2018.

SOUSA, Isaque dos Santos. **A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital**. 249p. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, v. 3, n. 5, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro; MAIA, Doralice Sátyro; GOMES, Edvânia Tôres Aguiar. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. 165f. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

TAGLIETTI, Roberta Lamonatto; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Recomendações alimentares e nutricionais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise da história recente. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 16, p. 52101, 2021.

Quatérios e de campo - Preme

1º Campo - manacpuru 13 03

2º Campo - Itocaitana 23 14

3º Campo - Morais (entristos) 24

4º Campo - manacpuru (11)

5º Campo - Itocaitana (11)

6º Campo - Morais (11)

Relato de campo

03

manacapurú (mora)

03 a. 06 / 08 / 2014

- observação visuais

- áreas produtivas / exp. = contatos

- SENE D / SEDOC = nutriecionistas = contatos

o SENE D - nutriecionistas (92 93 99 82 48)

04/08

- Obter a PI participações da pesquisa

- Primeiro contato -> conversar "livre"

sobre funcionamento da pesquisa.

us internet / PROCTE (PP da Prefeitura de Mond)

e o complemento PVAE (o Preme não

FINANCEIA o complemento dos estudos

municípios de mora).

us durante a inclusão 30% - alimentos

"via natural" e fiscalizado pelo CAC

que situa-se na SENE D.

us O custo dos menores valores per criança

R\$ 1,32 = mínimo

us menores valores tanto contatos

qto encusado.

04

-> Os sistemas são orientados na embalagem
vendo que os mesmos que compõem

tanto no supermercado qto nos "lugares"

(leitos SENE D, mas mora?)

us A NE, os alimentos dietéticos

fundamental pl. biogeo. de baixa

renda.

us A presença dos biogeo. na 2ª e

por m. "de supermercado"

us nos pontos de venda regional"

Obs:

1. O primeiro contato "pontos de venda"

us com o/da funcion. da loja

us sobre m. e a visita aos locais

2. A nutrieconomista faz ref. a venda

Exatidão (M. E) e nos alimentos

Exatidão (M. E) -> lei PVAE

3. Os dados foram coletados na SENE D.

Quem e qual?

nome da nutrieconomista?

• SEDUC - muticiosa Pojela.

(92) 93858911

↳ D.M.E. R. é gerida. B.S.M./honas.

Coord. Kennedy

- SEDUC, entalga. todo o processo. Na área
de cond. p. 2. processo de dietas, 3. produção
de exat. 4. cooperação

- SEDUC, realizou curso de formação, as
municipais.

- Coop de manuseio, fornecem/vendem
os 2: Coop. R. e P.R. - Flavia 9222, 9530

↳ Geraldo/verônica 9117-9117.

- PUTE complementa a NER do estado,
a partir do Fundo N.D.E., com 10 e 10.

- Orientar as condições de reg. 2x dois,
pl. desenvolvimento social. (desenv. de alimentos
caudal).

- A SEDUC de manaus uniu o país,
proteção que um de honas, porém nos
é um acito. Lendo, deve no lado
um consideração a NER, em todos os
dos nos bairros, pois a gestão de mais como
a renda/menor aquisitivo - tem muita

06

dos estudantes. Quando a NER os
usos e a inicia, após um bairro de
leitura, nada.

- As crianças, quando mudadas, em
M.E. e as mudadas, em M.E. e as
mudadas, em M.E. e as mudadas, em M.E. e as

negativa a imagem de manaus +
gestão, para um, para o lado complicado

o processo da NER, pois nos alimentos
que não é um, e o lado, por aqui -

estão em casa, alimentos + bairros e
podem ser, em, educação e educação, em.

Alguma, pois a NER, em, em.

1º, mostrou, a NER, em, em.

2º, nos, em, o P.R.E., em, em.

3º, nos, em, o P.R.E., em, em.

4º, nos, em, o P.R.E., em, em.

5º, nos, em, o P.R.E., em, em.

que o prezo do me está baixo. 04

g. O termo utilizado não é nos Alimentos de origem animal.

f. Quanto preço deveria ou nos a compração da proteína animal?

Se deveria a produtores locais pl. locais? (se não)?

h. ! melhora dos exatos a obtenção de (1) !

g. Deixar de i. Tera negação a ideia de (1) !

h. Tornações de baixo oimento.

CAF - Conselho de Alimentação

Exatidão - Sin. Negação. SENE

Representante do setor Civil. 33611611 (conferir)

- Orgão deliberativo e fiscalizador.

↳ Torna - fiscaliza o preço e a qualidade dos produtos e serviços de origem animal.

↳ Têm o direito que por a "porta" para a CF e a CN.

↳ Relatores que têm o direito de veto a qualquer projeto, pois o CF possui o 30 por cento de veto.

"isso significa é importante pl. mas não pode ser mais."

↳ Apontar que a medida pl. tem a ser negociada com a CN e o CN Rural.

↳ Têm o direito de veto a qualquer projeto de lei, decreto ou resolução.

↳ Ao comprar do produtor rural, o preço a ser pago é o preço de mercado.

↳ Se não houver no mercado, o preço a ser pago é o preço de mercado.

09

us 8, simula-TE também quanto
uma repetição quadrado e os resultados
apontam já na diminuição da variável
exata.

13. Realizar a imputação do EAT e
que deve ser a base de trabalho
o SEDE e imputar resultados para
o SEDE variando de menos. Qual
dos alimentos.

14. Além da EAPM e ARA tem
tem o processo SEDE-MESTRIL
(Eugênio)

Olegário PLS.

15. Realizar o processo para ficar o
o trabalho para fazer.

16. Quem faz o SEDE? OAT/SEDE?

17. OAT/SEDE. Olegário

18. SEDE/ITAC - OAT/SEDE/monais =
monais e unidário e fracionamento.

19. OAT da SEDE tem SEDE.

20. OAT da SEDE - OAT e OAT

11

olmo na sala - cidade e no campo
e Pq. pedreira, o campo?

b

COOP NRE - na Usudioma

11.

- Coop tem contrato e vende 100% do produzido p/ ME. \rightarrow desde 2010
 - Entrega direta nos mercados - por dentro de cada.
 - Item que ta da produção da Coop p/ ME = 1. primário (cengela p/ carne)
 - 2. leite
 - 3. macarrão
 - 4. alface
 - 5. laranja
 - 6. leite - leite
 - 7. farinha de milho
 - 8. queijo verde
 - 9. leite
- o item contrato há 2 anos e a produção é muito e está. O mesmo por isso!
- Uma produção por lote após contrato de 1 ano e 1 produção.
 - \rightarrow Antes a venda media p/ muitos produtores onde tem somente a venda da cidade p/ vender o produto.

é no final do dia vender o que sobrou por uma produção ao consumidor.

- Todos os produtores tem RPP (1) pois é exigido p/ atender a lei.

- A coop integra regiões do Amparo (1) com os associados que possuem a ME R. ao longo do 1.º mês de produção e distribuição. nos itens alimentares da produção, não possuem feite, mas p/ venda, estão com o produto de maneira, dentro do prazo, mas não tem mais de 10 dias de entrega.

12

Algumas questões /ptas.

1. do regiões (2) - verificar uma delimitação
2. SEDEC e Pneme (2)
3. Atorizados no mercado monetário.
4. importância de PP, PI, PIB para a produção.
5. 100% da produção agrícola da coop ou do produtor (2)
6. A importância da assist. ou P.P. PI regulares e produtores rurais.
7. Peixe -> agroindústria (1)
8. Usar coop para agroindústria
9. Tentar participar dos entes (2) as vendas.
10. Comprar todos itens no exterior. (máquina elástica do alimento) -
11. comprar até a escola (qualif.).

13

→ Próxima virada o campo.

- Termo de autização - doador.
- (ativo econômico, livros, entes/gua)
- Possibilidade de obter o próximo
- entendimento - no sistema ao campo / + tra
- Relação com o
- APER - Associação Produtoras Rurais
- Ativo - sistema no área rural e
- participação para o município e
- esta associação que + vende. ?!
- São Paulo Brasil - G.F.
- Organização - comprar no comércio
- complementar a M.R.

14

Relato de campo de Itacaré
26 a 29/08/2014.

Objetivo do E de campo para
realizar primeiro contato com poten-
ciais entrevistados pertencente P/pesquisa
- Nutrição da SEMB e SEMUC regional
ITA; Urais locais; EAE e produtos
locais.

SEMED - 27/08/2014

Secretaria de Educação - Est. Arago.

- A conversa foi informal e de
compreensão sobre a proposta de pesquisa.

- "Abertura P/pesquisa" no contexto,
Núcleo dos resultados e apresentações
P/pesquisa de ITA - um campo
multimodal de pesquisa

- Foi encaminhada P/entrevista agora
aonde a Raimha (Papa Fm's (Ving)
a coordenadora da NE, mãe na
nutricionista (?) - Pq.

15

SEMED - Coord. da NE

Raimha ~~RAIMHA~~

• Funcionária SEMB ITA/1990 e
médica na NE desde 2003.

• NE - 30% dos itens fritos por locais.

↳ "Quem não sabe, que o responsável
pela compra da NE são pessoas responsáveis
pessoas".

↳ A listagem P/pesquisa a pesquisa
Carter (peço, peço...) - P/pesquisa
de monais que integra direito mas
usado.

- E, na lista das regionais 2005

1. Cooperativa e 4 Associações

COOP/AM - AM 010

Coord. Paulo - 4448527

ASPRODETE - ?

Coord. Paulo

PROCURA - Paulo de Sampa

Paulo - 41564645.

ASTA R. - Rio Arari

Coord. 92225816

Imagem Unida - 11 - mi - 91589661

16

- Atualmente, 158 usdeas reais e 19 usdeas (canôdo 4 usdeas). Total de 30 mil reais, 180 mil do G.F.

- Realiza semanal ou m.e.a. e a SEMED distribuiu pl usdeas no cominhão da prefeitura.

As SemerTi as usdeas usdeas que estão pelo G.

As do demais usdeas reais recebe bem dinheiro e dinheiro.

As Tm e as profissões do país comparem com FICOLIGIA. - Tomboqui pl picadinho.

Algumas fotos.

1. não tem anticoncecionista.

2. esadário oligarquizado em e campo.

Exatam e esadário que omeia pl

2. R e Z. U.

3. Conheci o depósito. Onde ficou os penitenciários e penitenciários (quegu)-jorge us bolacha (amarelo)

4. Tm e as peças e o sistema de forja metálicas, mas tem bolachas e pão na m.e

17

2. R (usdeas)

5. Dinheiro (item original) - 600 por usdeas de manaus?

6. Suco de polpa - 600 - 2. usdeas

18

SÉDUC - PRÉ-1 / ITACORATIABA

- Local: Rimolado dos Sertes

- Fui recebida pelo prof. Sebastião.

Le informei que a nutricionista

visita uma vez por semana p/ fazer

Alguns tem dupla. Técnica de nutricao -

que esteve no adaptacao da funcao.

Técnica de nutricao - Lucia

92 9182 0930

- Informei que assumiu recente o cargo

(20h) que é supervisor os merendeiros

e a N.E. nos escolas.

Le não vale o funcionario Técnico de

aviao, compra, ... da N.E. mas

vale que tudo vem de mensais.

- Nutricao - Sonny 92 91554925/mens.

Os aplicam curso de alimentos e todos

os merendeiros, do ambiente higienizado

manipulacao de alimentos...

- Alguns N.E. - tem "in natura",

mas não se informam de onde

19

vão comprar - aqui de agricultores

ruais ou outro municipio

as as vezes os alimentos chegam

improvisado p/ consumo.

Is ainda tem alimentos embalados.

- Gelatina - contato do Socorro (grande)

32 34.8410 / 32 34.3840 ou Sonny 9127 0772

- São 13 escolas - e ruais que

nunca visitou.

• Alguns pto.

- possibilidade de visitar escola amanha.

- Alimentos embalados? - R.R. ou 2.R.20

- Contato Gelatina e Sonny - entre

nutricionista.

- Alimentos in natura (N.E.) vem

de mensais, tbm?

Obs. Troca grande nas entrevistas/agenda

breve.

20

visita à escola terminou mal.

Escola Estadual Uziel de Mendonça

29/08/2014

- Oampanhada pela liderança em
múltiplos lugares.

↳ Diálogo sempre entre lugar e a
mendonça.

- H. chegou quinzenal direto nas
ruas.

- não há grande quantidade de escola.

- tem sempre chego a quantidade de
quase 100 alunos e o ensino

3 x o dobro e 2 x do a. ↳ tem de
maneira.

Musa quinzenal nos dias muitos
itens pl. preparo do dobro, substitui

durante a semana por do a (mingu)
e utomizada tem - pl. ou leite

na semana seguinte, to, passaram
a fazer refeições de auzes.

- na quinzenal tem chego em 50
produtos "na natura" - banana,

produto entregue muito amarelo

21

e mediana. logo foi desistida
e congelada. somente utomizada.

us mesa quinzenal tinha feiti-
mo de peixe, chique, pouco feijão,

macarrão, grão-de-bico, doce de leite,
leite, muito auzes e muito bolo frito,
paninho.

- Apesar da entrega e diminuição
de alguns itens qd. chique e óleo,

a nutricionalista advertia pl. aos
usuários.

- A mendonça segue a regularidade
da entrega em 15/15 dias, qd.

afetar o máximo de semana.

- Quando algum item vem improprio
por consumo, não pode mendonça voltar

pl. mas tem t.

↳ Atualmente, tem a H.E. que chegou
após 2x na salgada.

↳ A mendonça: recebeu a informação
dos alimentos. Pungente sobre a f. entre

a entrega e mendonça. Foram enviados
pelo livro enviado pela nutricionista

22

a diferença está na nutricao e é importante fazer uma barreira, que eles tenham tudo e gozem.

Is sobre a utopia - não consegue fazer o não o evento da para não fazer para não fazer problema no final do dia. É a realidade dos alimentos, mas, pelo cabra fazer essa barreira, alguns. - tudo sem de marcos e tem nota pl compare a quantia, mas não conseguem ver!

• Alguns pto

- marcos/bancos estrutural. Sway - entre nutricaoista ITACATIA.

- Alimentos inapropriados nos os "em retiro" na não voltar (produção)?

- Tudo vem de marcos - Pedir-me.

Is mas, a produção imatura/agricola local, vai de mutacao p1 marcos e depois retornar p1 exatas???

biologia - distribuidos - e envolvidos consumo - Pente / PNE - 30%

23

Trabalho de campo em marcos.

- Pedir-me - contato coord. Gersono.

- Diretor técnico ADS.

- Ex nutricaoista SEDUC/ITACATIA.

- Orgão que fiscaliza n.º SEDUC - EAT?

- Orgão/Departamento SEDUC que compra do financeiro do PNE. (2)

• Estrutura semi estruturada. Questões.

- Pente = participar? É o compare os cardápios?

• Onde? Transição das hábitos alimentares?

• Diferença de cardápio entre os 2 R/d. Urbanos?

Entrevista com Sany Souza Pedrosa

(~~18/09/2014~~)

29 de setembro de 2014

tema: desenvolvimento.

Algumas obs:

1. Sobre o Fome - não conhecia.

↳ SEDUC - órgão executor da política de alimentação escolar -> não sabe o funcionamento e está sendo orientado pelo FUNE (tem tudo manual e lei).

↳ Tem a experiência como ~~professora~~

na organização de uma ITA, 2013.

2. M.E.R. - "ênfase" com a cozinha de merenda e a composição do cardápio e a questão da regionalização.

ex: caso da Tapioca e o Açaí.

"Recebi muita polêmica por fazer de Tapioca, ao ligar p/ o fedini e pedir para fazer a farinha p/ melhorar a digestão dos alunos. O nepotismo foi para fazer o suco."

↳ A questão não é regional? O porquê aqui toma Açaí com Tapioca. O relatório por email a subsecretaria

do intiner - profa. Deonice (?) -

um relatório sobre o regionalismo =>

"tem que respeitar a alimentação saudável e local."

3. Sobre a M.E.R.: a questão municipal que determina, embora tem toda política que orienta. "Senti dificuldades com políticas, mas o programa diz sobre programas alimentares saudáveis."

na formação, política vem da M.E.R. mas a M.E.R. disponibiliza a política, embora, quando solicitado, o bolo industrializado, não industrializado (..) e não problemas de saúde resolve e de desenvolvimento vem mais."

-> as despesas reais são feitas. Já tive discussão com a motoneta de alimentação.

(..) desenvolvimento letas amarelas, motoneta tudo e negativas por email (.)

↳ Relatório 2013 - 4, 5 b.

modalidade } ↳ Relatório p/ Estado?

verônica e " p/ municípios?

unidade na.

125 Qinda sim folia N.T.

- "culpa a legislação ou fonelester, que no Amor é difícil..."

- atitudes depende daquela
reflexão e quando são de anos
passados a vontade muda do dia.

→ Solução dos cooperativistas que fomentam a PDS que agraria, concentra meios e meios produz pelo Estado: "stracatina" não fomenta por segundo o grande modo produção moderna, e a gente sabe que tem produtores "men" lotes da g. t. "

→ Os representantes da D.E. é exigência do PNA é "não é permitido de fazer a menos do que" "numa só palavra finalizados dela."

→ Salta de autonomia - não decide o cardápio ou nutricionistas.

- "Politea pulchra" existe mais, quem
determina a espécie? "n" tem
mutacionistas no interior entre 2011.

- muito mais!!

O que é pertinente de se
aproveitar!
Tudo, prioritariamente.

Quero saber tudo. A quem se refere a
placenta nobre não!